

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS**

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**UM ESTUDO DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
DE PRAIA GRANDE COMO POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE**

**NADJA FERREIRA DA SILVA**

**SANTOS/SP**

**2015**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS**

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**UM ESTUDO DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
DE PRAIA GRANDE COMO POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE**

**NADJA FERREIRA DA SILVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Católica de Santos, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação sob a orientação da Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Ivanise Monfredini.

**SANTOS/SP**

**2015**

[Dados Internacionais de Catalogação]  
Departamento de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos

S586e Silva, Nadja Ferreira da.  
Um estudo da Coordenadoria de Educação Ambiental de Praia Grande como política de meio ambiente. / Nadja Ferreira da Silva; orientadora Profa. Dra. Ivanise Monfredini. - 2015.  
174 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Mestrado em Educação

1. Dissertação. 2. Educação Ambiental. 3. Interdisciplinaridade. 4. Política Pública I. Monfredini, Ivanise. II. Universidade Católica de Santos. III. Um estudo da Coordenadoria de Educação Ambiental de Praia Grande como política de meio ambiente.

CDU 1997 - 37(043.2)

Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da Coordenação de  
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CAPES**

## **Banca Examinadora**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivanise Monfredini  
Orientadora Membro Nato (UNISANTOS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gilda Collet Bruna  
Membro Titular (Mackenzie)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Franco Pereira  
Membro Nato (UNISANTOS)

Data de aprovação da Dissertação:

---

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos fotocopiadores ou eletrônicos.

Santos, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_.

## DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que participaram das várias etapas da minha vida neste momento de grande realização pessoal e profissional. A vocês que serviram de base para que eu pudesse compreender um dos significados da palavra “educação”, que em seu vasto campo me fez perceber o valor e importância dos meus primeiros professores, meus pais Vital e Isaura. Pois, mesmo com os desencontros desta longa jornada de existência, continuo olhando para trás e buscando seus ensinamentos e referenciais, como norte para o percurso a ser seguido.

Fruto de muito esforço e ausências dedico este trabalho a vocês minha eterna família a qual agradeço a Deus a oportunidade de conhecê-los e partilhar de tantos momentos de alegrias e tristezas, vocês são únicos.

A minha mãe por me acompanhar nas madrugadas de estudo, as minhas irmãs Eliane e Taíza por compreenderem o período em que ficava isolada em leituras, a minha irmã Ligia que mesmo distante contribuiu de certa forma, as crianças mais lindas do universo meus sobrinhos Bruno, Ramom e Lorenzo pelos quais todo esforço é válido. Em especial ao Lorenzo que se fez presente com seus três meses de vida na Banca para Qualificação, pois toda vez que buscava estruturar o trabalho seguindo a orientação da Banca gravada em áudio, ouvia ao fundo sua inquietação devido o silêncio do momento.

A vocês dedico esta pesquisa por serem o alicerce de toda a jornada percorrida, além do incentivo incondicional.

## AGRADECIMENTOS

A todos que participaram e contribuíram para esta etapa do conhecimento.

Ao Professor Dr. Ícaro Aronovich da Cunha pela contribuição dada com o tema meio ambiente e a Professora Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Franco Pereira em direcionar pelo viés da educação ambiental e as práticas educativas desenvolvidas a partir dela.

A minha orientadora Professora Dr.<sup>a</sup> Ivanise Monfredini pela atenção e paciência nas orientações, assim como seu direcionamento para as políticas públicas, tema pouco abordado em meus estudos anteriormente e com o qual muito aprendi, sendo meu maior desafio neste estudo, pois o novo sempre nos causa estranheza, mas, após compreender percebemos o quanto se torna essencial nas relações humanas para formação crítica cidadã.

Agradeço a presença da Professora Dr.<sup>a</sup> Gilda Collet Bruna pela grata oportunidade em conhecê-la e por participar da Banca, mesmo sabendo de seus inúmeros compromissos pelo respeito adquirido no âmbito acadêmico, além das valiosas orientações dadas na Banca para Qualificação que redirecionaram meu trabalho.

Aos docentes doutores da Universidade Católica de Santos que ministraram aulas durante o período de estudo, colaborando e participando com meu crescimento, muitas vezes, de forma silenciosa, mas efetiva.

Em especial a Professora Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Barbosa Abdalla por suas aulas “maravilhosas” das quais tenho muitas saudades e o Professor Dr. Luiz Carlos Barreira pelo exemplo a ser seguido. Como educadora considero que minha prática em sala de aula nunca mais foram as mesmas após ter contato com pessoas tão apaixonadas pela educação, com as quais muito aprendi e sobre tudo, muito tenho a aprender.

Neste momento de finalização não poderia deixar de mencionar os funcionários da UNISANTOS, entre eles os auxiliares do laboratório de informática Rafael Ferreira e Rafael Oliveira por todos os momentos de auxílio com esta pessoa pouco tecnológica, as bibliotecárias do prédio Don Davi Picão Rosina Valéria e Sheila Brito sempre prestativas e atenciosas. Além, das funcionárias da secretaria de Mestrado em Educação Débora de Oliveira e Márcia Gibo, as quais aprendi a



admirar pela competência, dedicação e paciência que sempre demonstraram ter com os alunos. A todos vocês e demais não citados o meu muito obrigada.

Quanto aos créditos de custo agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, porém o mesmo só foi possível graças ao auxílio da colega de curso Maria Rosário Garcia Nieves que muito contribuiu no processo seletivo ao me auxiliar com todo seu conhecimento em informática, pessoa pela qual só tenho a agradecer.

Agradeço a todos os colegas e amigos que por mim vibraram ao saber deste passo dado. Assim, como os que colaboraram nas pesquisas realizadas nos arquivos da prefeitura e aos professores da Coordenadoria de Educação Ambiental.

Contudo, considero que percorrer o espaço acadêmico em *Stricto Sensu* é aprender e partilhar de algo novo a cada dia, principalmente ao considerar as diferentes formações acadêmicas que se encontram e possibilitam abrir novas vertentes de informações e conhecimentos. Por isso, agradeço a cada colega pela troca de experiência que se fez presente durante as aulas devido suas diferentes formações e pesquisas realizadas. Além, de todos os citados anteriormente que de forma direta contribuíram com meu aprendizado e para esta realização do Mestrado em Educação.

SILVA, Nadja Ferreira da. **Um Estudo da Coordenadoria de Educação Ambiental em Praia Grande como Política de Meio Ambiente**. Dissertação Mestrado em Educação. Universidade Católica de Santos. Santos, 2015.

## RESUMO

As questões ambientais do mundo contemporâneo passam a serem debatidas a partir da Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada na cidade de Estocolmo, Suécia em 1972. Durante a Conferência foram discutidas ações que orientassem para uma educação ambiental. Tais questões foram ratificadas em 1977, durante a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada na cidade de Tbilisi, Geórgia. No Brasil os temas relacionados a educação ambiental perpassam pelos assuntos discutidos nas conferências mundiais, porém com maior visibilidade a partir de 1998, com os Parâmetros Curriculares Nacionais - Temas Transversais, nos quais se abordam seis eixos temáticos, entre eles o meio ambiente. A proposta está em integrar e compor a interdisciplinaridade junto a temática dos componentes curriculares, de forma que fortaleça as condições para uma conscientização socioambiental. Fundada em 1996 a Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA) em Praia Grande, São Paulo, desenvolve suas atividades a partir do ano letivo de 1997, sendo pioneira na região da Costa da Mata Atlântica, tendo por base projetos que priorizam a educação ambiental. Sendo assim, a presente pesquisa pretende investigar e analisar a relação dos projetos educativos desenvolvidos pela CEA com as demandas da política pública municipal. O estudo utiliza pesquisa documental realizada nos processos arquivados junto a Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, onde foi possível encontrar recortes de jornais com divulgação dos projetos, fotografias das atividades desenvolvidas e as relações dos projetos com a demanda social. Entre outros, a pesquisa tem suporte teórico para analisar as questões socioambientais nos seguintes autores: Coimbra (1985), (2002) e (2014); Leff (2009) e Sachs (2007). Para discutir a questão da interdisciplinaridade e o conceito de educação ambiental nas escolas foram utilizados os seguintes autores: Carvalho (2008); Morin (2000) e Pelicioni (2014). Apóia-se também nos trabalhos de Philippi Jr. e Bruna (2014) e Ueno e Natal (2014) que discorrem sobre a questão das políticas públicas de meio ambiente e o conceito de gestão ambiental. A análise foi realizada com entrevistas entre professores e coordenadores da CEA, a fim de coletar dados pertinentes às questões da atuação da Coordenadoria de Educação Ambiental e a relação de seus projetos com as políticas públicas do município.

**Palavra Chave:** Educação Ambiental, Interdisciplinaridade, Política Pública.

SILVA, Nadja Ferreira da. **A Study on the Coordination of Environmental Education in the city of Praia Grande as Environment Policy.** Master's Dissertation in Education. Universidade Católica de Santos. Santos, 2015.

## ABSTRAT

Environmental issues in the contemporary world have been discussed since the Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment, in Stockholm, Switzerland, 16th June 1972. During this Conference, topics that would guide for Environmental Education were discussed. Such topics were ratified in 1977, during the Intergovernmental Conference on Environmental Education in Tbilisi, Georgia. In Brazil, topics related to environmental education entwine those discussed in world conferences, but – more notoriously – as from 1998, with the National Curriculum Parameters – Transversal Themes, upon which six main themes are approached and among these, environmental education. The parameters propose to integrate and compose interdisciplinary along with the topics of curriculum components, in such a way it can strengthen the conditions for social and environmental awareness. The Coordination Office for Environmental Education (CEE), established in 1996 in the town of Praia Grande, São Paulo, started its activities in the school year of 1997 as a Pioneer in the Atlantic Forest coast to have Environmental Education in its foundation. Therefore, this research paper investigates and analyzes the relations between the educational projects developed by the CEE, with the municipal public policies demands. The research was made by the means of document research, carried out on the Closed Files at the City Hall in Praia Grande, where it was possible to find excerpts from newspapers that promoted such projects, along with images and registry of all previous activities, as well as how these projects related to social demand. Among other authors, in order to analyze social environmental issues, this research counts with the theoretical support from: Coimbra (1985), (2002) e (2014); Leff (2009) and Sachs (2007). In order to discuss interdisciplinary and the concept of environmental education at schools, the following authors were studied: Carvalho (2008a) e (2008b); Morin (2000) e Pelicioni (2014). Philippi Jr. and Bruna (2014) and Ueno and Natal (2014) also provided information on the matter of environmental public policies as well as the concept of Environmental Management. The analysis was carried out through interviews with teachers and coordinators at the CEE, in order to collect substantial data concerning the operational issues of the CEE, and how its projects relate to the town's public policies.

Keywords: Environmental Education, Interdisciplinary, Public Policy

## LISTA DE SIGLAS

**EA** - Educação Ambiental

**CBH-BS** - Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista

**CEA** - Coordenadoria de Educação Ambiental

**CMMAD** - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

**CONAMA** - Conselho Nacional de Meio Ambiente

**CONDEMAS** - Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente

**COP** - Conferência das Partes

**COP-1** - Primeira Conferência das Partes

**COP-15** - Conferência das Partes sobre Mudança Climática

**EUA** - Estados Unidos da América

**FUNAI** - Fundação Nacional do Índio

**INPA** - Instituto Nacional de Pesquisas Aéreas

**MCT** - Ministério da Ciência e Tecnologia

**MEC** - Ministério da Educação e do Desporto

**MINC** - Ministério da Cultura

**MMA** - Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal

**ONGs** - Organizações Não-Governamentais

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**P1** - Professor Entrevistado 1

**P2** - Professor Entrevistado 2

**PC1** - Professor Coordenador 1

**PC2** - Professor Coordenador 2

**PCNs** - Parâmetros Curriculares Nacionais

**PGIRS** - Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (Praia Grande)

**PIEA** - Programa Internacional de Educação Ambiental

**PMSB** - Plano Municipal de Saneamento Básico (Praia Grande)

**PNUMA** - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

**PRONEA** - Programa Nacional de Educação Ambiental

**SEMA** - Secretaria Especial do Meio Ambiente

**SISNAMA** - Sistema Nacional do Meio Ambiente

**UICN** - União Internacional para a Conservação da Natureza

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I – MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....</b>	<b>22</b>
1.1 – EMBATES E PERCURSO DA DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE .....	22
1.2 – HISTÓRICO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS NO BRASIL .....	28
1.3 – HISTÓRICO DOS DEBATES E CONFERÊNCIAS SOBRE O MEIO AMBIENTE .....	30
1.4 – A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS DEBATES INTERNACIONAIS .....	38
1.5 – A INSERÇÃO DO CONCEITO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	47
1.6 – CONCEITO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL .....	48
<b>CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA.....</b>	<b>53</b>
2.1 – O PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	53
2.2 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO.....	59
2.3 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	63
2.4 – POLÍTICA PÚBLICA E POLÍTICA AMBIENTAL .....	72
<b>CAPÍTULO III – ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A CIDADE DE PRAIA GRANDE - SP.....</b>	<b>83</b>
3.1 – CONTEXTO EUROPEU E O CONTATO DOS PORTUGUESES COM OS ÍNDIOS NO BRASIL .....	83
3.2 – CAPITANIA DE SÃO VICENTE .....	85
3.3 – A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DA CIDADE DE PRAIA GRANDE - SP .....	87
3.4 – A QUESTÃO POLÍTICA AMBIENTAL NA CIDADE DE PRAIA GRANDE - SP .....	89
<b>CAPÍTULO IV - A COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS RELAÇÕES COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE - SP .....</b>	<b>99</b>
4.1 – COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PRAIA GRANDE - SP .....	99
4.2 – ALGUNS DOS PROJETOS DA COORDENADORA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL RELACIONADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PRAIA GRANDE .....	113
4.3 – ANÁLISE DE ALGUNS PROJETOS DESENVOLVIDOS E A VISÃO DOS PROFESSORES QUE ATUAM NA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	120
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>133</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>140</b>
<b>DOCUMENTOS OFICIAIS.....</b>	<b>148</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>155</b>
APÊNDICE 1 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA .....	156
APÊNDICE 2 - CONSENTIMENTO E AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA .....	160
APÊNDICE 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	164
<b>ANEXOS .....</b>	<b>172</b>

## INTRODUÇÃO

A década de 1970 do século XX marcou o cenário mundial sobre as discussões envolvendo o meio ambiente, mais especificamente em 1972 com a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada na cidade de Estocolmo, Suécia. A Conferência realizada entre os dias 5 a 16 de junho de 1972 instituiu o dia 5 de junho como Dia Mundial do Meio Ambiente. Insere-se nesse contexto a educação ambiental, que ao longo dos anos teve seu tema definido e ratificado em 1977, na Conferência Internacional sobre Educação Ambiental realizada na cidade de Tbilisi, Geórgia. Os debates a partir de então passaram a estabelecer conceitos nas demais conferências mundiais com foco na construção de um planeta sustentável.

No Brasil foram criadas algumas legislações de proteção ao meio ambiente, porém, quanto ao contexto educacional, a questão ganhou amplo espaço após as reformas educacionais iniciadas na década de 1990 quando foi aprovada a Lei nº 9.394/96 que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional quanto aos conteúdos mínimos a serem priorizados nas instituições de ensino. Esta Lei culminou com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais divididos em quatro ciclos, sendo o primeiro e segundo criados em 1997, e terceiro e quarto em 1998, ano em que também foram instituídos os Temas Transversais divididos em seis eixos: 1) Ética 2) Pluralidade Cultural, 3) Meio Ambiente, 4) Saúde, 5) Orientação Sexual e 6) Trabalho e Consumo. Amparada na legislação a proposta educacional dos Temas Transversais visa articular de forma interdisciplinar os eixos apresentados junto ao conteúdo específico de cada disciplina, relacionando-os as questões do cotidiano e as especificidades de cada região do país.

Visando atender as questões relacionadas à EA (discutida a partir de Estocolmo, Suécia em 1972) é criada a Coordenadoria de Educação Ambiental na cidade de Praia Grande, litoral do sul do Estado de São Paulo. Instituída em dezembro de 1996, passa a desenvolver suas atividades no ano letivo de 1997, antes do trâmite legal dos Temas Transversais.

Com sede próxima a entrada da cidade em uma área ambiental conhecida como Portinho, desenvolve atividades pedagógicas voltadas para EA e preservação do meio ambiente. Assim, o estudo poderá contribuir no âmbito acadêmico e

científico por ser o único espaço voltado para educação ambiental na região da Costa da Mata Atlântica que compreende nove municípios, entre eles: Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, São Vicente, Santos, Cubatão, Guarujá e Bertioga. Portanto, acredita-se que a Coordenadoria de Educação Ambiental da cidade de Praia Grande, merece destaque no plano dos estudos científicos, devido seu trabalho ser pioneiro na região, no qual será investigado como ocorre o processo ensino aprendizagem no contexto ambiental e se o mesmo prioriza o exposto nos Temas Transversais quanto as especificidades regionais, relacionadas as degradações ambientais do município, assim como as articulações entre as políticas públicas e as ações desenvolvidas pela CEA.

Administrada pela Prefeitura atende escolas municipais, estaduais, particulares e universidades da cidade e região com prévio agendamento. Desenvolve suas práticas de acordo com os Parâmetros Curriculares - Temas Transversais sobre o eixo meio ambiente e utiliza materiais pedagógicos diversificados possui uma estufa com bancadas de hidroponia, museu biológico, e desenvolve estudos do meio no mangue e praia. Também participou da Rio+20 com lançamento de livro no evento.

Desde sua criação já atendeu 177.406 alunos (número computado até dezembro de 2010), em diversos projetos com o objetivo de despertar nos estudantes e na comunidade a preocupação com a ecologia e a mudança de postura, com a adoção de atitudes práticas de preservação ambiental.

Assim, o estudo partirá do recorte teórico para investigar sua criação e compreender as ações desenvolvidas no espaço educativo, e de que forma as mesmas se articulam às políticas públicas do município, servindo como norteadoras da Educação Básica para uma aprendizagem reflexiva, participativa e autônoma do aluno no ambiente ao qual o mesmo está inserido, observando as transformações que ocorrem ao longo dos anos e sua participação neste processo, possibilitando reflexão sob suas ações, assim como mudança de postura e atitudes frente a degradação ambiental.

O interesse pelo tema da degradação ambiental surgiu na Graduação no curso de Licenciatura Plena em história, por leituras desenvolvidas no período da Revolução Industrial, e se intensificou ao desenvolver uma pesquisa para uma especialização Lato Sensu sobre a cidade de Praia Grande na qual tomei contato com o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Educação Ambiental. Neste

estudo foi possível investigar o crescimento demográfico da cidade e o trabalho realizado pela CEA que apresenta uma proposta voltada para educação e conscientização ambiental. No desenvolvimento de suas atividades a CEA busca relacionar o passado ao presente, para uma aprendizagem significativa, proporcionado pelo estudo do meio e questões presentes nos dias atuais vivenciadas pelos munícipes, entre elas: a poluição das praias, a extinção de animais e a degradação do mangue. Compreendendo as transformações ao longo dos anos, como no caso da cidade de Praia Grande, o ensino de história busca contextualizar as ações do passado com as do presente, com o objetivo de refletir sobre as questões apresentadas, visto que o passado não pode ser alterado, diferentemente do presente, que pode ser transformado e modificado caracterizando uma nova história. Assim, considerando que o presente parte de reflexões e ações, cabe ao poder público promover e envolver a sociedade em debates de políticas públicas abertas para participação de todos, na qual o tema central da pauta esteja relacionado ao bem estar coletivo.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa se propõe investigar de que forma o trabalho desenvolvido pela CEA propõe o pensamento crítico reflexivo aos alunos sobre a degradação ambiental, como as questões ambientais são apresentadas aos alunos e se os projetos se integram as políticas públicas do município.

Dessa forma os objetivos são:

- Analisar os projetos desenvolvidos;
- Verificar se e de que forma, as políticas públicas articulam-se ao planejamento da CEA, especialmente aos projetos de ensino;
- Compreender por que determinados projetos são de curta duração se as demandas sociais continuam;
- Investigar se a educação ambiental propiciada pela CEA realiza um viés crítico/político das questões ambientais.

Por meio dos procedimentos metodológicos escolhidos para realização desses objetivos, busca-se levantar informações dos projetos existentes em documentos, pareceres, recortes de jornais, nos arquivos da CEA e Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande. Trata-se de um estudo de caso no qual será analisada as várias fontes de informação documental visando elucidar também a criação da CEA, observando se havia alguma tensão relacionada ao meio ambiente



e quais os principais elementos que contribuíram na cidade para sua criação e desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, além dos documentos, que são fontes primárias importantes para a discussão sobre a implementação da EA e a descrição dos projetos desenvolvidos pela CEA, realiza-se uma pesquisa bibliográfica que dá embasamento para a análise de cada tópico encontrado, além do tema meio ambiente, tratado em cada capítulo que compõem essa pesquisa.

Para tanto, Goldenberg (1997) seleciona as características que definem o estudo de caso e discute, também, quando se deve ou não utilizar esta metodologia. Segundo a autora, “O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de aprender a totalidade de uma situação e escrever a complexidade de um caso concreto”. (p. 34). Relacionado ao mesmo tema Merriam (1998, apud André, 1995, p. 51), argumenta que “os estudos de caso buscam o conhecimento do particular, são descritivos, indutivos e buscam a totalidade”.

Assim, pode-se considerar o estudo de caso como uma coleta de informações e registro de dados de um caso particular, a fim de organizar um relatório crítico de uma experiência realizada ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a respeito do apresentado.

Num estudo de caso, as entrevistas têm a finalidade de aprofundar questões e esclarecer problemas observados. Documentos são usados para contextualizar a situação e explicitar suas vinculações, completando as informações coletadas.

Segundo André (1995), “Como no estudo de caso o instrumento da pesquisa é o pesquisador, um ser humano, as observações e análises vão ser filtradas pelos seus pontos de vista filosóficos, políticos e ideológicos” (p. 61).

A escolha pelo procedimento da entrevista semiestruturada parte da busca por respostas que possam esclarecer como ocorre a criação dos projetos desenvolvidos pela CEA e se os mesmos partem de discussões apresentadas sobre as questões relacionadas ao meio ambiente do município. Para tanto foi elaborado um questionário com questões pertinentes ao esclarecimento do objeto de pesquisa.

Para melhor esclarecer como estes temas se articulam serão utilizadas entrevistas semiestruturadas (GOLDENBERG, 1997), buscando informações sobre a história de criação da Coordenadoria de Educação Ambiental, sua articulação com outras secretarias e o desenvolvimento dos projetos. Essa escolha leva em

consideração tanto o período da fundação quanto o tempo presente, procurando elucidar os procedimentos desenvolvidos atualmente. As entrevistas serão realizadas com o uso de gravador e transcritas para leitura e aprovação dos entrevistados (MEIHY, 2006).

Será utilizado pseudônimo em consideração à fala dos entrevistados, em que todas elas merecem igual atenção em seus depoimentos e vivência dos fatos para produção de documentos relacionados às entrevistas (MEIHY, 2006).

A proposta em compreender a relação dos projetos desenvolvidos pela CEA com as políticas públicas do município teve como aporte principal levantar documentos nos arquivos da Prefeitura que descrevessem como eram desenvolvidos os projetos e como eram elaborados. A realização das entrevistas semiestruturadas teve como objetivo complementar e elucidar as informações sobre os projetos desenvolvidos, assim como o trabalho que a CEA apresenta aos alunos. Para tanto, levou a pesquisa ao encontro de alguns autores que discutem sobre o tema, como Philippi Jr e Bruna (2014), Pelicione (2014), Coimbra (2002) e Ueno e Natal (2014) por abordarem questões referentes aos debates sobre o meio ambiente, saúde pública e políticas públicas que foram discutidos no Capítulo II.

Os documentos escritos fornecem novos subsídios para investigar, buscar e compreender os conceitos de políticas públicas e educação ambiental desenvolvidos pela Coordenadoria de Educação Ambiental.

Assim, o trabalho está dividido em três capítulos.

O primeiro Capítulo trata da questão da degradação ambiental e do consumo gerado pelo capitalismo exacerbado que desconsidera as avaliações dos patrimônios naturais em busca do capital globalizado.

Desde o início dos anos 70, quando o informe do Clube de Roma, preparatório para a conferência mundial de Estocolmo, alertou o mundo sobre o fato de que a economia mundial mostrava a tendência de ultrapassar a capacidade de sustentação oferecida pela natureza do planeta, por poluir demais, consumir recursos demais, distribuir mal a riqueza, seguiu-se intenso debate em vários fóruns especializados. As construções que buscavam uma alternativa ao pensamento que opunha a economia e a ecologia evoluíram para a proposta do eco desenvolvimento, ou para a visão da economia ecológica, antes que os trabalhos da Comissão Brundtland consagrassem a proposta de um desenvolvimento sustentável, na preparação da Rio 92, descritos entre outros por Leff (2009) e Sachs (2007).

No mesmo contexto aborda o processo de degradação ambiental com início a partir da Revolução Industrial citado por Carvalho (2008) e Grün (1996), avançando até a Segunda Guerra Mundial, quando o homem passa a repensar o modelo adotado por ameaçar a própria espécie como no caso da bomba de Hiroshima e Nagasaki. O fato se deve pela revolução tecnológica e o desejo de domínio de uma nação sobre outra causando graves consequências. Momento em que surgem os ecologistas preocupados com o meio ambiente e as notícias de contaminação do solo apontadas por Carson (2010).

As considerações sobre o histórico dos debates são apontadas pelos seguintes autores: Acot (1990) e Granziera (2009). E a inserção da educação ambiental no contexto mundial é discutida entre outros por Dias (2004), Sato (2002) e Jacobi (1998) que discutem uma educação voltada para uma nova cidadania, em que a questão ambiental se insere como “um processo de permanente aprendizagem, que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária” (JACOBI, 1998, p. 13).

Quanto às questões de degradação ambiental iniciada no Brasil a partir da colonização são mencionadas por Minc (2005) e Fausto (2003) que também discorrem sobre a escravidão vivida pelos indígenas. Já no século XXI as questões ambientais são mencionadas por Bononi (2014).

No segundo Capítulo é discutido o contexto da aprendizagem significativa por meio de conceitos educacionais por Mauri (2006), Solé e Coll (2006) e Zabala (1998) e (2006), entre outros, que discorrem quais tipos de conteúdo devem ser priorizados pela escola. Amparado sob o mesmo contexto é discutida a educação ambiental como política pública, visto que a aprendizagem adquirida na escola em tese ultrapassa seus muros e proporciona formar cidadãos com consciência crítica tanto local quanto global.

A proposta discutida tem por base alguns autores, como Pelicioni (2014b) que discorre a importância da EA ser desenvolvida em parques ou praças a fim de despertar a consciência crítica; e Morin (2000) que disserta sobre os sete saberes necessários à educação do futuro, e aponta que a educação planetária deveria ser foco de interesse de toda humanidade para os desafios de uma educação ambiental com destino comum a todos. Oliveira (1996) e Sorrentino (1998) argumentam um objetivo geral para os fazeres educativos voltados à questão ambiental: apoiar a conservação da biodiversidade, contribuir para a auto realização individual e

comunitária e para a autogestão, através de processos educativos e participativos que promovam a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida. Para Sorrentino (1998), os trabalhos de educação ambiental tendem a: 1) instigar o indivíduo a analisar e participar na resolução dos problemas ambientais da coletividade; 2) estimular uma visão global e crítica; 3) promover um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes; 4) possibilitar um conhecimento interativo através do intercâmbio de pontos de vista; 5) propiciar um autoconhecimento que contribua para desenvolver valores, atitudes, comportamentos e habilidades.

Entre os debates de política pública e cidadania os autores Philippi Jr. e Bruna (2014), dissertam sobre a questão da necessidade de se ampliar a temática dentre as políticas públicas e as responsabilidades compartilhadas, a fim de que todos se tornem responsáveis e se reconheçam nas ações a serem tomadas. Para tanto, cabe aos gestores municipais envolverem a comunidade para participarem e contribuírem com ações que visam o bem comum.

Assim, Ueno e Natal (2014), ampliam sob a perspectiva de uma política de saúde humana e ambiental considerando serem fundamentais as discussões em políticas públicas e EA por despertarem a consciência crítica nas responsabilidades compartilhadas.

O terceiro capítulo aborda a história da cidade de Praia Grande desde a época da colonização, apresentados por Fausto (2003), Holanda (1996) e Wehling (1999) que abordam os motivos que trouxeram os portugueses até o Brasil e como os mesmos trataram os índios que habitavam a região. Assim, como o processo de colonização e a fundação da Vila de São Vicente em 22 de janeiro de 1532.

Pertencente a cidade de São Vicente, Praia Grande inicia seu processo de emancipação político administrativo citado por Toschi (2008), época em que a cidade sofria com a falta de saneamento e recursos argumentados por Silva (1965). Contudo, a autonomia político administrativa ocorre em 19 de janeiro de 1967 citado pelas autoras Siqueira, Cális e Silva (2002). O contexto da degradação ambiental vivenciado na cidade foi apresentado por Santos (2008) que discorre sobre a crescente especulação imobiliária e o surgimento dos primeiros bairros na cidade, quando antigos sítios passaram a serem loteados e vendidos como o Jardim Guilhermina e Tude Bastos.

Amparado neste contexto histórico do crescimento urbano da cidade e a necessidade pela consciência ambiental é criada em 1996 a Coordenadoria de

Educação Ambiental, a qual foi o objeto desta pesquisa. Desde o início apresenta como referencial algumas diretrizes educacionais como a Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e o Programa Nacional de Educação Ambiental (1997), incorporando os demais aportes educacionais ao longo dos anos entre eles os PCNs (1997) e (1998), Temas Transversais (1998) para o qual desenvolve atividades em conformidade ao eixo meio ambiente e a Lei Federal nº 9.795/99 que institui a política nacional de educação ambiental.

Todos os referenciais servem de base para o desenvolvimento dos projetos apresentados. No entanto, a análise buscou observar a articulação das políticas públicas do município de Praia Grande com o trabalho realizado pela Coordenaria de Educação Ambiental através de seus projetos. Assim, utilizou como referência Coimbra (2014) que discorre sobre as propostas da educação ambiental serem melhores desenvolvidas quando trabalhadas com temas de interesse local, fator que possibilita desenvolver ações ambientais participativas entre a sociedade e o poder público.

Para elucidar as informações foram utilizadas entrevistas semiestruturadas realizadas com Professores e Coordenadores, as quais possibilitaram compreender como ocorre a elaboração dos projetos e de que forma os mesmos são articulados com as políticas públicas municipais.

Após as análises consideramos que os projetos pouco se articulam com as políticas públicas sendo elaborados como cumprimento de uma Lei Federal ou por vezes, por imposição do executivo e legislativo do município, fatores que possibilitaram perceber porque determinados projetos possuem pouca duração quando as demandas sociais pela conscientização ambiental continuam precárias.

Por fim, a pesquisa poderá contribuir ao propor que a Coordenadoria de Educação Ambiental passe a articular de forma mais precisa seus projetos as políticas públicas municipais despertando no aprendiz, além da consciência ambiental o desejo e interesse em tornar-se um cidadão participante das ações públicas, visto que uma das propostas do PCNs (1998) está em preparar o aluno para sociedade, trabalho e vida.

## CAPÍTULO I – MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Deve ser uma experiência fascinante olhar o planeta Terra a bordo de uma nave espacial distante, encantar-se com sua beleza feita de um azul-celeste - se é que se pode empregar tal adjetivo - e, ao mesmo tempo, surpreender-se com a insignificância de seu tamanho ao lado dos demais astros na imensidão do sistema solar. (PHILIPPI e BRUNA, 2014, p. 707).

### 1.1 – Embates e Percurso da Degradação do Meio Ambiente

O mundo contemporâneo vive uma transformação climática causada tanto pelos processos naturais relacionados ao ciclo da terra como maremotos, tsunamis e furações; quanto pela ação humana que afeta diretamente a natureza, como o desmatamento, o derretimento das geleiras, o aquecimento global, entre outros processos.

Para tanto, torna-se necessário que o homem passe a refletir sobre seus atos e realidade que envolve o social e o ambiental.

É indispensável (re) pensar o mundo natural como uma realidade concreta, valiosa em si e por si, isto é, dotada de valor intrínseco. Isso significa também pensar o meio ambiente como realidade histórica, em seus aspectos naturais acrescidos das transformações feitas pelo ser humano (indivíduo e sociedade), e também como uma realidade social (COIMBRA, 2014, p. 516).

Dessa forma o problema ambiental engloba toda sorte de desafios de sobrevivência em áreas urbanas ou não, que exige uma tomada de decisões e consciência imediata diante dos problemas emergentes, incluindo aspectos relacionados a qualidade de vida, marcados pela ocupação desordenada e crises ambientais causadas pela deterioração do meio ambiente que comprometem a água, o ar e o solo (PHILIPPI JR e BRUNA, 2014).

Essas transformações podem ser relacionadas com o padrão de vida inserido pelo capitalismo exacerbado, aflorado pela globalização de uma economia mundial das exportações de produtos manufaturados nos países em desenvolvimento,

produzido com baixos salários e péssimas condições de trabalho (KRUGMAN e OBSTFELD, 2005).

Para o autor:

Uma questão ainda mais capciosa envolve o efeito da globalização sobre as culturas locais e nacionais. Não há a menor dúvida de que a integração cada vez maior dos mercados levou a uma homogeneização das culturas ao redor do mundo. Em todo o globo, as pessoas cada vez mais tendem a vestir as mesmas roupas, comer a mesma comida, ouvir a mesma música e assistir aos mesmos filmes e programas de TV (KRUGMAN e OBSTFELD 2005, p. 215).

Nesse aspecto a globalização tende a unificar o consumo gerando uma economia baseada no ter, na qual as pessoas têm importância pelo que possuem numa escala que provocou um crescimento do produto por unidade de capital, gerado pelo aumento da produção por um círculo virtuoso formado pelo desejo, consumo e descarte.

O processo ocorre por estimular um desejo, visando satisfazer as necessidades de consumo, previstos e amplificados atendendo as demandas sociais para sua “aceitação” no grupo. Esta dinâmica do mercado é potencializada pelo marketing.

O problema ambiental foi colocado por Leff (2006), nos seguintes termos:

A problemática ambiental não é ideologicamente neutra nem é alheia a interesses econômicos e sociais. Sua gênese dá-se num processo histórico dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica a curto prazo, numa ordem econômica mundial marcada pela desigualdade entre nações e classes sociais. Este processo gerou, assim, efeitos econômicos, ecológicos e culturais desiguais sobre diferentes regiões, populações, classes e grupos sociais, bem como perspectivas diferenciadas de análises (p. 62).

Estas formas de adquirir o produto não consideram as avaliações dos patrimônios naturais, tão pouco as condições de reprodução da base desses recursos extraídos na natureza. Pelo contrário, todo este processo de consumo exagerado parece indiferente à destruição ecológica. Aparece como uma contribuição ao desenvolvimento, justamente por atender à necessidade social (CMMAD, 1988).

A questão não está em discutir as necessidades sociais, mas em compreender o processo para um círculo virtuoso sustentável que deve administrar o estoque de recursos para atender as necessidades essenciais (LEFF, 2009).

Ampliando a questão o autor argumenta:

Os custos sociais e ambientais do crescimento econômico fundado no incremento da produtividade tecnológica tampouco foram avaliados em termos de seu impacto na desestruturação dos ecossistemas produtivos e na sobre-exploração dos recursos naturais. Isso significou a perda do potencial econômico proveniente do aproveitamento da produtividade primária dos ecossistemas naturais, do manejo integrado de seus recursos e da descoberta de recursos potenciais. A dependência cultural reforça os efeitos da dependência econômica, ao incorporar padrões tecnológicos a um processo produtivo orientado para a satisfação da demanda externa, o que provoca uma fuga importante do excedente econômico interno e uma destruição dos recursos disponíveis para um desenvolvimento endógeno fundado no ordenamento ecológico das atividades produtivas (LEFF, 2009 p. 38).

O novo padrão de consumo decorrente da demanda cultural formou uma nova sociedade. Neste sentido, o aproveitamento do potencial do desenvolvimento sustentável pode levar esta sociedade a aproveitar melhor seus recursos internos, principalmente nos países subdesenvolvidos, passando a utilizar de forma menos dependente os produtos externos e contribuindo para o crescimento e demanda de seu país, com total aproveitamento dos recursos naturais, e, menos dependente da economia capitalista (SACHS, 2007).

Este processo econômico voltado para o capital foi citado por Adam Smith em 1776 em sua obra "*A riqueza das nações*", na qual discute a lei do mercado que se auto regula pelos interesses econômicos conhecido como liberalismo econômico e que serviu de base teórica para a expansão do capitalismo industrial.

Para Carvalho (2008), o processo histórico de domínio ao meio ambiente ocorreu devido a nova ordem burguesa impulsionada pela I Revolução Industrial que proporcionou o maior advento no comportamento humano relacionados a dependência e consumo. As fábricas alteraram a paisagem para servir o homem em nome do capital e como consequência trouxe a degradação ambiental e a exploração da mão-de-obra. Contudo, as condições de vida tornaram-se insuportáveis com trabalhadores pobres e expostos a um ambiente precário (CARVALHO, 2008).



Embora a degradação ambiental venha acompanhando o homem na sua busca pelo domínio da Natureza, pode-se assinalar a Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, como um marco de forte agravamento dos impactos da atividade humana sobre o meio ambiente e sobre a saúde humana. A poluição pela fumaça, emitida por fornalhas movidas a carvão, tornaram Londres uma cidade insalubre (GRANZIERA, 2009, p. 21).

As constantes transformações do ambiente geraram novas condições socioambientais que se agravavam rapidamente, a organização capitalista da sociedade mostrava sua face mais perversa e a desigualdade social começava a surgir intimamente ligada à destruição do meio ambiente (CARVALHO, 2008).

Granziera (2009), discorre que uma das reações contra à violência ambiental ocorreu com o movimento romântico, iniciado ao final do século XVIII, que consistia no retorno à natureza, na busca da floresta e das águas puras. Granziera (2009) cita o filósofo Rousseau como sendo o precursor do movimento romântico, em sua obra *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*, publicada em 1755, na qual apontou que os homens em uma determinada época eram iguais, sem dependência uns dos outros, como fazem os animais (GRANZIERA, 2009).

Carvalho (2008), também faz referência ao filósofo Rousseau sobre as novas sensibilidades vividas na época do século XVIII e a esfera pedagógica. Segundo as considerações de Carvalho (2008) sobre Rousseau, seu pensamento era diferente do exposto pelo Iluminismo, neste a natureza era apontada como matéria exterior ao humano que como consequência, teria o objeto de conhecimento pela razão, diferentemente deste pensamento Rousseau promoveu-a como fonte de vida e formadora do humano (CARVALHO, 2008).

O filósofo nascido em Genebra na Suíça, citado por Carvalho, chama a atenção para o conceito de educação em diferentes aspectos: da natureza dos homens e das coisas.

Segundo Carvalho (2008), com o passar dos anos o conceito pedagógico mencionado por Rousseau de valorização da natureza, pouco saiu do discurso para a nova sociedade que se formava, assim como, o modelo civilizatório não se alterou permanecendo o mesmo quanto a degradação do meio ambiente. As referências anteriores sobre a questão da natureza não contribuíram, prevalecendo uma postura socioambiental predatória ligada aos profundos laços capitalistas.

Esta continuidade do pensamento que se desenvolveu ao longo do tempo, começava a apontar a inviabilidade da vida humana no planeta pelo consumo.

No processo do desenvolvimento capitalista o tecnicismo (especialização de um ofício), instalou-se atrelado ao crescimento econômico. O progresso técnico teve por base a exploração humana e socioambiental, para garantir o resultado de uma produção crescente (LÖWY, 2005).

A formação da sociedade industrial condicionou o mercado de trabalho às especializações técnicas. Por sua vez, a burocracia (no sentido que lhe dá Max Weber) impôs, como necessárias, a hierarquia e a especialização das funções dentro das organizações. Tais condicionamentos ou imposições contribuíram para a construção dos modelos de gestão ainda em voga, profundamente marcados pelo pragmatismo e pela frieza racional (COIMBRA, 2014, p. 537).

Na segunda metade do século XIX surge o socialismo, conceito apresentado por Karl Marx contrário ao capitalismo. A visão oposta visa à preservação e o desenvolvimento, porém não os coloca como ameaça de um sobre o outro. Para a perspectiva socialista, o progresso técnico, assim como o desenvolvimento, deve ser encarado de outra forma, valorizando o operário. “O objetivo supremo do progresso técnico para Marx não é o crescimento infinito de bens (“o ter”), mas a redução da jornada de trabalho e o crescimento do tempo livre (“o ser”)” (LÖWY, 2005, p. 24). Propõe que o trabalhador pertença à sociedade, aproveitando seu tempo livre sem ser escravo da mesma sociedade, pelo trabalho.

Com a alteração da paisagem pelas fábricas fomentou-se o desejo e a necessidade de compreender melhor a natureza e o meio ao qual o homem estava inserido, conhecendo sua dinâmica e os perigos inerentes a destruição ou diminuição exagerada dos recursos naturais. O problema passou a ser discutido por um grupo de estudiosos da natureza, os naturalistas, que nas primeiras décadas do século XIX, ficou conhecido pelo termo “Ecologia”, criado para indicar o estudo das relações entre a flora e a fauna e seu ambiente físico (MINC, 2005).

Com a evolução dos estudos naturalistas notou-se que as interferências aos elementos dos ecossistemas, pelo homem, poderiam gerar um grande desarranjo e desequilíbrio ambiental com danos irreversíveis. Mas, as disputas capitalistas e os interesses econômicos não deram tréguas. As ameaças de destruição provocadas pelo homem continuaram como em 1945 quando o mundo conheceu o poder

destrutivo de sua própria espécie. A utilização da bomba nuclear durante a Segunda Guerra Mundial lançadas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki deixou o planeta em alerta sobre o poder de destruição em massa e a necessidade de repensar os caminhos da civilização e do desenvolvimento tecnológico.

[...] eram jogadas as bombas atômicas sobre as populações civis de Hiroshima e Nagasaki. O Homo sapiens, esta espécie tardia surgida há pouco mais de um milhão e meio de anos, havia conquistado o poder de destruição total de si próprio e de todas as demais espécies sobre a face da Terra. [...] Os seres humanos adquirem então a autoconsciência da possibilidade de destruição completa do Planeta (GRÜN, 1996, p. 16).

Após o episódio dramático do pós-guerra, passam a circular em 1960, publicações que denunciam a contaminação de solos e alimentos, relacionados à utilização de pesticidas na agricultura. As publicações visavam denunciar os problemas ambientais, assim como o perigo do aumento da população mundial, que consequentemente aumentaria o número de poluidores, caso estes não fossem devidamente orientados tornando inviável a possibilidade de sustentação da civilização moderna em médio prazo.

Estes prognósticos geraram reflexões e na mesma década os ambientalistas começam a questionar diversos valores da sociedade capitalista.

A proteção da natureza, o não-consumismo, a autonomia, o pacifismo eram apenas algumas de muitas bandeiras empunhadas por aqueles que começavam a ser chamados ecologistas (GRÜN, 1996, p. 16).

O contexto ambientalista da década de 1960 foi marcado pelo movimento de proteção à natureza, como uma alternativa de buscar maior identidade do ser humano com o meio ambiente. O movimento ganhou força a partir das denúncias contra a Guerra do Vietnã, dos movimentos estudantis na França e do movimento hippie (GRANZIERA, 2009).

Neste contexto histórico as concepções ecologistas passam a disseminar as ideias e a vontade de transformação da sociedade dos países desenvolvidos, num momento de questionamento da ordem vigente originado principalmente na Europa e nos Estados Unidos conhecido como contracultura e “Nova Esquerda” (CARVALHO, 2008).

Estas novas ideias foram marcadas por uma visão crítica da sociedade ocidental, levando a contracultura acima do limite estadunidense e europeu, fazendo surgir rapidamente vários adeptos que apreciavam modos alternativos de vida.

## **1.2 – Histórico das Questões Ambientais no Brasil**

Para melhor compreensão da questão ambiental no cenário nacional, necessitamos retomar fatos que ocorreram no processo da colonização da América. Quando os espanhóis e portugueses encontraram o “Novo Mundo” (recebe esta designação por ter sido o último continente a ser encontrado pelos europeus). Na representação dos colonizadores europeus ao final do século XV a América era habitada por seres indolentes e preguiçosos, fator que culminou com a dizimação de muitas comunidades indígenas, que ao mesmo tempo transformou o novo mundo em fornecedor e recebedor de escravos para suas colônias. Outro fator foram os grandes desertos demográficos ocasionados pelas epidemias como: sarampo, varíola e gripe, adquirida pelo contato com o europeu extinguindo culturas (FAUSTO, 2003).

As questões existentes na Europa naquele período envolviam exploração, dominação e conflitos religiosos entre católicos e muçulmanos, fator que impulsionou as viagens com o objetivo de encontrar e acumular ouro e prata fortalecendo os impérios português e espanhol. Entre as duas, a colonização realizada na América espanhola foi mais violenta e exterminou as três maiores civilizações existentes no continente: Astecas, Maias e Incas, que apresentavam uma organização social avançada, sendo utilizados muitos de seus conhecimentos pelos colonizadores. Na América espanhola foram exterminados, em três séculos, a ordem de 25 milhões de pessoas (MINC, 2005).

No Brasil ocorreu a colonização portuguesa, estima-se que havia 5 milhões de índios em 1500. Já em 1997 foi estimado apenas 326 mil índios devido o processo de colonização e ocupação da área ambiental. Em 2004, segundo dados da FUNAI, o número de índios pela primeira vez aumentou desde a colonização chegando a 390 mil ao início do século XXI. Mas, mesmo com o fim do colonialismo português as agressões contra os índios continuaram. Conflitos entre garimpeiros e fazendeiros de Roraima foram divulgados na década de 1980, quando invadiram e mataram Tuxana Makuxi e Wapixana; mineradores também ocuparam terras e agrediram povos Ianomâmis (MINC, 2005)

A FUNAI divulgou que vinte mil índios da nação Guarani, em Mato Grosso do Sul, foram espremidos em suas terras pela expansão das frentes de colonização particular entre 1980 e 2000. Estes conflitos provocam desequilíbrio e enfraquecem as comunidades, “gerando doenças, endividamento, alcoolismo e prostituição, minando a identidade cultural destes povos” (MINC, 2005, p. 38). Para fugir da humilhação a que foram submetidos índios Guaranis e Kaiowá se suicidaram no final do século XX.

A questão indígena no Brasil, além de ser um assunto jurídico, econômico e político, tem dimensão cultural e civilizatória. Ninguém defende abertamente a destruição das nações indígenas. No entanto, aqueles que se negam a retirar os campos de pouso dos garimpeiros das terras indígenas ou os que garantem a impunidade dos grandes fazendeiros que transformaram em pastos essas terras estão favorecendo as condições do seu extermínio.

Os antropólogos, as entidades de apoio e os parlamentares progressistas obtiveram uma vitória consagrada na Constituição Federal de 1988, no artigo que se segue.

“Artigo 231 – São reconhecidos aos índios sua organização social costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (MINC, 2005, p. 39 e 40).

O desrespeito com a nação indígena ocorre há longa data e mesmo o Parque Indígena do Xingu, criado em 1961 sofre com o desmatamento e queimadas em suas proximidades, sendo refém da vulnerabilidade ambiental.

Segundo Bononi (2014), um dos instrumentos legais mais eficazes tem sido o novo Código Florestal criado pela Lei Federal nº 4.771/65, alterada posteriormente pela Lei nº 7.803/89, que reconheceram as florestas como um bem natural para a nação e estabeleceu as ações de uso dos recursos florestais indígenas que só podiam ser explorados pela comunidade, para atender suas necessidades primárias de subsistência buscando o regime de manejo florestal sustentável. Porém, a Lei Federal nº 12.651/2012 revogou por completo a Lei nº 4.771/65 na qual não faz menção aos povos indígenas.

Quanto a degradação ambiental, a mesma é constante e para compreender a devastação da natureza precisamos estudar a opressão, as relações sociais e a ecologia humana. Existe um entrelaçamento de situações às quais devemos estar atentos, para conquistarmos uma visão mais abrangente de caráter civilizatório, evitando uma análise ingênua e superficial da questão ambiental. O processo de

dominação e dizimação de outros povos, como ocorreu com os índios e africanos, também reduziram de forma assustadora a Mata Atlântica comprometendo tanto a fauna, quanto a flora, e trouxe para o Brasil uma cultura predatória.

O sistema predatório que extraiu do continente africano a força de trabalho escravo dizimou 90% da mata Atlântica em 300 anos de colonialismo e 180 de latifúndio pecuarista e monocultor integrado ao capital comercial. [...] nesse período a mata Atlântica foi implacavelmente reduzida de 1 milhão e 84 mil Km<sup>2</sup> em 1500 para 95 mil km<sup>2</sup> em 1990 (MINC, 2005, p. 44).

A problemática socioeconômica e a questão ecológica são dois lados da mesma moeda, não se separam. Visto que a questão ambiental ecológica apresenta forte base econômica, educacional e cultural. As ações predatórias que poluíram rios destruíram florestas e subjogaram culturas, receberam comprovação social pela herança da cultura colonial escravocrata existente no país (MINC, 2005).

Os problemas de ordens sociais e as agressões ambientais se incorporam, conduzindo uma relação cruel em que as formas de vida (vegetal, animal e humana) acabam esquecidas ou banalizadas nas resoluções econômicas. O processo de transição do escravismo para o trabalho assalariado ocorreu seguindo a ordem do capitalismo e contra a vontade dos senhores donos de escravos. Estabeleceu-se a continuidade na realidade brasileira, “os netos dos senhores de escravos detêm, ainda hoje, grandes latifúndios e poder político” (MINC, 2005, p. 48), alterando apenas a questão do indivíduo que passou de escravo para assalariado, perpetuando o mesmo ranço cultural de dominação na pirâmide social.

Dentre alguns aspectos a revolução industrial seguida pelo capitalismo industrial trouxe a consciência de que ambientalmente havia riscos enormes pela devastação da natureza, juntamente com a questão social atrelada a exploração da mão-de-obra, trazendo à tona debates, sobre os rumos que a sociedade estava tomando. Tornaram-se evidentes as desigualdades sociais e a exploração dos recursos naturais.

### **1.3 – Histórico dos Debates e Conferências Sobre o Meio Ambiente**

O primeiro encontro a tratar da questão ambiental ocorreu em 1923, na cidade de Paris, França. Conhecido como I Congresso Internacional para Proteção da Natureza, o encontro abordou amplamente a temática, com discussões sobre

vários assuntos, entre eles: o desaparecimento da fauna em várias partes o planeta, o reflorestamento de regiões devastadas, a destruição das aves marinhas pelos resíduos de óleo da navegação, a propagação de insetos em terrenos não cultivados, entre outros (ACOT, 1990).

Neste período a ecologia moderna se constitui como ciência havendo um grande número de pessoas interessadas no assunto no evento (ACOT, 1990). O I Congresso também despertou a necessidade da criação de uma instituição internacional permanente com preocupações voltadas para o meio ambiente.

O evento realizado em 1923 foi a resposta de várias tentativas iniciadas anteriormente, desde o final do século XIX com o surgimento das primeiras regras jurídicas ligadas a proteção ambiental (ACOT, 1990) e (GRANZIERA, 2009).

Segundo Granziera (2009), as regras que surgiram anteriormente tinham uma finalidade econômica e não de proteção ambiental. No caso do Brasil, por exemplo, a preocupação com os efeitos da degradação ambiental envolveu a questão de normas, como o caso da madeira de lei denotando uma preocupação política de preservação da madeira, necessária para construção de embarcações, atendendo assim, aos interesses econômicos vigentes.

Estas mesmas preocupações voltadas ao cunho econômico já haviam sido mencionadas desde o século XVI, quando no período colonial as metrópoles europeias: Portugal e Espanha demonstravam através de tratados que suas preocupações estavam atreladas a proteção dos direitos de vizinhança e dos valores econômicos de desvalorização da propriedade, para fins utilitários e imediatistas como o reflorestamento de madeiras (GRANZIERA, 2009).

No âmbito nacional Pádua (1995), relembra figuras que já mencionavam a questão ambiental no século XIX como José Bonifácio de Andrade e Silva que em 1815 desenvolveu reflexões sobre a navegação, o comércio e a lavoura, argumentando que era impossível navegar sem rios, comercializar sem meios de transporte e plantar sem solo fértil. Outro citado por Pádua (1995) foi Joaquim Nabuco, que em 1883 fez um diagnóstico da situação ambiental brasileira, mencionando o aumento da seca, a decadência das monoculturas no Nordeste e o esgotamento da fertilidade dos solos no estado da capital- RJ. Interessante perceber que os problemas citados naquela época ainda nos acompanham no novo milênio, assuntos que iremos discutir ao longo do trabalho.

As primeiras preocupações voltadas para as questões de proteção ao meio ambiente acima do cunho econômico ocorreram na Europa e EUA. Na Grã-Bretanha surgiram os primeiros grupos protecionistas em 1860, sendo fundado em 1865 o primeiro grupo ambientalista privado do mundo, o Commons Footpaths and Open Spaces Preservation Society. Suas campanhas promoviam a preservação de espaços para o lazer, em particular para as áreas verdes urbanas (McCORMICK, 1992). Porém, as ações ambientais se intensificaram ao final da década de 1960, e somente em 1985 foi criado na Grã-Bretanha o Departamento de Meio Ambiente, que em 1997 foi ampliado para Meio Ambiente e Alimentação e em 2001 passou a ser denominado de Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Negócios Rurais (PHILIPPI JR., ANDREOLI, BRUNA e FERNANDES, 2014).

Já nos EUA surgiram os primeiros parques florestais como o Yellow Stone, em 1862, dentre outros que buscavam integrar a paisagem urbana ao ambiente natural, proporcionando lazer aos cidadãos (McCORMICK, 1992). Neste país, durante o governo de Roosevelt, na década de 1920, houve incentivo para o aumento do número de parques nacionais e áreas de preservação de florestas, devido às questões de poluição e controle das águas serem de responsabilidades de saúde pública. Estes fatores formaram as bases para que em 1969 fosse criada a US National Environmental Policy Act (Política Nacional de Meio Ambiente), e em 1970 a criação da Us Environmental Protection Agency (Agência de Proteção Ambiental Americana) (PHILIPPI JR., ANDREOLI, BRUNA e FERNANDES, 2014).

Outro país da Europa que exerceu importante papel no âmbito das questões ambientais foi a Suécia, ao criar em 1967 a primeira Agência de Controle Ambiental do mundo, a Swedish Environmental Protection Agency. A partir desta, houve vários avanços nas questões ambientais, fator que possibilitou a agência sueca e estadunidense a levarem em conjunto, questões ambientais para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, na cidade de Estocolmo, Suécia. Nos anos seguintes houve a criação do Ministério do Meio Ambiente em 1986, e a promulgação do Código Ambiental em 1999, o qual integrava quinze legislações pertinentes a questão (PHILIPPI JR., ANDREOLI, BRUNA e FERNANDES, 2014).

Retomando o panorama ambiental, o II Congresso Internacional para Proteção da Natureza ocorreu em 1932, sete anos após o I Congresso. Os temas discutidos anteriormente foram ampliados.



Segundo Acot (1990), desde o fim da década de 1930 os tempos estavam propícios para uma reflexão mais profunda e uma ampliação das informações referentes à proteção da natureza em nível mundial.

Entre alguns pontos favoráveis para embasar as discussões estava a Convenção Relativa à Preservação da Fauna e da Flora em seu Estado Natural, criada em 1933, esta teve intenções preservacionistas inovadoras, buscando um conceito unificado dos parques e características básicas dos mesmos. Porém aplicáveis apenas para as metrópoles europeias, não se estendendo as colônias no que se refere a exploração dos recursos naturais (GRANZIERA, 2009).

Em 1934 os acontecimentos na questão ambiental tomam novas proporções segundo o historiador estadunidense, citado por Drummond (1997). Suas considerações foram feitas devido às propostas quanto à gestão dos recursos naturais existentes no país. Entretanto, Drummond ressalta que segundo a visão do historiador o aumento na produção de leis e instituições em benefício dos recursos naturais acabou causando um retrocesso no movimento social em prol da proteção ambiental (DRUMMOND, 1997).

Granziera (2009) faz considerações sobre as leis citadas e a questão do refluxo no movimento ambiental apontado por Warrem Pear, segundo Drummond (1997). Para Granziera (2009) o ano de 1934 torna-se específico com a criação do Primeiro Código Florestal e que as preocupações não estavam sob o meio ambiente, mas, na melhor forma em explorá-lo:

O antigo código florestal, Decreto nº 23.793, de 23-1-1934, já continha normas mais específicas de proteção dos recursos naturais. Atribuindo às florestas a condição de bens de interesse comum a todos os habitantes do país, determinava limitações ao exercício dos direitos de propriedade. As florestas foram classificadas pelo Código Florestal como (1) protetoras; (2) remanescentes; (3) modelo; e (4) de rendimento. As remanescentes e protetoras possuíam um regime jurídico de proteção, mas as demais florestas tinham um tratamento legal de bens a serem explorados. Prevalecia a visão utilitarista das florestas, em que a sua conservação servia para assegurar a manutenção do solo e o regime hídrico (GRANZIERA, 2009, p. 29 e 30).

A criação do antigo Código Florestal, de certa forma, não significou a preservação ambiental. Segundo Granziera (2009) nessa época não se tinha o conhecimento sobre os valores dos recursos ambientais, fator que os levou a estabelecer normas que regulassem o acesso e uso das florestas referindo-se à

produção de madeira. Seguindo esta mesma perspectiva é criado o Primeiro Código de Águas e Minas sob o Decreto nº 24.643/34 que abordou os vários aspectos da água, inclusive a sua proteção (GRANZIERA, 2009).

Para Fausto (2003), o fato ocorre pela nova ordem política instituída desde o início do governo de Getúlio Vargas em outubro de 1930, e intensificada por leis como o Primeiro Código Florestal Brasileiro e o Primeiro Código de Águas e Minas, seguindo este movimento foi promulgada a nova Constituição em 14 de julho de 1934. Para tanto, no setor econômico a Constituinte “previa a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas-d’água, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do país” (FAUSTO, 2003, p. 352).

Entretanto, paralelamente a este quadro dos avanços das questões ambientais, ocorreu a queda da democracia instituindo a ditadura por 15 anos (FAUSTO, 2003). Este fato desmobilizou a cidadania em todos os aspectos, inclusive no ambiental, passando a seguir o movimento conservacionista dos estadunidenses que “baseava-se no princípio do uso sensato (*wise use*) ou gestão dos recursos naturais.” (PELICIONE, 2014a, p. 425, grifo do autor).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), e com a retomada da economia mundial, torna-se necessário voltar a discutir algumas precauções relacionadas ao meio ambiente sob a alegação das ações a serem tomadas para não comprometer as futuras gerações (GRANZIERA, 2009).

Assim, os países voltam a ter em pauta as questões ambientais, sendo realizada em 1946 a Conferência para a Proteção Internacional da Natureza, na Basileia - Suíça. Esta serviu de base para outra Conferência Internacional realizada em Fontainebleau - França, em 1948, que ocorreu sob o amparo do governo francês e da UNESCO. A Conferência serviu para criar a UICN cujos objetivos visavam assegurar longa duração dos recursos naturais, tendo como ponto de apoio os estudos científicos sobre o processo de formação e dinâmica dos ecossistemas (GEORGE, 1973).

No ano de 1951, a UICN publicou um estudo intitulado *Estado da proteção da natureza no mundo em 1950*. O trabalho era composto por setenta relatórios de diferentes países, os quais participaram de vários encontros intermediados pela UNESCO (MORAES, 2002). O Brasil passou a integrar a UICN apenas em 1958 e desde então conta com representantes em sua instituição.

Para Acot (1990):

... a mundialização efetiva do problema (ambiental), reclamada desde o Congresso de 1923, foi materialmente favorecida pelo desenvolvimento das comunicações durante o pós-guerra e ideologicamente (favorecida) pela tomada de consciência, pelo público, de uma internacionalização objetiva de todas as grandes questões do momento; uma guerra mundial acabara de terminar, a guerra fria desenvolvia-se em escala planetária e os armamentos termonucleares nascentes representavam uma ameaça que punha em perigo a espécie humana (1990, p. 49).

Os ecólogos marcaram a década de 1950 aproximando-se ainda mais daqueles que lutavam pela proteção da natureza. Embora a ecologia estivesse no âmbito da ciência, apenas os Estados participavam das reuniões. Porém, a aproximação dos ecólogos nos eventos fomentou importantes tratados que passaram a abordar temas relativos às consequências das atividades humanas sobre o meio ambiente (Acot, 1990).

Os resultados da I e II Guerra Mundial deixaram o mundo em alerta duplo, um pelo poder de destruição do homem e outro pelo poder de superação dos europeus. A situação retratou a sociedade da época, criticada pelo consumismo das classes favorecidas e chamando a atenção para as sérias desigualdades sociais e contrapondo-se ao discurso de que a solução dos problemas sociais estaria atrelada ao incremento da produção para o mercado (GALBRAITH, 1987).

O fator do desenvolvimento econômico tinha relação direta com a degradação do meio ambiente, pela necessidade de matéria prima para produção. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, várias questões sociais e políticas criaram um intenso ativismo que acabou influenciando o ambientalismo. Assim, a partir da década de 1960 os relatórios ecológicos publicados por entidades científicas e de proteção à natureza passaram a ressaltar os efeitos nocivos das atividades humanas, especialmente os decorrentes do processo industrial. A questão apontava para a necessidade de reestruturação dos padrões de consumo (SIMONNET, 1979).

Para Lima (2002) o ativismo teve como base os movimentos ecologistas, tornando-se um período em que as evidências da crise socioambiental ganharam grandes proporções, tendo como base a Revolução Industrial e o advento tecnológico que trouxeram além dos benefícios, inúmeros prejuízos ao meio ambiente e à humanidade.

Todo este cenário contribuiu com os movimentos ecologistas em prol do descontentamento com aqueles que são diretamente atingidos com as desigualdades sociais. Sendo assim, os ecologistas passam a admitir um discurso ambientalista fruto das ações desordenadas do homem contra a natureza e do consumo capitalista, que servem a sociedade burguesa dominante (MELO, 2013).

Grün (1996) acrescenta que a preocupação com o meio ambiente se tornou um assunto da sociedade civil, denominado por ele de ecologização das sociedades por estarem atuando em espaços, que, até então, eram dos ecologistas.

Em 1962 a publicação do livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson impulsionou um novo rumo para as questões ambientais. Em sua obra Carson detalhou os efeitos diversos da contaminação ambiental. Alertava sobre as causas danosas de inúmeras ações humanas sobre o meio ambiente, como por exemplo, a má utilização dos pesticidas. A obra promoveu muitas mudanças em países da América e Europa. O debate público sobre pesticidas continuou ao longo dos anos seguintes e doze substâncias mais tóxicas listadas no livro foram proibidas ou sofreram restrições (McCORMICK, 1992).

Segundo Philippi Jr., Andreoli, Bruna e Fernandes (2014), Carson chamou a atenção ao relatar a contaminação do solo, assim como a ingestão dos alimentos contaminados. Sua obra teve grande importância para a conscientização da sociedade em relação aos riscos ambientais, qualidade do meio ambiente e seus efeitos na saúde humana.

Os debates foram intensos e proporcionou o nascimento em 1968 do Conselho para Educação Ambiental, no Reino Unido, reunindo mais de 50 organizações voltadas para temas de educação e meio ambiente. Neste mesmo ano, surge o Clube de Roma (The Club of Rome), formado por um pequeno grupo de diplomatas, industriais, líderes políticos e profissionais de diversas áreas. Preocupados, se reuniram em Roma para discutir ações sobre meio ambiente e o uso dos recursos naturais (GRANZIERA, 2009).

Em 1969 ocorre a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição de Óleo, realizada em Bruxelas. No Brasil foi promulgada em 1977, pelo Decreto nº 79.437/77 (GRANZIERA, 2009).

Com a crise ambiental preocupando também o mundo empresarial o Clube de Roma encomenda ao Instituto de Tecnologia de Massachusetts, um estudo sobre os problemas ambientais intitulado *Relatório Meadows*, por ter sido chefiado por

Donella Meadows. O relatório apontou que a atividade humana se desenvolvia mais rápido que a atividade da terra para se reproduzir, fator que poderia levar a um colapso em um curto espaço de tempo. Contudo, o relatório foi contestado mostrando que a realidade não era tão grave quanto o anunciado (GRANZIERA, 2009).

Tempos depois da resposta do primeiro relatório e aliada às ideias reconhecidas mundialmente pelo Clube de Roma, o grupo acabou por propor em 1972 a publicação de outro relatório intitulado “*Os limites do Crescimento*” (The Limits to Growth), que apontava ações para se obter um equilíbrio global e sustentável do planeta, aliados a redistribuição da riqueza e prioridades sociais. A principal proposta sugerida é a menção ao crescimento zero, como uma necessidade primária para a regulação da crise estabelecida, ou seja, o crescimento da economia nos países deveria ser controlado para frear as causas da degradação ambiental (GRÜN, 1996).

O estudo criou, por meio de gráficos digitais, uma novidade para a época: cenários futuros de graves problemas ambientais considerando a evolução do padrão de crescimento populacional e de consumo. O relatório recebeu muitas críticas de correntes que taxavam essa proposição de limite para o crescimento como uma visão neomalthusiana (PHILIPPI JR., ANDREOLI, BRUNA e FERNANDES, 2014, p. 21).

Com a discussão em pauta, a revista britânica *The Ecologist* publica em um número especial, na década de 1970, o “*Manifesto para Sobrevivência*” onde discutia que o aumento do consumo não poderia ser sustentado pelo uso dos recursos finitos, e que culpava o consumismo e a industrialização capitalista pela degradação ambiental, sugerindo que o capitalismo deveria ser repensado ou reorganizado em seus princípios, dando indícios para os conceitos da educação ambiental. Entretanto, quanto ao ponto do consumismo Mészáros (2008), nos alerta sobre o fato do capital ser irreformável em sua própria natureza, por se tratar de uma relação sistêmica totalmente incorrigível pela demanda da produção e consumo.

A década de 1970 passa a ser marcada com a participação ativa dos ecologistas, fazendo surgir o movimento ecológico a partir da crise do petróleo em 1973, quando muitos países buscam a energia nuclear como solução. Neste ínterim, à medida que a problemática ambiental é levada para a esfera pública, o ecologismo

o leva para uma dimensão política. Assim, discutida essa luta ambiental toma forma de um movimento social organizado, unindo-se para combater o uso desta energia. Todo o movimento confere identidade ao movimento ecológico (GRÜN, 1996).

#### **1.4 – A Educação Ambiental nos Debates Internacionais**

Mediante as articulações nacionais e internacionais sobre as questões ambientais passa a ser inserido o tema Educação Ambiental no cenário mundial, intensificando a preocupação com a sobrevivência humana no planeta.

No ano de 1972, o tema da sobrevivência da humanidade entra oficialmente em cena da “Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano” em Estocolmo. A educação ambiental ganha o status de “assunto oficial” na pauta dos organismos internacionais Segundo a recomendação número 96 da Declaração de Estocolmo, a educação ambiental tem uma “importância estratégica” na busca pela qualidade de vida (GRÜN, 1996, p. 17).

Um marco para o avanço nas discussões sobre o tema meio ambiente foi a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada na Suécia entre os dias 5 e 16 de junho de 1972, em que estiveram representados 113 países. Desde então o dia 5 de junho é comemorado como Dia Mundial do Meio Ambiente. Quando o planeta procura compreender e discutir os problemas do meio ambiente em escala global, tornando o assunto pertinente a todas as nações, buscando respostas as várias questões e controvérsias, coordenando ações e procurando definir linhas de atuações futuras por todos, simultaneamente (PHILIPPI JR. e BRUNA, 2014).

O encontro de Estocolmo realizado em 1972, foi proposto pelos países desenvolvidos e possui fortes ligações com as discussões já apresentadas no relatório intitulado Limites do Crescimento realizado no mesmo ano pelo Clube de Roma (PHILIPPI JR. e BRUNA, 2014).

O desafio lançado na Conferência estava no esforço internacional para se definir os conceitos da EA. Assim, os encontros regionais, nacionais e internacionais foram sucessivos, formulando documentos que aos poucos estabeleceriam seus objetivos, princípios, finalidades e recomendações (DIAS, 2004).

Assim, a preocupação com o meio ambiente intensifica-se, e o mundo reforça recomendações para a importância da EA. A influência direta para sua realização foi o segundo relatório produzido pelo Clube de Roma um ano antes.

Para McCormick (1992), a Conferência de Estocolmo foi:

O acontecimento isolado que mais influenciou na evolução do movimento ambientalista internacional, pois confirmou a tendência em direção a uma nova ênfase sobre o meio ambiente humano. O pensamento progrediu das metas limitadas de proteção da natureza e conservação da biosfera por parte dos humanos. A própria natureza do ambientalismo mudou: da forma popular, intuitiva e provinciana com a qual emergiu nos países mais desenvolvidos no final dos anos 60, para uma forma de perspectivas mais racionais e globais, a qual enfatizava o esforço no sentido de uma compreensão plena dos problemas e do acordo sobre uma ação legislativa efetiva. Forçou um compromisso entre as diferentes percepções sobre o meio ambiente defendidas pelos países mais e menos desenvolvidos (...) Os países mais desenvolvidos foram pelo menos incentivados a começar a reinterpretar as prioridades do ambientalismo, a assumir uma visão mais ampla do caráter globalmente correlato de muitos problemas e a começar a entender quantas dessas questões estavam arraigadas em problemas políticos e sociais, particularmente nos países menos desenvolvidos... Antes de Estocolmo as prioridades ambientais foram em larga escala determinadas pelos países mais desenvolvidos; depois de Estocolmo, as necessidades dos países mais desenvolvidos tornaram-se um fator-chave na determinação das políticas internacionais. Além disso, marcou o começo de um papel novo e mais persistente para as ONGs no trabalho dos governos e das organizações intergovernamentais. (MCCORMICK, 1992, p. 45).

A Conferência de Estocolmo resultou na aprovação do PNUMA, criado pela ONU com grande participação de organizações não governamentais e entidades científicas privadas de defesa do meio ambiente. Foi a primeira vez que participantes destes grupos estiveram presentes em um evento sobre o tema meio ambiente, visto que até então, as convenções eram realizadas somente no âmbito dos Estados/Nações e a partir de Estocolmo a sociedade passou a integrar as discussões relacionadas às questões ambientais (MCCORMICK, 1992).

Dentre os vários debates e regulamentações realizadas na Conferência, surgem e aprofundam conhecimentos técnicos e científicos direcionados e encaminhados para soluções dos problemas ambientais que preocupam a humanidade, com a proposta de adequar o desenvolvimento industrial, econômico e social (PHILIPPI JR. e BRUNA, 2014). Esta forma possibilitou que muitos desenvolvessem atenção especial ao assunto alterando o destino da EA no mundo com políticas voltadas para um desenvolvimento sustentável do planeta.

As transformações ocorreram por meio de várias iniciativas públicas que possibilitaram novas práticas e criações de órgãos ambientais nacionais e internacionais com os mesmos propósitos pela necessidade de agregar esforços para um movimento em prol do meio ambiente.

Em resposta à recomendação nº 96 da Conferência de Estocolmo, foi criado o PIEA em 1975, tendo como objetivos:

- Promover o intercâmbio de ideias, informações e experiências em educação ambiental entre as nações e regiões do mundo;
- Fomentar o desenvolvimento e a coordenação de atividades de pesquisa, para melhor compreensão dos objetivos, conteúdos e métodos da Educação Ambiental;
- Favorecer o desenvolvimento e a avaliação de novos materiais, currículos, programas e instrumentos didáticos no campo da Educação Ambiental;
- Impulsionar o treinamento ou atualização de pessoal-chave para o desenvolvimento da Educação Ambiental, tal como professores, planejadores, pesquisadores e administradores educacionais;
- Oferecer assistência técnica aos Estados Membros no desenvolvimento de programas de Educação Ambiental (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1994).

Estes objetivos serviram de princípios orientadores para a EA auxiliando em outubro de 1975 para preparar a “Conferência Internacional sobre Educação Ambiental” que seria realizada dois anos depois em 1977. Este Seminário Internacional sobre Educação Ambiental conhecido como “Encontro de Belgrado”, foi promovido pela UNESCO em Belgrado, ex-Iugoslávia para discutir a questão ambiental. Contou com a presença de 65 países onde foram elaboradas algumas estruturas para um programa global de Educação Ambiental.

A Carta de Belgrado faz a seguinte menção:

Nossa geração tem assistido a um crescimento e progresso tecnológicos jamais observados, que trazem benefícios a muitas pessoas e ao mesmo tempo vêm causando graves consequências sociais e ambientais (...). É absolutamente vital que os cidadãos do mundo insistam em medidas que apoiem um tipo de crescimento econômico que não tenha repercussões prejudiciais para as pessoas, para o seu ambiente e suas condições de vida. É necessário encontrar maneiras de assegurar que nenhuma nação cresça ou se desenvolva às custas de outra e que o consumo feito por um indivíduo não ocorra em detrimento dos demais. Os recursos do mundo devem ser desenvolvidos de modo a beneficiar toda a humanidade e proporcionar a melhoria da qualidade de vida de todos. Nada mais necessitamos do que uma nova ética global. (...) A reforma dos processos e sistemas educacionais é decisiva para a elaboração desta nova ética de



desenvolvimento e ordem econômica mundial. Governos e formuladores de políticas podem ordenar mudanças e novas abordagens para o desenvolvimento, podem começar a melhorar as condições de convívio do mundo, mas tudo isso não passa de soluções de curto prazo, a menos que a juventude mundial receba um novo tipo de educação. Esta implicará num novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escolas e comunidades. E entre o sistema educacional e a sociedade em geral. (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1994, grifos nossos).

A Carta de Belgrado constitui um dos mais importantes documentos da década de 1970, por enfatizar a necessidade de uma nova diretriz ética para se enfrentar a erradicação da pobreza, da fome, da poluição, do analfabetismo e da exploração humana. Para tanto, aponta a necessidade de os governos desenvolverem um novo tipo de educação baseada nas relações humanas. Acrescentou que nenhuma nação deve se desenvolver a custa de outra nação, tendo por base a ética global. No relato extraído do evento, finaliza com uma proposta educacional por um programa mundial de EA no qual a participação deve ser ativa e compartilhada por todos.

Todos os encontros regionais e internacionais que precederam Belgrado foram preparatórios para o já anunciado em 1977, a Conferência de Tbilisi, onde ocorreria o clímax do PIEA.

Finalmente, em outubro de 1977, a “Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental”, em Tbilisi, Geórgia (ex-URSS) praticamente ratifica os princípios estabelecidos em Estocolmo, tornando-se o evento mais decisivo para os rumos da EA pelo mundo. Organizada pela UNESCO com a colaboração do PNUMA, expressa a concepção vigente nos dias atuais sobre EA (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1994).

A Conferência também incorporou as relações históricas, econômicas e culturais como constitutivas e fundadoras das relações homem e natureza, conferindo a necessidade de um enfoque interdisciplinar para complexidade da teia de relações que envolvem a questão ambiental.

No Brasil, a Conferência de Tbilisi influenciou na criação da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que Dispõe sobre a Política Nacional do Meio ambiente, estabelecendo suas finalidades, mecanismos de formulação e aplicação. Com foco sobre a EA a Lei traz no Art. 2º, inciso X, a seguinte menção:

Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Segundo Grün, “A Conferência de Tbilisi tem sido apontada como um dos eventos mais decisivos nos rumos que a Educação Ambiental vem tomando em vários países do mundo, inclusive no Brasil” (1996, p. 18).

Complementando o conceito de interdisciplinaridade na educação formal, os cursos universitários de Engenharia, o Conselho Federal de Educação tornou obrigatória a disciplina de Ciências Ambientais. Segundo Bononi (2014), com novas diretrizes curriculares no âmbito universitário, em 1978 os cursos de Engenharia Sanitária passam a integrar disciplinas de Saneamento Básico e Saneamento Ambiental. Hoje existem cursos de pós-graduação sobre os conceitos de EA, biodiversidade, biologia vegetal e meio ambiente no Brasil.

Para Viola (1997), a década de 1970 trouxe pouco impacto relacionado ao movimento ambientalista e a opinião pública no Brasil. Porém, ao início da década de 1980 quando o país deixou de viver o crescimento econômico movido pelo Milagre Brasileiro no período militar, a consciência ambiental passou a integrar a vertente ambientalista, revelada por meio da crítica ao modelo estabelecido pelo desenvolvimento poluidor e devastador dos recursos naturais.

O autor acrescenta que a transformação passou a ocorrer quando a questão ambiental deixou de ser restrita a pequenos grupos sociais e estatais, para pulverizar outros setores, penetrando em outras áreas e organizações, passando a fixarem-se em outros movimentos sociais, Universidades, ONGs, empresas e a mídia (VIOLA, 1997).

Estes propósitos fortalecem a questão ambiental no contexto educacional interdisciplinar intensificando o processo de institucionalização da EA no Brasil. Em 1985 o MEC através do Parecer 819/85, reforça a necessidade da inclusão de conteúdos ecológicos em todas as áreas de conhecimento do 1º e 2º graus (atual Ensino Fundamental e Médio), integrando todas as áreas do conhecimento e contribuindo no sentido da formação da consciência ecológica.

Enquanto a sociedade brasileira presencia a disseminação das preocupações ambientais no país, era realizado em 1987 na cidade de Moscou, Rússia, discussões e estratégias de ação em matéria de educação e formação ambiental para o Segundo Congresso Internacional de Educação e Formação Ambiental, promovido pela UNESCO, PNUMA e PIEA. Este chegou a reunir especialistas do mundo todo em que foram discutidas as dificuldades encontradas para se estabelecer a EA e os progressos alcançados pelos países. Outro ponto relevante foram as determinações das necessidades e prioridades em relação ao seu desenvolvimento (DIAS, 2004).

O Congresso de Moscou reiterou dez anos depois, os conceitos da Conferência de Tbilisi, adaptando as problemáticas e fomentando novos modelos mais eficazes sobre a EA. No mesmo Congresso foi gerado um documento intitulado *International Strategy for Action in the Field of Environmental Education and Training for the 1990s* (Estratégia Internacional para a Ação no Campo da Educação Ambiental e Formação para 1990), publicado em 1988, no qual reafirmava os objetivos e princípios orientadores da EA a partir de Tbilisi (DIAS, 2004).

No mesmo ano, em 1988 ocorre a Reforma da Constituição no Brasil sendo estabelecido o Capítulo VI – Do Meio Ambiente que inclui o Artigo 225, que no inciso VI fundamenta a conscientização pela EA:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Estes referenciais legais buscaram garantir a toda população brasileira um meio ambiente equilibrado, marcando o início do processo de reforma econômica e de abertura para a economia mundial. Segundo Viola (1997) este processo afetou profundamente a dinâmica do ambientalismo brasileiro, por estar associado as questões globais.

Vinte anos depois da Conferência de Estocolmo, a ONU promoveu a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentado na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, entre os dias 3 e 14 de junho de 1992. A RIO-92 ou ECO-92, como ficou conhecida, contou com a presença de 176

países (MELO, 2013). Nesta a EA foi definida como uma educação crítica da realidade, com o objetivo de fortalecer a cidadania sem diferenciações de grupos sociais, tendo por propósitos que toda pessoa possui direitos, deveres e responsabilidades sobre o meio ambiente, que proporcionará melhor qualidade de vida estabelecida por uma educação inovadora e crítica tanto no nível formal (na escola) quanto no não formal (fora da escola) (DIAS, 2004).

No entanto, a Conferência ocorreu após a publicação do Relatório Brundtland, também conhecido como Nosso Futuro Comum. O documento começou a ser elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento a partir de 1983, ano de sua criação, para avaliar os dez anos após a Conferência de Estocolmo. O Relatório apresentado em 1987 foi a base para a maior reunião com fins pacíficos já realizada no Rio de Janeiro (GRÜN, 1996) e (MINC, 2005). Contando com 180 chefes de estado, trouxe reflexões, preocupações e propostas que estimularam novas iniciativas ambientais. A referência ao nome Brundtland faz menção direta à coordenadora da comissão, Gro Harlem Brundtland, primeira ministra da Noruega.

Quanto a EA, o ato político deve estar voltado para a transformação social, capaz de transformar valores e atitudes, propondo aos cidadãos desenvolverem novos hábitos e aprimorando conhecimentos, aderindo a uma nova ética que sensibiliza e conscientiza o homem em sua relação social aprimorando ao equilíbrio homem e natureza, local e global, como base para melhorar a qualidade de vida para todos (CARVALHO, 2008).

Na Rio-92 vários acordos e compromissos coletivos foram firmados entre os representantes governamentais presentes, dentre eles vale destacar a Convenção sobre Diversidade Biológica, Convenção sobre Mudança Climática e a Agenda 21 que sugere um plano de ação voltado para a realização do desenvolvimento sustentável, devendo ser adotado por todas as escalas de governo. Além, de contar com 27 princípios sobre os direitos de todos a um ambiente saudável e os deveres dos governantes de promover o exercício desse direito, amparado com a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (PHILIPPI JR e BRUNA, 2014).

Quanto a EA, o capítulo 36 do documento, trata da necessidade de reorientar a educação na direção do desenvolvimento sustentável, ampliando para consciência

pública, objetivos, atividades e meios para sua implementação (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1994).

Entre os debates foi firmado o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a partir de um fórum de discussões, de caráter não-oficial, realizado entre representantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e sociedade civil (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1993).

No Brasil em sintonia com o tratado citado acima, e em cumprimento ao Artigo 225 da Constituição Federal, o MMA e o MEC, com a colaboração do MCT e o MINC formularam e aprovaram em 1994 o PRONEA, com o objetivo de substanciar ações para EA por meio do estabelecimento de parcerias entre os órgãos governamentais e a sociedade civil (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, 1997).

Em 1997, após os vários acontecimentos que marcaram a EA no Brasil, o MEC, propõe novas políticas para o ensino formal por meio dos PCNs, os quais, além de conferir referenciais para as disciplinas tradicionais passam a contemplar Temas Transversais a partir de 1998. Estes foram divididos em seis eixos, sendo: 1) Ética, 2) Pluralidade Cultural, 3) Meio Ambiente, 4) Saúde, 5) Orientação Sexual e 6) Trabalho e Consumo, devendo ser articulados de forma interdisciplinar nos conteúdos escolares em todos os níveis da Educação Básica (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 1998).

No ano de 2002, é realizado em Joanesburgo (África do Sul) o Encontro Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, também conhecido como RIO+10, por ser realizado dez anos após a RIO-92. O Encontro em questão buscou avaliar as metas atingidas desde a reunião anterior. Vários representantes estiveram presentes para discutirem questões importantes para o futuro do planeta, entre eles: o acesso à energia limpa e renovável, à proteção e uso da água, o cesso à água potável, o saneamento, a conservação da biodiversidade, o controle de substâncias químicas nocivas e as consequências do efeito estufa (GRANZIERA, 2014).

Outro assunto de grande relevância foi a Agenda 21, criada na RIO-92, o encontro em Joanesburgo serviu para realizar um balanço da mesma, na qual se constatou a permanência da insustentabilidade do modelo econômico vigente, dentre as questões discutidas e apontadas anteriormente.

Segundo Sato (2002) os resultados foram desanimadores após duas semanas de discussões. A autora acrescenta que houve poucos avanços em relação aos objetivos traçados no Rio de Janeiro, terminando sem acordo algum para salvar o planeta. Em suas argumentações acrescenta:

(...) Se há dez anos atrás tínhamos um capítulo somente para a educação (capítulo 36) e transversalizada em todos os demais, hoje ela aparece timidamente em alguns itens relacionados com a dimensão social. Aliás, observaríamos que a palavra “educação”, a quinta mais citada na Agenda 21, tem pouca ressonância no interior dos debates atuais, vindo pasteurizada nas proposições das novas agendas, da proteção dos sistemas naturais, da informação ambiental, da prosperidade, das políticas ecológicas e da equidade social (SATO, 2002, p.1).

O encontro da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+10) vivia um impasse, pois enquanto os chefes de estado presentes à cúpula solicitavam em seus discursos metas e prazos claros para a implementação da Agenda 21, seus negociadores realizavam um plano sugerindo o contrário ao propor não assumir compromissos muito definidos e a longo prazo (CARVALHO, 2008). Esta proposta partia dos países desenvolvidos, preocupados com a crise da desaceleração econômica em seus países.

Para Granziera (2014), uma das questões apontadas referente a crítica da Agenda 21 ocorreu por “terem sido indicados apenas os objetivos, sem apontar para as fontes de recursos financeiros, dificultando a obtenção de eficácia da referida Agenda” (p. 53). Fator que pode ter contribuído com as argumentações de Carvalho (2008), citadas anteriormente, em não assumirem compromissos definidos com prazos estabelecidos.

Formada por 40 Capítulos a Agenda 21 consiste em um programa de proteção ambiental, no qual trata de praticamente todos os aspectos relacionados ao meio ambiente, determinando metas gerais a serem cumpridas. No Capítulo 36 faz referência à educação e propõe um esforço global para fortalecer atitudes, ações e valores, que sejam ambientalmente saudáveis e que apoiem o desenvolvimento sustentável por meio da promoção do ensino e da conscientização (BRASIL, 1996).

Ao final do encontro da RIO+10 foram estabelecidas metas para os próximos dez anos subsequentes a 2002 tendo como prioridade “o comprometimento dos

países participantes em reduzir pela metade a população sem acesso a água potável e saneamento básico até 2015” (GRANZIERA, 2014, p. 53).

### **1.5 – A Inserção do Conceito Desenvolvimento Sustentável**

A princípio o termo desenvolvimento sustentável tem origem ao início da década de 1970, com o relatório enviado ao Clube de Roma por cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, denominado *The limits to growth*, também conhecido como Relatório Meadows, nome da responsável pela elaboração, Donella Meadows (GRANZIERA, 2009).

Na década seguinte em 1983 a ONU criou a CMMAD, após uma avaliação dos dez anos da Conferência de Estocolmo. O resultado formal das discussões realizadas entre 1983 a 1987 gerou o documento *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum) publicado em 1987 e também conhecido como Relatório Brundtland (GRANZIERA, 2009). Este conceituou o termo desenvolvimento sustentável por estabelecer:

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 49).

O documento apresentou um novo olhar sobre o desenvolvimento sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”. Para Jacobi (1999), a ideia do desenvolvimento sustentável apresentada com o Relatório Brundtland, representa novas reflexões sobre o desenvolvimento e seus impactos.

No entanto, passaram a existir conflitos entre os entendimentos desenvolvimento e proteção ao meio ambiente. O consenso e compreensão de ambos é um desafio a ser incorporado nas ações humanas pelos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Afinal, o desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança na qual a exploração dos

recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras. Sabemos que este não é um processo fácil, sem tropeços. Escolhas difíceis terão de ser feitas. Assim, em última análise, o desenvolvimento sustentável depende do apoio político (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 10).

Neste propósito, a expressão desenvolvimento sustentável permeou todos os documentos do segundo encontro da “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentado”. Conhecido como RIO-92 sendo discutida anteriormente. Esta Conferência foi subsidiada pelo Relatório Brundtland, na qual foi cristalizado o conceito desenvolvimento sustentável (GRANZIERA, 2009).

Em 2012 ocorre o segundo encontro na cidade do Rio de Janeiro, dez anos após a de Joanesburgo (África do Sul) ficando conhecida como RIO+20 sendo realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, em que foram discutidas as diretrizes ambientais realizadas nas reuniões anteriores, assim como, os desafios e emergências da EA frente à sustentabilidade global neste século (GUIMARÃES e FONTORA, 2012).

Para ONU (1991), o desenvolvimento sustentável surge como meta e a EA ambiental como principal instrumento neste processo, sendo apresentada como um caminho para a superação do desafio socioambiental.

## **1.6 – Conceito de Educação Ambiental no Brasil**

Em termos gerais as questões ambientais no Brasil, passam a ganhar importância após a Conferência de Estocolmo em 1972, na Suécia. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano é considerada um marco das discussões ambientais dando início a um consistente processo de montagem de ordem jurídica ambiental (GRANZIERA, 2009).

Assim, com relevância às questões ambientais, as ações políticas iniciam-se a partir do ano de 1973, quando acompanhando a tendência mundial o governo federal implantou a SEMA (Granziera, 2009). Suas principais competências estavam sobre a preservação do estoque genético, o uso consciente dos recursos naturais e o controle da poluição. A coordenação da SEMA esteve sob o comando do Dr. Paulo Nogueira Neto, no período de 1974 a 1986, por ser reconhecido internacionalmente por suas ações realizadas na área ambiental. Durante o período em que esteve à frente da SEMA foram criadas 23 estações ecológicas em todas as regiões do Brasil,



totalizando 3,2 milhões de hectares (CASTRO, 1997). As estações ecológicas são espaços de preservação ambiental com foco em desenvolver monitoramento ambiental e pesquisas.

Para Coimbra (2014), a criação da SEMA surgiu como um escalão subalterno dentro do Ministério do Meio Ambiente, devido a pressões das políticas internacionais sobre as questões ambientalistas iniciadas em Estocolmo. Naquele momento o Brasil vivia o milagre brasileiro e as preocupações ambientalistas não faziam parte do desenvolvimento, mas devido aos acordos firmados, no qual o país era signatário, forçou o nascimento da primeira agência ambiental brasileira.

Contudo, é criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, sendo o CONAMA um órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) regulamentado pelo Decreto 99.274, de 06 de junho de 1990, colocando todos os órgãos Federal, Estadual e Municipal como responsáveis pela proteção e qualidade ambiental.

Segundo Paulo Nogueira Neto (CONAMA, 2010), após esta legislação o CONAMA passou a atribuir a missão de regular o uso dos recursos naturais, tendo por isso sido associado a um Parlamento Ambiental, que para tanto teve a Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986, na qual considerou a necessidade de se estabelecerem definições, responsabilidades, critérios e diretrizes para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

Assim, estas diretrizes legais de preocupação com o meio ambiente passam a permear o campo da educação que desde a Constituição de 1988 tem assegurada a EA, que passa a ter maior notoriedade no Brasil, principalmente depois da RIO-92, citada anteriormente.

Durante esta Conferência foram firmados alguns tratados no Fórum Internacional das Organizações Não-Governamentais. O Fórum que ocorreu paralelo ao evento registrou a Implantação da Educação Ambiental no Brasil (BRASIL, 1998).

O Tratado que considera exclusivamente a EA é intitulado por Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidades Global, no qual afirma a importância da interdisciplinaridade para a educação assumir seu papel na construção por uma sociedade sustentável. Além de salientar que a EA

deverá abranger todos os espaços formativos da educação, seja a formal, não formal e informal (BRASIL, 1998).

Assim, a Rio 92 contribuiu para o processo da EA no país, sendo um encontro marcado sete anos após a redemocratização e quatro anos após a Constituição de 1988, trazendo preocupações que estavam sendo discutidas no mundo, as quais foram vivenciadas por brasileiros exilados no exterior, devido ao regime militar. Entre eles: Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis, Carlos Minc e Herbert Daniel que em conjunto com artistas, escritores, ecologistas e jornalistas começaram a dar forma ao Partido Verde, já existente em outros países, fomentando o interesse pela consciência ambiental no Brasil.

Os anos 90 marcam uma mudança definitiva nos rumos do ambientalismo brasileiro. Inicialmente, o ambientalismo não teve uma grande recepção no Brasil. Vítima de uma concepção estreita e preconceituosa, as ideias sobre preservação ambiental foram consideradas uma espécie de luxo. Hoje vivemos uma situação muito diferente. Esse processo começou a mudar, a partir de 1979, com a anistia política. Com o retorno dos exilados políticos, chegam também muitas ideias sobre meio ambiente com as quais estes militares de esquerda haviam tomado contato na Europa e nos Estados Unidos. Isso acabou fazendo do ambientalismo brasileiro um ambientalismo rico, complexo, multifacetado e plurilocalizado (GRÜN, 1996, p. 18).

Nesta perspectiva a EA passa a integrar as discussões no Brasil e reavaliar o compromisso com o meio ambiente, integrando novas propostas educacionais voltadas para sociobiodiversidade no processo do desenvolvimento sustentável respeitando espaços destinados as diversas espécies biológicas do planeta terra, e, uma visão socioambiental que preserva o meio ambiente.

Em 1998 são instituídos os Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais com seis eixos a serem trabalhados em favor de uma educação voltada para construção do conhecimento, desenvolvimento, autonomia e cidadania (BRASIL, 1998). Entre os temas está inserido o meio ambiente.

Em 27 de abril de 1999 passa a vigorar a Lei nº 9.795 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, atendendo aos Arts. 205 e 225 da Constituição Federal. Sua criação teve como referência o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidades Global e os PCNs – Temas Transversais, citados anteriormente.

No Art. 3º, inciso II apresenta que cabe “às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem”. Reforçando a ideia da interdisciplinaridade

No Art. 9º da Lei nº 9.795/99 estabelece que a EA deva ser ministrado em todos os âmbitos escolares descritos na Lei nº 9.394/96, apresentando nos Arts. 10 e 11 as orientações pedagógicas para o desenvolvimento da EA nas unidades de ensino:

Art. 10 – A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º - A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º - Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11 – A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Em consonância com as diretrizes legais e com foco em organizar e difundir informações relativas à EA foi criado em 2002 o Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental desenvolvido pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente que possui parcerias com instituições governamentais, não-governamentais e ONGs (BRASIL, 2001).

De acordo com as diretrizes legais apresentadas a EA passa a ser desenvolvida em vários espaços educativos visando que a aprendizagem ultrapasse os muros da escola, a fim de que o aluno passe a incorporar as ações e atitudes de preservação do meio ambiente ao longo da vida, como cita Fiamoncini (2008):

Hoje o desafio que se coloca é a sustentabilidade não só para a nossa espécie como para todas as formas de seres vivos do planeta. Todos precisam da qualidade de vida planetária. A qualidade de vida é o que se busca com a educação ambiental (p. 29).

Tendo em vista o desafio lançado cabe a educação desenvolver ações que se sustentem na responsabilidade com o meio ambiente, e acima de tudo no respeito entre o ser humano e a natureza. Segundo Carvalho (2008), existe uma visão socioambiental, que diz que os seres humanos e a natureza, o ambiente e a sociedade, formam um único mundo. Nesta composição deste mundo único, poderia falar-se em sociobiodiversidade, porém para esta nova visão há de se superar a dicotomia entre sociedade e natureza, assim como a noção de domínio daquele sobre este, já que se completam (CARVALHO, 2008).

Dialogar com a EA em espaços interativos, onde haja uma troca com o ambiente estudado valorizando o conhecimento empírico (como bosques ou praças), resulta considerar as tensões sobre essa questão tão disseminada pela mídia, como cita Franco e Satt (2008):

Na realidade social atual em que as atenções do mundo estão voltadas as notícias que a mídia veicula a respeito do ambiente em que vivemos é inquestionável a relevância da Educação Ambiental. Diariamente assistimos reportagens que mostram os problemas que atingem os ecossistemas – a poluição dos rios, o aquecimento global, entre outras – são as catástrofes anunciadas. Visto assim o ambiente se resume aos problemas que devemos “resolver” na natureza exterior com o auxílio da Educação Ambiental que tem a “missão” de salvar o planeta (p. 47).

Para compreender esta dinâmica deve-se considerar a estreita relação entre o ambiente social e o ambiente natural. As relações de destruição do meio ambiente estão intimamente ligadas às questões econômicas e as relações de poder empresariais. Nesse sentido, para melhor compreensão e intervenção é necessário questionar, não apenas as ações individuais dos sujeitos, mas as relações sociais que os constituem. A reflexão segundo Molon (1999, p. 143), deve partir de um questionamento: “como os sujeitos participam das práticas sociais e como eles são reconhecidos pelos outros e se reconhecem em determinadas práticas sociais?”. Esta interrogação propõe ao sujeito repensar suas atitudes perante a sociedade, sob a reflexão do pensar, falar e agir, de forma que o mesmo possa compreender esta tríade não apenas em seus discursos, mas principalmente em suas atitudes sendo capaz de cobrar de si mesmo aquilo que só se observa no outro.

A consciência não está nas falas ou no ativismo e sim nas ações que respondem por tudo que se professa, seja individual ou coletivamente.

## **CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA**

### **2.1 – O Papel da Escola na Educação Ambiental**

A educação escolar é um instrumento que promove a socialização das diferentes culturas pelo desenvolvimento dos mais jovens, propondo sua participação em diferentes tipos de atividades educativas, estabelecendo relações culturais, coletivas e participação autônoma, levando o aprendiz ao desenvolvimento individual, na medida em que favorece a construção da identidade pessoal.

Neste sentido, a escolarização é uma prática social e socializadora ao promover interação conferindo acesso aos saberes social e historicamente organizados, com objetivos que possibilitem contribuir para a formação de seus discentes (DELVAL, 1998).

Ao estabelecer os conteúdos que integram o processo de escolarização, estabelecidos pelo currículo, a escola seleciona os saberes e formas culturais mais relevantes para os alunos que pretende formar. Assim, a escolha passa a estar amparada a um planejamento, que indicará o que deve ser ensinado, quando e como ocorrerá.

Todo este processo resulta das especificidades de cada grupo social, de uma maneira que possa entender a sociedade, o papel dos cidadãos dentro dela e a própria função da escola neste processo, enquanto mediadora do saber e do desenvolvimento individual e social.

Propor ao aluno uma reflexão das ações presentes, aprofundadas em questões do cotidiano buscando potencializar transformações individuais e coletivas.

Para essa ação transformadora é preciso ir além do ato de conhecer, o que se obtém a partir de informações colhidas; é preciso apreender, refletir criticamente sobre o objeto de conhecimento, compreender, tomar consciência, acreditar naquilo como uma verdade (possuir conhecimento correto, valorizar esse conhecimento (ter atitude positiva, considerar importante), saber como agir em relação a esse novo saber (ter competências e habilidades corretas) e agir em função disso (realizar ações ou práticas corretas, ter comportamentos ou condutas compatíveis com o saber) (PELCIONI, 2014b, p. 477).

As constantes mudanças ocasionadas pelo processo de globalização vêm transformando cada vez mais rapidamente os processos das relações sociais, sejam

políticas, econômicas, internas e externas às nações. Esse processo dinâmico exige que a escola considere a formação de um cidadão planetário não reduzindo a uma só complexidade dos problemas, como a escassez de alimentos, a bomba atômica ou a ecologia, mas que todos os problemas estão amarrados uns aos outros (MORIN, 2000).

A proposta escolar em formar um cidadão que tenha a capacidade de refletir e atuar tanto em nível local quanto global, busca despertar dimensões éticas e sociais, para que o mesmo indivíduo possa atuar e melhorar a sociedade no sentido da sociedade sustentável.

Segundo Morin (2000), a educação deve contribuir para a tomada de consciência da Terra-Pátria e permitir que essa consciência se traduza em vontade de realizar a cidadania humana, e agrega como fundamento a visão interdisciplinar.

Diante desta prioridade em trabalhar o cotidiano, a questão que se coloca é: como fazer isso por meio do processo de escolarização?

Segundo alguns autores como Coll e Solé (2006), o conhecimento existente na aprendizagem exerce uma poderosa influência na forma em como se adquire o novo conhecimento. Os autores discorrem sobre a concepção construtivista, na qual “A educação escolar promove o desenvolvimento na medida em que promove a atividade mental construtiva do aluno, responsável por transformá-lo em uma pessoa única, irrepetível, no contexto de um grupo social determinado” (SOLÉ e COLL, 2006, p. 18).

Assim, a aprendizagem contribui para o desenvolvimento na medida em que aprender não é copiar ou reproduzir a realidade, mas transformá-la. Neste aspecto o sujeito constrói seu conhecimento a partir de informações do meio cultural de onde estiver inserido.

Entrelaçando o exposto com a temática ambiental Carvalho (2001) enfatiza que ao levar as discussões sobre EA para o campo da educação, as mesmas devem trazer mudanças das práticas pedagógicas tradicionais, não ficando restritas as informações, mas trabalhar de modo amplo e contextualizando os conhecimentos, valores e ações.

Para Solé e Coll (2006) aprender é construir e só “aprendemos quando somos capazes de elaborar uma representação pessoal sobre um objeto ou conteúdo que pretendemos aprender” (p. 19).

Essa concepção construtivista, baseada na construção do conhecimento do processo de ensino e aprendizagem agregou contribuições de outras teorias como a de Piaget pela genética; Ausubel pela assimilação; Vygotsky com o sociocultural; Freinet com o estudo do meio; entre outros que possibilitou avanços no processo ensino aprendizagem, e como os professores podem contribuir para esse processo, estruturando e reestruturando seu planejamento e conteúdo a serem desenvolvidos, com foco em proporcionar aos discentes melhores condições para que se efetue a aprendizagem.

Para Solé e Coll (2006):

A concepção construtivista da aprendizagem e do ensino parte do fato óbvio de que a escola torna acessíveis aos seus alunos aspectos da cultura que são fundamentais para seu desenvolvimento pessoal, e não só no âmbito cognitivo; a educação é motor para o desenvolvimento, considerado globalmente, e isso também supõe incluir as capacidades de equilíbrio pessoal, de inserção social, de relação interpessoal e motora. Ela também parte de um consenso já bastante arraigado em relação ao caráter ativo da aprendizagem, o que leva a aceitar que esta é fruto e uma construção pessoal, mas na qual não intervém apenas o sujeito que aprende; os “outros” significativos, os agentes culturais, são peças imprescindíveis para essa construção pessoal, para esse desenvolvimento ao qual aludimos (p. 19, grifo do autor).

Neste aspecto o processo da socialização é o agente fundamental da aprendizagem, possibilitando ao aluno seu desenvolvimento no meio ao qual o mesmo está inserido compreendendo e vivenciando as transformações sociais.

A aproximação ou interpretação dos fatos partem de referências internas, como: informações, atitudes, normas, vivências, valores, habilidades, resultantes de experiências anteriores que estabelecerá um novo conhecimento perante os acontecimentos (SOLÉ e COLL, 2006).

Na concepção construtivista a forma anterior ao novo conhecimento é denominada de conhecimento prévio, organizados e estruturados em esquemas de conhecimento. Coll e Martín (2006) definem o esquema de conhecimento como uma representação que uma pessoa possui, em um determinado momento da história, sobre uma parcela da realidade.

O interesse aos conhecimentos prévios da concepção construtivista dos alunos deve-se ao fato que estas questões influenciam diretamente no processo de ensino aprendizagem realizadas durante as aulas.

Para Miras (2006), os conhecimentos prévios possibilitam:

Além de lhe permitirem realizar este contato inicial com o novo conteúdo, esses conhecimentos prévios são os fundamentos da construção dos novos significados. Uma aprendizagem é tanto mais significativa quanto mais relações com o sentido o aluno for capaz de estabelecer entre o que já conhece, seus conhecimentos prévios e o novo conteúdo que lhe é apresentado como objeto de aprendizagem... Em suma, isto quer dizer que, contando com a ajuda e guia necessárias, grande parte da atividade mental construtiva dos alunos deve consistir em mobilizar e atualizar seus conhecimentos anteriores para entender sua relação ou relações com o novo conteúdo. A possibilidade de estabelecer essas relações determinará que os significados sejam construídos de forma mais ou menos significativa, funcional e estável (p. 61).

A construção do conhecimento atrelada a modificação, revisão, enriquecimento e coordenação progressiva consiste em um dos principais objetivos da educação escolar (MAURI, 2006). A proposta é de que o aluno se torne autônomo para compreender e agir sobre a realidade, gerenciando situações problemas como preza os PCNs (1998), preparando o aluno para vida, trabalho e sociedade.

Para que isso ocorra à aprendizagem deve ser significativa, deve pertencer ao sujeito para que possa apropriar-se dela. O desenvolvimento das atividades deverá propor situações de pesquisa, experimentação, reflexão, criação, argumentação, questionamento, tomada de decisão, entre outros que viabilizem a aprendizagem dos alunos, considerando suas inteligências múltiplas, proporcionadas em diferentes estratégias e metodologias para que possam desenvolver competências e habilidades (MAURI, 2006).

Para tanto que conteúdos devem fazer parte do currículo escolar?

Segundo Zabala (1998):

... Educar quer dizer formar cidadãos e cidadãs, que não estão parcelados em compartimentos estanques, em capacidades isoladas. Quando se tenta potencializar certo tipo de capacidades cognitivas, ao mesmo tempo se está influenciando nas demais capacidades, mesmo que negativamente. A capacidade de uma pessoa para se relacionar depende das experiências que vive, e as instituições educacionais são um dos lugares preferenciais, nesta época, para se estabelecer vínculos e relações que condicionam e definem as próprias concepções pessoais sobre si mesmo e sobre os demais. A posição dos adultos frente à vida e às imagens que oferecemos aos mais jovens, a forma de estabelecer as comunicações na aula, o tipo de



regras de jogo e de convivência incidem em todas as capacidades da pessoa (p. 28, grifo nosso).

É esse tipo de abordagem que a EA preconiza que a aprendizagem seja significativa sobre a vivência do aprendiz, nas relações estabelecidas dentro do cotidiano.

A educação ambiental nada mais é do que a própria educação, com sua base teórica determinada historicamente e que tem como objetivo final melhorar a qualidade de vida e ambiental da coletividade e garantir sua sustentabilidade. Isso significa que é obrigatório que o educador ambiental conheça e compreenda a história da educação e os pensamentos pedagógicos aí gerados; seja capaz de escolher as melhores estratégias educativas para atuar sobre os problemas socioambientais e, com a participação popular, tente resolvê-los (PELICIONI, 2014b, p. 472).

Desta forma o educador estará desenvolvendo estratégias e conteúdos que designam um conjunto de saberes ou formas culturais essenciais para um desenvolvimento educacional, participativo e atuante.

Para tanto, Zabala (1998), descreve os princípios dos conteúdos como: factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais.

Segundo o autor, os factuais estão relacionados a sua singularidade e seu caráter, descritivo e concreto; os conceituais descrevem relações de causa-efeito ou de correlação, abordam conceitos, fatos e princípios. Porém, a aprendizagem de um conceito ou princípio dependerá da forma como o mesmo é exposto, apresentado para o entendimento de seu significado. Deve-se trabalhar na compreensão, interpretação, ou exposição de um fenômeno ou situação apresentada. Esclarece que dificilmente pode-se considerar acabada a aprendizagem do conteúdo conceitual já que, apresenta, uma vasta dimensão dentro dos diferentes conteúdos por ampliar e aprofundar a aprendizagem significativa trabalhados por conceitos gerais (ZABALA, 1998).

Os procedimentais são um conjunto com ações coordenadas que incluem entre outras coisas as regras, métodos, técnicas ou procedimentos que serão utilizados para um determinado fim, ou seja, dirigidas para a realização de um determinado objetivo (ZABALA, 1998).

Os atitudinais englobam uma série de entendimentos relacionados aos valores, atitudes e normas que se pretende alcançar com relação a determinadas

ideias ou formas de atuação. Quanto às normas, por sua vez, são padrões ou regras de comportamento que em determinadas situações todos os membros de um grupo social são obrigados a obedecer (ZABALA, 1998).

Os princípios dos conteúdos descritos por Zabala (1998) podem relacionar-se aos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, fazer, conviver e ser, apresentados por Delors (1998).

A relação pode ser estabelecida entre conceitual, estabelecer relações que possibilite ao aprendiz saber, conhecer, reconhecer e identificar o fato dentro do contexto apresentado; o procedimental relaciona-se ao saber fazer, possibilitando demonstrar, executar e realizar ações dentro do contexto; os atitudinais estão atrelados ao saber ser, envolvendo atitudes que demonstrem atuar com cordialidade e respeitar a convivência em sociedade (ZABALA, 2006).

Nesta perspectiva a EA propõe o desenvolvimento de habilidades que contribuam para a resolução de problemas utilizando das práticas pedagógicas desenvolvidas, entre elas:

- Investigar: buscar fontes, entrevistar, analisar, selecionar e fazer uso de dados e informações sobre determinado fato, aprender a conhecer;
- Trabalhar em grupo: ouvir, liderar, trazer contribuições, tomar decisões e complementá-las, desenvolvendo a participação ativa, aprendendo a fazer;
- Comunicar: falar publicamente expondo opiniões ou escrever de forma objetiva e persuasiva, levando outras pessoas a refletirem sobre suas ações, aprendendo a conviver.

Cabe dentre todo o proposto, desenvolver e despertar no aprendiz seu sentido crítico para que possa questionar de forma responsável as regras e normas impostas pela sociedade sem transgredi-la, promovendo a cidadania.

Zabala (1998) discorre:

... a vinculação efetiva necessária para que o que se compreendeu seja interiorizado e apropriado implica a necessidade de estabelecer relações afetivas, que estão condicionadas pelas necessidades pessoais, o ambiente, o contexto e a ascendência das pessoas ou coletividades que promovem a reflexão ou a identificação com os valores que se promovem. Esta vinculação afetiva ainda é maior quando nos fixamos nas atitudes, já que muitas delas são o resultado ou o reflexo das imagens, dos símbolos ou experiências promovidas a partir de modelos surgidos dos grupos ou das pessoas às quais nos sentimos vinculados (p.48 e 49).

Assim, desenvolver conceitos associados a valores ambientais são necessidades do mundo contemporâneo pela urgência por uma consciência coletiva.

Para tanto a proposta está em estruturar as intervenções educativas em torno desses três tipos de conteúdos, citados por Zabala (1998), permitindo ao professor organizar e reorientar sua prática, facilitando trazer à tona o que se chama de currículo oculto, ou seja, aquelas aprendizagens que se realizam na escola, mas que não aparecem de forma explícita nas programações, que envolvem o cotidiano.

No Canadá, segundo o documento *Environment and School Initiatives – A Review of Policy Developments in Environmental Education* (Ambiente e iniciativas Escolares – Uma análise das Estratégias em Educação Ambiental), apontaram várias experiências de trabalhos que consideraram os três tipos de conteúdos descritos por Zabala (1998), que obtiveram sucesso em suas realizações.

## **2.2 – Educação Ambiental na Formação do Cidadão**

As iniciativas desenvolvidas sobre EA, não devem estar restritas apenas às instituições formais, mas estendidas a toda sociedade de maneira informal. Com educadores engajados em uma prática transformadora que procure desmistificar as mensagens vinculadas na mídia através da cultura dominante da elite capitalista, preparando a sociedade para uma reflexão crítica, trabalhando coletivamente para solucionar problemas comuns ao grupo social (PELICIONI, 2014b).

Para tanto, acrescento como ponto de partida a capacitação dos educadores, pois o processo de conscientização perpassa pelo conhecimento adquirido capaz de compreender a dinâmica movida pelas tensões e conflitos sociais desvelando com criticidade a realidade que lhe é posta frente à cultura dominante, apresentada por Pelicioni (2014).

Cabe salientar neste ponto, os trabalhos de Melo (2013) e Alexandre (2014), nos quais ambos discorrem sobre as dificuldades encontradas no ensino superior com a temática ambiental. Os mesmos apontam a defasagem e os entraves da educação superior sobre o assunto, assim como os desafios encontrados para formação continuada em educação ambiental, mesmo tendo Leis Federais que mencionem prioridade sobre o tema social, como na Lei nº 9.394/96 que apresenta um Capítulo voltado para Educação Superior, no qual propõe as diretrizes educacionais a serem seguidas:

Art. 43º. A educação superior tem por finalidade:

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade (LEI Nº 9.394/96).

Esta referência deve abarcar todo e qualquer curso do ensino superior visto que a questão ambiental não se refere a algo específico podendo ser incorporado em qualquer área do conhecimento, sob o viés da responsabilidade social.

Embora, este não seja o foco da pesquisa ou tema de discussão, as questões que perpassam pelo processo ensino e aprendizagem dos alunos recebem como interferência a formação do profissional educador.

Visto que o meio ambiente pertence a todos passa a ser de relevância ampliar o conhecimento sobre o assunto nas graduações em particular as de licenciatura.

Os professores reaparecem, neste início do século XXI, como elementos insubstituíveis não só na promoção das aprendizagens, mas também na construção de processos de inclusão que respondam aos desafios da diversidade e no desenvolvimento de métodos apropriados de utilização das novas tecnologias. (NÓVOA, 2009, p. 13, grifos nossos).

As palavras grifadas na citação do autor sugerem a estes profissionais os novos desafios a serem enfrentados e conseqüentemente propostos em busca de uma formação continuada em EA ou questões ambientais seja tanto nos cursos de licenciatura quanto, por exemplo, em direito, engenharia ou arquitetura, por estarem em pauta nos dias atuais.

Retomando o conceito ensino e aprendizagem nas escolas, a EA deve pontuar a reflexão tendo por base as análises conceituais, procedimentais e atitudinais, já discutidas anteriormente.

A educação se traduz em um processo de ensino-aprendizagem, no qual ao mesmo tempo em que se ensina, aprende-se e reaprende-se o aprendido, repensa-se o pensado, reconstrói-se o caminho da curiosidade, desvelam-se os significados para reconstruir o saber (PELICIONI, 2014b).

Dentre alguns aspectos, as atividades como excursões a locais onde o meio ambiente naturalmente mantém-se conservado ou deteriorado por ações humanas ou do tempo, por má conservação, não devem ser vistas como passeios, assim como a sensibilização a partir de filmes nos quais as catástrofes ambientais são iminentes devem auxiliar nos questionamentos. Outros como as músicas com sons da natureza, observação de pássaros, dia da árvore, dia do índio não devem ser apenas a comemoração de um dia específico, mas da análise, reflexão e questionamento dos fatos apresentados.

Ao que parecem, os idealizadores dessas atividades preocupam-se mais com o emprego de técnicas criativas, do que com a atividade em si mesma. Essas ações pouco contribuem para o desenvolvimento crítico da EA.

Outra questão apontada por Bononi (2014), são os problemas relacionados as áreas verdes, na qual:

A retirada de plantas ornamentais, o corte de palmito, o depósito de resíduos sólidos orgânicos e inertes, o abandono de animais domésticos e outras formas de vandalismo são problemas detectados em áreas verdes e demonstram a deficiência dos programas educativos, que necessitam de maior constância e continuidade (p. 276).

Para Pelicioni (2014b), os educadores ambientais necessitam conhecer algumas distinções próprias das ciências ambientais, como:

Entre os diferentes conhecimentos disciplinares que possibilitam uma visão integral desses problemas, pode-se destacar as ciências ambientais. O educador ambiental precisa ter noções gerais sobre essas ciências, incluindo a ecologia e a biologia, mas deve saber corretamente a diferença entre a educação ambiental enquanto educação política de intervenção para transformação da sociedade e a ecologia que estuda seres vivos e não vivos e as relações entre eles e o meio onde vivem. Deve conhecer a diferença entre um processo educativo planejado e atividades educativas de apoio, tais como realização de trilhas, visitas a museus ecológicos, plantio de árvores em escolas e ou praças e separação de lixo para reciclagem (p. 472 e 473).

A EA deve ser entendida como formação para uma educação política do indivíduo, no sentido de que ela reivindica, questiona e prepara os cidadãos para exigir justiça social, tornando-se partícipes em ações coletivas ou individuais, e

assim, despertando a cidadania nacional e planetária, a autogestão, a ética nas relações sociais com respeito a natureza (REIGOTA, 1994) e (MORIN, 2000).

No mais, as questões ambientais devem estar atreladas ao educacional, educando e conscientizando o aprendiz para ações do presente, que proporcionem respostas no futuro, observadas por ações do passado.

Bononi (2014) aponta as praças e parques urbanos como centro de integração e exercício para cidadania sendo de grande relevância desenvolver nestes espaços programas permanentes de EA, seja escolar ou comunitária - formal ou informal, por ser parte integrante da vivência comum de todos, reduzindo custos aos cofres públicos. Seria a interdisciplinaridade social, por trazerem benefícios ambientais às cidades, sendo consideradas importantes do ponto de vista do desenvolvimento social e por vezes de desenvolvimento regional.

Já na escola, é importante que a EA não seja incorporada como mais uma disciplina, formatada a conteúdos direcionados, a mesma deve ser contemplada por todas as áreas do conhecimento: exatas, humanas e biológicas de forma que os temas relacionados à EA possam integrar o aprendizado com o cotidiano do aprendiz, por ser desenvolvida dentro das especificidades de cada uma, seguindo as diretrizes no contexto transversal ao currículo, como preza os PCNs – Temas Transversais (1998).

Para Coimbra (1985):

... o essencial da interdisciplinaridade consiste em se produzir uma ação comum, mantendo a cada participante o que lhe é próprio. A abordagem interdisciplinar do Homem ou do Meio Ambiente implicaria numa visão inicialmente individual das várias disciplinas interessadas naqueles temas, seguida da busca de uma convergência que facilite a fixação de pontos comuns e a conciliação dos contrários (p. 23).

Desta forma a EA abrangerá todos os espaços educacionais, por integrar vários ambientes relacionados tanto a educação formal quanto da não-formal dentro da sociedade.

Nesta perspectiva, Oliveira (2000) discorre a necessidade de os professores buscarem alternativas em suas práticas e didáticas que façam convergir o enfoque disciplinar para o interdisciplinar, embasado em amplas diretrizes metodológicas, propostas pela ação conjunta das áreas do conhecimento. Este processo segundo o

autor poderia ser obtido por meio da construção de projetos pedagógicos que refletissem o espaço social, político e econômico em que a escola se insere.

Neste íterim, o foco deve partir da visão micro para a macro, ao propor que o aluno conheça e reconheça seu espaço de convívio relacionando-o a outros espaços distantes, ampliando sua visão de mundo.

Para Pelicioni (2014b):

Cabe, portanto, ao educador criar condições para que isso ocorra, e a educação ambiental seja incorporada como filosofia de vida e se expresse por meio de uma ação transformadora. Não existe educação ambiental apenas na teoria, o processo de ensino-aprendizagem na área ambiental implica exercício de cidadania proativa (p. 472).

Considerando o exposto, para que a EA seja incorporada como filosofia de vida, caberá ao educador escolher estratégias educativas que possibilitem contribuir com o aprendizado de forma que possa traduzir o conhecimento em tomada de consciência. Quando o aluno incorpora a aprendizagem em seu cotidiano, ou seja, para a vida, como uma filosofia mencionada por Pelicione (2014b). A ação transformadora pode ser compreendida tanto no espaço onde o aluno está, devido algumas ações, quanto do indivíduo (o ser humano), sendo este o cerne da questão por incorporar ações que possibilite transformar outros indivíduos contribuindo coletivamente com o meio ao qual todos estão inseridos. E através desta troca possibilite a consciência socioambiental coletiva.

Oliveira (2000) reitera sobre este ponto ao discorrer que após o aluno conhecer o espaço ao qual está inserido, o mesmo deve ser envolvido em situações de pesquisa e levantamento de situações problemas a serem discutidos e trabalhados, promovendo a reintegração dos conhecimentos fragmentados pela divisão curricular, bem como a construção de novos conhecimentos compondo a teia dos saberes.

### **2.3 – Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental**

A questão do desenvolvimento coloca em embate dois termos: ecologia versus economia, porém o contraponto de um sobre o outro deveria ser de compromissos recíprocos, como menciona Philippi Jr e Bruna (2014):

Não se pode esquecer, entretanto, que ambas as questões – retratos de uma causa econômica e de uma causa ecológica – têm sua importância na base do significado último que é dado pela raiz etimológica do prefixo desses dois vocábulos. *Eco* se origina da palavra grega *oikos* que significa casa. Trata-se, pois, de proteger em última instância essa casa, o planeta Terra, indistintamente (p. 716).

No entanto, cabe a todos os moradores do planeta Terra preservar e administrar o espaço ao qual ocupa, “*Oikos + nomia*, etimologicamente significando *administração e governo da casa*, representa a economia” (PHILIPPI JR e BRUNA, 2014, p. 716).

Ninguém que tenha o mínimo de percepção da realidade e consciência do passado do planeta Terra duvidaria da grave situação que afeta a “casa comum” nesta crise ambiental global. A grande interrogação que se coloca gira em torno da sustentabilidade do ecossistema planetário e da sobrevivência da própria espécie humana quando os sistemas vivos que compõem as teias da vida se encontram ameaçados (COIMBRA, 2014 p. 515).

As duas faces da mesma moeda, ecologia e economia, podem ser compreendidas sem serem vistas como antagonistas, assim o desenvolvimento econômico deve ser promovido como benefício ao homem e contribuindo para melhoria da qualidade do meio ambiente sem, no entanto, comprometer os recursos da natureza, e vice-versa. Potencializados tanto pelas mudanças individuais e coletivas (PELICIONI, 2014b).

Entretanto, meio ambiente e crescimento devem estar atrelados em uma mesma vertente. Os termos devem ser complementares um ao outro e não antagônicos. São pertinentes aqui as argumentações de Philippi Jr. e Bruna (2014):

Já é tempo de acabar com essa dicotomia e começar a considerar os dois lados não mais como facções, mas como parceiros – sem prejuízo das partes – na árdua tarefa de promover uma única e mesma causa: o benefício da natureza e do homem. Não mais como *versus*, mas sim como e, uma conjunção aditiva e não adversativa (p.716).

Neste íterim, a legislação ambiental e as normas ganham espaço como instrumentos para o processo de uma gestão ambiental, com base para avaliar os dois pontos: a ecologia e a economia. Coimbra (2014) salienta que para objetivar



políticas para o meio ambiente torna-se indispensável integrar cinco aspectos: científico, econômico, social, cultural e político. Para o autor sem considerar estas problemáticas não poderá haver uma gestão ambiental lúcida e eficaz.

Para tanto, a Constituição Federal de 1988 inseriu o Capítulo VI, para tratar do tema meio ambiente dando possibilidades para que as demais esferas do executivo fizessem o mesmo.

Assim, as ações ambientais passam a ser amparadas, como no caso de São Paulo, que criou em 5 de outubro de 1989 a Constituição do Estado de São Paulo inserindo um capítulo sobre o meio ambiente, recursos naturais e saneamento.

As propostas buscam o equilíbrio entre o homem e o seu ambiente, seja natural ou urbano. Nos dias atuais esse equilíbrio se manifesta por meio da expressão desenvolvimento sustentado, quando aplicado; e de desenvolvimento sustentável quando em curso, observado pelas possibilidades para aplicação (PHILIPPI JR e BRUNA, 2014).

Para tanto, Coimbra (2014), salienta que:

É preciso afastar definitivamente a ideia de que preservação ambiental e desenvolvimento econômico são incompatíveis. O simples crescimento econômico, limitado a si mesmo como fim último, este, sim, é incompatível com a consciência ecológica. Desenvolvimento e meio ambiente fundem-se na busca e na realização do desenvolvimento sustentável, num progresso para toda a comunidade terrestre. A meta maior é a sustentabilidade; o desenvolvimento sustentável é tão somente um processo para alcançá-la (COIMBRA, 2014 p. 555).

Com o embasamento legal a partir da Constituição Federal de 1988, e a Constituição do Estado de São Paulo em 1989, o governo federal aprovou a Lei nº 10.257 em 10 de julho de 2001, também conhecida como Estatuto da cidade, que regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana. Em seus Arts. 36, 37 e 38 a Lei institui que cabe aos municípios os estudos de impacto de vizinhança ao meio ambiente, e assim organizar sua política de desenvolvimento urbano. No capítulo IV – Art. 43 menciona a gestão democrática da cidade garantindo o pleno exercício da cidadania.

Em meio ao embasamento legal observa-se a dificuldade em compreender o país como um todo, devido aos problemas regionais e locais dentro das esferas: federal, estadual e municipal. Para solução dos problemas uma das alternativas está

na gestão democrática que permite que cada esfera procure dentro da legalidade a melhor solução para o embate ambiental e as características de ocupação humana e recursos naturais (BONONI, 2014).

Em linhas gerais a gestão ambiental passa a integrar como uma questão de princípios, com diretrizes para o desenvolvimento sustentável e foco para a ação e aplicação do desenvolvimento sustentado.

Para tanto, as definições de Coimbra (1985) salientam que o conceito de desenvolvimento econômico deveria estar centrado na pessoa humana, em suas ações individuais e coletivas.

Philippi Jr e Bruna (2014) acrescentam:

Desenvolvimento é um processo contínuo e progressivo, gerado na comunidade e por ela assumido, que leva as populações a um crescimento global e harmonizado de todos os setores da sociedade, pelo aproveitamento dos seus diferentes valores e potencialidades, de modo a produzir e distribuir os bens e serviços necessários à satisfação das necessidades individuais e coletivas do ser humano por intermédio de um aprimoramento técnico e cultural e com o menor impacto ambiental possível (p. 719).

Não se pretende frear a economia, mas propor ações conjuntas entre o poder público e a sociedade em busca de uma melhor qualidade de vida com a participação de todos através da gestão democrática (BONONI, 2014).

Uma das questões relacionadas pode ser elencada em prol da saúde pública para melhor qualidade de vida. O baixo investimento em infraestrutura para o saneamento básico, favorece a proliferação de doenças em determinadas épocas, multiplicando-se por meio de surtos e epidemias (PHILIPPI JR. e BRUNA, 2014).

Para Forattini (1996), a questão está relacionada a doenças com frequência de impacto, que causam mortes. Estas geralmente são conhecidas cientificamente, proporcionando o uso de medicamentos e métodos de prevenção e controle. Entretanto, há falhas no monitoramento e na vigilância e a doença persiste, mesmo quando são dirigidas ações e campanhas para combatê-las.

Um exemplo para estes problemas pode ser mencionado com o surto da Dengue, causado pelo mosquito *aedes aegypti*, sendo um desafio das sociedades contemporâneas em detrimento da saúde humana, como apontam Ueno e Natal (2014a) “Doenças infecciosas, como a tuberculose, a malária e a dengue são

marcantes em determinadas áreas do território brasileiro, constituindo-se em verdadeiros problemas de saúde pública” (p. 356). Momento em que o governo despende grande volume de verbas públicas com gastos hospitalares, quando poderiam investir em saneamento, extinção dos focos, prevenção e educação ambiental.

A CEA desenvolveu a partir de 2000 uma ação com foco na orientação sobre a doença, com atividades e concurso das melhores redações, porém a ação acabou no ano seguinte. O fato é que propostas de interesse coletivo não devem ser deixadas e sim aprimoradas e ampliadas a cada ano.

As medidas de saúde pública voltadas ao controle de doenças geram preocupações relativas à duração das intervenções e à sua efetividade. O que se vê, tradicionalmente, são intervenções isoladas de combate, voltadas a romper o ciclo de transmissão de uma doença, ao controle de uma determinada fonte de poluição ou à implementação de uma campanha educativa pontual, além de muitas outras ações específicas de natureza semelhante às ações exemplificadas. Muitas dessas medidas são de natureza vertical, reforçando no senso comum a noção equivocada de que a saúde é responsabilidade do governo. Este desempenha, sim, papel fundamental na promoção da saúde, mas como apresentado nas diretrizes da promoção da saúde, a mobilização e participação social são importantes para que a população desenvolva auto cuidado e entenda o quanto sua saúde depende da qualidade ambiental (UENO E NATAL, 2014b p. 414).

Considerando os conceitos de saúde e saúde ambiental, a saúde pública integra uma grande área que busca promover, proteger e recuperar a saúde humana e ambiental, por meio de um esforço organizado pela sociedade. Tal esforço deve se refletir em ações de motivação coletiva, valendo-se de conhecimento científico e habilidades para uma sustentabilidade.

As ações de sustentabilidade perpassam pelas iniciadas na RIO-92 como a Agenda 21 e a Convenção Sobre a Biodiversidade que foram assinadas no mesmo ano e reconhecidas pelo Congresso Nacional em 1993 (BONONI, 2014).

O documento da Agenda 21 estabelece o programa de ação dirigido à aplicação de princípios voltados à obtenção das condições ambientais e, conseqüentemente, de uma vida das sociedades em todos os Estados Nacionais. A proposta permitiu que cada município instituiu-se a sua agenda, o disposto foi apresentado em quarenta capítulos que refletem o consenso universal sobre os assuntos tratados, e o esforço em possibilitar uma agenda comum. Os capítulos

preconizam o desenvolvimento sustentável e fortalece o apoio do conhecimento prudente ao manejo do meio ambiente (BONONI, 2014).

Para Coimbra (2014), a Agenda 21 possui

... o intuito de superar as contradições existentes no processo de desenvolvimento, eliminar as gritantes diferenças regionais do planeta, erradicar a miséria e assegurar os direitos das gerações futuras (p. 517).

Outra discussão iniciada na RIO-92 e ampliada a partir de 1995, são os assuntos pertinentes às mudanças climáticas. Com reuniões realizadas anualmente a COP discute as mudanças climáticas. A última realizada na cidade de Copenhague, Dinamarca, em dezembro de 2009, teve como foco o aquecimento global e o destino da civilização humana (Prado, 2009). Prioriza que o aumento da temperatura da Terra não pode aumentar mais de 2°C em relação à era pré-industrial até o final do século XXI, caso contrário as alterações climáticas sairão completamente do controle. Para tanto, torna-se necessário reduzir a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, o que implica em uma mudança no modelo de desenvolvimento econômico e social dos países, devendo assumir em conjunto o princípio das responsabilidades comuns para estabilizar até 2017 os gases emitidos em níveis 80% menores do que eram em 1990 (Prado, 2009). No entanto, caso os países não se comprometam várias alterações podem ocorrer no planeta, Prado (2009) cita dentre algumas o aumento de doenças tropicais como a dengue e a malária.

Coimbra (1985) faz considerações sobre a transitoriedade da saúde humana devido o fator da saúde ambiental apresentar instabilidade, da qual vem sendo vítima, primeiro pela sociedade industrial, e depois pela sociedade pós-industrial que provoca uma série de impactos ambiente natural, alterando a paisagem. Para tanto a qualidade de vida no meio ambiente será mais duradoura a medida que a sociedade estiver em um ambiente mais equilibrado ecologicamente. O autor relembra que em 1990, a Assembleia Geral das Nações Unidas, procurando enfrentar o problema, criou o Comitê Intergovernamental de Negociação para a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, este preparou o documento para ser discutido em junho de 1992, na RIO-92, com a participação de 154 países. Em 1995 ocorre a COP-1, quando foram adotadas como compromisso as decisões envolvidas para as

primeiras décadas do século XXI. As tomadas de decisões englobavam a estabilização da emissão de gases de efeito estufa assegurando o desenvolvimento econômico e sustentável (COIMBRA, 1985).

Diante das considerações apresentadas cabe salientar que a saúde do homem está diretamente associada à saúde da natureza, na medida em que existe uma relação intrínseca entre qualidade de vida e qualidade do meio ambiente, de forma que o futuro de um depende do futuro do outro. O desenvolvimento da sociedade deve correr ao alcance da proteção do ambiente em que todos estão inseridos. Assim, “Percebe-se que o conceito de saúde ambiental preocupa-se com a origem ambiental – ambiente natural e social – dos fatores que afetam a saúde humana” (UENO e NATAL, 2014a, p. 354).

Complementando as questões da RIO-92 relacionadas as mudanças climáticas, Bononi (2014) argumenta que:

Desde o evento mundial da Eco-92, o tema das mudanças climáticas globais tem sido discutido pelos técnicos e diplomatas dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, considerando a preservação e a ampliação das áreas verdes como a alternativa mais barata e viável para combater e minimizar os efeitos da poluição, até que mudanças tecnológicas permitam o desenvolvimento e o consumo a partir de energias não poluidoras (p. 258).

Porém, em contrapartida, a própria sociedade muitas vezes coloca barreiras ao desenvolvimento sustentável, criando dificuldades para atingir um patamar de controle ambiental, por não abrir mão de hábitos insustentáveis como no caso do alto número de automóveis circulando pelas grandes metrópoles, o consumismo, o que significa um adiamento ao estágio desejável de permanente qualidade de vida para todos ao mesmo tempo.

Para o cientista ambiental Thomas Berry (1991), as preocupações com a insustentabilidade vão ao encontro com a ordem de grandeza das mudanças que se tornam necessárias. Para o autor é preciso mudar radicalmente o modo de ver e de administrar o planeta. A era industrial alienou e condicionou a tal ponto o ser humano, que se tornou muito difícil a sobrevivência fora da bolha industrial.

O ser humano que habita o planeta Terra é um urbanita e vive em aglomerações urbanas cada vez maiores, demandando quantidades gigantescas de recursos e gerando, igualmente, quantidades de resíduos em proporções crescentes, em virtude do maior consumo e grande desperdício (PHILIPPI JR; ROMÉRO e BRUNA, 2014, p. 4).

No entanto, como assegurar a efetividade de uma gestão ambiental para que leve a um desenvolvimento sustentável, preservando o futuro de ambos, homem e natureza?

A princípio deve-se a importância em compreender o meio ambiente em maior profundidade sob a perspectiva de uma gestão ambiental integrada, que se torna viável por meio de políticas públicas que incorporam planos, projetos e programas (PHILIPPI JR. e BRUNA, 2014).

Dentro deste contexto abrangente incorpora-se a EA, a responsabilidade compartilhada, as mudanças tecnológicas nos processos de produção industrial, sempre inseridas pela implementação e cumprimento da legislação ambiental pertinente, que nasce da necessidade vivenciada em determinado momento.

A educação crítica e problematizadora tem de ser forjada com o oprimido e não para o oprimido. E a pedagogia do oprimido, base da teoria sociocultural, faz da opressão e de suas causas o objeto de sua reflexão, possibilitando que o ser humano possa lutar por sua libertação, superar a relação opressor-oprimido por meio de uma situação de ensino-aprendizagem que desenvolva a consciência crítica e a liberdade, isto é, que possa transformar a situação concreta que gera a opressão (PELICIONI, 2014b, p. 475-6).

O sucesso para estas ações dependerá da participação ativa da sociedade ao despertar para consciência crítica, através da EA como processo de educação política, promovendo a cidadania com ações transformadoras a fim de melhorar a qualidade de vida para todos com uma abordagem sociocultural (PELICIONI, 2014b).

Estas discussões foram pauta na Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para Sustentabilidade, realizada em 1997, na cidade de Thessaloniki, Grécia. Esta Conferência ocorreu 20 após Tbilisi, na qual foram discutidas as metas propostas pela Agenda 21 (desenvolvidas na RIO-92) que não estavam sendo alcançadas, sendo de relevância pública as ações a serem reorientadas. Para tanto o Brasil apresentou a Declaração

de Brasília para Educação Ambiental com diretrizes a serem implementadas (BONONI, 2014).

As argumentações de Bononi estão embasadas nas recomendações da Declaração que visam superar as problemáticas apresentadas quanto a EA e as vertentes do desenvolvimento sustentável. Sua elaboração decorre da I Conferência Nacional de Educação Ambiental que teve como objetivo fomentar um espaço para reflexão sobre as práticas da EA no Brasil. Neste documento foram consolidadas sugestões e diretrizes políticas para EA no país sendo apresentada em Thessaloniki, Grécia (DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1997a).

Entre tantas, uma das referências apresentadas nas recomendações da Declaração são pertinentes a EA e as políticas públicas.

Considerar a educação ambiental como prioridade nas políticas públicas e privadas, mediando conflitos decorrentes dos vários setores (econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais), a fim de alocar recursos de toda ordem e contribuir para a adoção de instrumentos de gestão ambiental e demais problemas de cunho social (DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, p. 19, 1997a).

Apontando a prioridade de superar dificuldades encontradas nos diferentes setores e a necessidade de uma gestão ambiental participativa e democrática. Assim, as diretrizes apresentadas na Declaração de Brasília foram elaboradas a partir das problemáticas apresentadas, entre elas:

A necessidade de incentivar práticas de educação ambiental que privilegiem uma contextualização sócio-econômica e cultural da realidade, extrapolando a dicotomia entre desenvolvimento/preservação e buscando uma abordagem menos pontual e fragmentada (DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, p. 19, 1997a).

Fortalecendo o trabalho coletivo nas ações educativas, que passam a relacionar a aprendizagem em EA ao contexto das políticas públicas, composto por um entendimento integral dos fenômenos, sendo avesso aos modelos fragmentados da pedagogia tradicional em que seus componentes são tomados isoladamente. Dentre as finalidades a Declaração buscou consolidar as ações governamentais com as de outros setores, como o privado e dos trabalhos de organizações não

governamentais. Além, daquelas já estabelecidas desde Tbilisi visando uma conscientização pública para a sustentabilidade.

#### **2.4 – Política Pública e Política Ambiental**

O conceito do termo política, segundo o Houaiss (2001), significa: arte ou efeito de governar; ou habilidade no relacionar-se com os outros tendo em vista a obtenção de resultados desejados.

Assim, considerando a coletividade, o termo apresenta uma característica própria quanto a responsabilidade nas relações com a sociedade através de debates em que preze na pauta o bem comum.

No entanto existe uma distinção entre política pública e política de governo. A primeira é um conjunto de diretrizes estabelecidos com a participação da sociedade, que podem ser elaboradas e determinadas por comitês, conselhos ou organizações não governamentais, por meio de sua representação política, visando a melhoria das condições de vida da comunidade. Outra forma de participação ativa é a cobrança do cidadão aos governos pelos resultados de uma política que foi discutida pela sociedade (PHILIPPI JR. e BRUNA, 2014).

A iniciativa de implementação de uma política pública pode partir tanto do governo, quanto da sociedade, porém o gestor dos recursos é o próprio governo em seus três níveis: Federal, Estadual e Municipal, nos quais seus ocupantes possuem cargos eletivos por quatro anos.

Já as políticas de governo são aquelas que trazem propostas implementadas pelo próprio governo no período em que estiver exercendo o cargo eletivo. Desta forma podem ou não ter continuidade nos anos seguintes ao mandato, dependendo de quem assume o poder quanto aos partidos.

Quando se refere, então, às políticas públicas os referenciais são as ações emanadas em conjunto pela comunidade e os homens públicos (os governantes e os dirigentes) que assumem cargos eletivos movidos pelo compromisso de proporcionar o bem-estar de todos, para o qual elaboram leis, as quais devem se prestar para a execução de uma eficaz gestão ambiental cujo resultado, quer imediato ou não, deverá ir ao encontro dos interesses e necessidades da sociedade (PHILIPPI JR. e BRUNA, 2014).

No Brasil podem ser destacadas algumas leis manifestadas por políticas públicas e que se relacionam com questões do meio ambiente, entre elas: Política



Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81); Política Nacional de Saúde (Lei nº 8.080/90); Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97, alterada pela Lei nº 9.984/2000); Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99); Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (Lei nº 10.257/2001); Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007); Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009) e Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010 que altera a Lei nº 9.605/98).

Outras questões relacionadas aos partidos são discutidas por Philippi Jr. e Bruna (2014):

Não se trata apenas da existência de uma acirrada concorrência entre grupos partidários; na verdade, os partidos são a base da gestão democrática. Trata-se de saber que a política vai muito mais ao fundo do que apenas a legítima disputa pelo exercício do poder. É preciso aprofundar seu significado de modo a envolver o compromisso de todos os cidadãos e não simplesmente o compromisso daqueles que se propõem a exercer uma função pública (p. 731).

A política com a participação de todos pode ser compreendida como gestão democrática. Assim, o Estado procura representar as comunidades proporcionando-lhes um ambiente de qualidade, elaborando políticas públicas e promovendo intervenções no ambiente natural ou construído em prol do desenvolvimento autossustentável.

Contudo, as maiores dificuldades encontradas decorrem da falta de entendimento entre o poder público o que ocasiona um empobrecimento com relação ao atendimento dos problemas da comunidade. Muitos desses problemas são provocados pela ausência de sua atuação, levando a drásticas consequências para o meio ambiente, inclusive para os seres vivos, como no caso das ocupações humanas em mangues ou as margens de represas (BONONI, 2014). Outras podem ser observadas pelas chuvas com grande volume de água que causam inundações que atingem áreas residenciais ou de turismo, ocasionando deslizamentos de terra com soterramento das estruturas construídas e perdas de vidas humanas. Exemplos desses desastres ecológicos são as inundações que ocorreram nas cidades de Teresópolis, Nova Friburgo, Ilha Grande, Angra dos Reis e Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro; e em São Paulo no Vale do Ribeira. Tragédias que destruíram esses

locais, afetando o fornecimento de água, energia, e telefonia, além de desabrigar várias famílias e matar tantas outras.

Não é difícil concluir, com a história das civilizações e do desenvolvimento socioeconômico, que essas relações não são saudáveis: a posição antropocêntrica maltrata e tiraniza o mundo natural; a natureza, por sua vez, reage e faz suas cobranças que se traduzem em desastres e catástrofes, resultando na insegurança da vida sobre a Terra. A poluição, a degradação do ambiente natural, a malversação dos recursos, os conflitos econômicos sociais confirmam o mau relacionamento, mas é sempre possível reverter o caminho do abismo, desde que haja tempo hábil e vontade política (COIMBRA, 2014 p. 528).

Uma das questões apontadas decorre pela ocupação desordenada e despreocupada com o meio ambiente, sem um acompanhamento preciso por parte do poder público, acrescentada pela vontade política. Como no caso da primeira Lei de Proteção dos Mananciais da região metropolitana de São Paulo. Criada em 1975 para proteção do espaço destinado a produzir água ao abastecimento público e a conservação das áreas próximas as represas, o local possui ocupações irregulares devido as ocupações clandestinas. Estima-se que “quase 1 milhão de habitantes vivem em áreas antes destinadas a atividades predominantemente rurais ou de lazer com baixa densidade de ocupação” (BONONI, 2014, p. 269 e 270).

Em decorrência das ações clandestinas foi instituída em 1997 a segunda Lei de Proteção dos Mananciais, conforme discorre Bononi (2014) que “expande as áreas de proteção dos mananciais para todos os corpos d’água do estado de São Paulo, e, se obedecida, deverá provocar a ampliação das áreas verdes por recuperação de margens degradadas” (p. 270).

A autora amplia suas considerações quanto a questão da moradia:

As áreas verdes urbanas sofrem pressões sociais, envolvendo necessidades de moradia, emprego e renda mínima para a sobrevivência. Os parques e praças abrigam mendigos, sem-tetos, ambulantes, e são palco de eventos artísticos, esportivos e religiosos que, direta ou indiretamente, provocam degradação. É uma situação de crescente violência e vandalismo (BONONI, 2014, p. 285).

Estes fatores de ocupação desordenada também foram pautas nos encontros realizados sobre desenvolvimento e meio ambiente, como em Estocolmo (Suécia)

1972, e Rio de Janeiro (Brasil) 1992, já comentados anteriormente e a partir destes, outros foram vitais para as primeiras etapas de preocupações com o rumo da humanidade, assim como as conferências sobre assentamentos humanos, o Habitat I realizada em 1976 na cidade Vancouver (Canadá), e o Habitat II em 1996 em Istambul (Turquia), outra, como a COP-15 realizada em 2009 na cidade de Copenhagen (Dinamarca) (PHILIPPI JR. e BRUNA, 2014).

No entanto os avanços quanto às questões de ocupação são pouco satisfatórios, embora registrem importante momento de aprimoramento nas questões político-sociais. Esses encontros entre as nações vêm discutindo e afirmando princípios norteadores para a formação de diretrizes orientadoras de uma política ambiental. Contudo, o crescimento urbano, desmatamento, queimada, e tantos outros fatores superam na devastação do meio ambiente que demanda de tempo para se recompor. Nas áreas urbanas as degradações das áreas verdes estão relacionadas às expansões urbanas descontroladas e nas áreas verdes rurais o fator é pela expansão de atividades agropecuárias ou agrícolas (BONONI, 2014).

As duas primeiras conferências não deixam dúvidas em suas declarações quanto a necessidade urgente do estabelecimento de políticas ambientais orientadas pelo estado. Conforme apresenta o Princípio 11 da Conferência de Estocolmo:

As políticas ambientais de todos os países deveriam melhorar e não afetar adversamente o potencial desenvolvimentista atual e futuro dos países em desenvolvimento, nem obstar o atendimento de melhores condições de vida para todos; os Estados e as organizações internacionais deveriam adotar providências apropriadas, visando chegar a um acordo, para fazer frente às possíveis consequências econômicas nacionais e internacionais resultantes da aplicação de medidas ambientais (DECLARAÇÃO SOBRE PRINCÍPIOS DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO, 1972).

As propostas apresentadas visam o desenvolvimento sustentável sem comprometer os países em desenvolvimento, o que reflete em um desenvolvimento harmonioso em que todos sejam participantes e tenham acesso as informações. Conforme apresenta o Princípio 10 da Conferência do Rio de Janeiro:

A melhor maneira de tratar questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional,

cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar em processos de tomada de decisões. Os Estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocando a informação à disposição de todos. Deve ser propiciado acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que diz respeito a compensação e reparação de danos (DECLARAÇÃO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, 1992).

Os Estados devem ser responsáveis por suas leis respeitando o contexto ambiental de cada nação. Assim as normas aplicadas justificam-se pelo poder econômico individual sem prejudicar o crescimento de países em desenvolvimento.

Um exemplo são as demandas legais das Câmaras Municipais no Brasil, que priorizam as culturas e diversidades dos municípios brasileiros, como na cidade de São Paulo, por exemplo, em que é obrigatório plantar uma árvore (pelo menos), na frente de cada terreno com mais de 10 metros de frente. Em outro ponto proíbe colher flores ou plantas em jardins ou praças públicas, ou plantar espécies com espinhos em calçadas ou praças públicas (BONONI, 2014).

Estas ações facilitam o surgimento das políticas públicas ambientais, como um sistema político que coordena um conjunto de objetivos e acompanha os programas de ação por parte do governo em sua execução.

Philippi Jr. e Bruna (2014) discorrem sobre o conceito de política ambiental:

Como política é o conjunto de diretrizes advindas da sociedade, por meio de seus vários grupos, os programas de ação e sua execução destinam-se a atingir seus objetivos. Quando esses objetivos estão relacionados com a proteção do meio ambiente, tem-se a política ambiental. Uma vez submetida e aprovada pelos parlamentos, em seus diversos níveis, tem-se a política ambiental (p. 741).

Neste sentido o conceito política ambiental procura dar condições a melhor qualidade de vida, que está vinculado a saúde, locais habitáveis, com a implementação de uma política ambiental, com fixação de interesses e prioridades para o grupo, e satisfeitas as necessidades específicas do homem no meio ambiente natural respeitando a fauna e a flora, no qual inclui o equilíbrio do ecossistema (PHILIPPI JR., ROMÉRO e BRUNA, 2014). Para tanto se incluem implementação de planos, programas e projetos ambientais, como a EA.

Segundo Reigota (2000) a prática da EA é inerente ao compromisso político em promover ações:

O compromisso político de toda pessoa interessada em praticar a educação ambiental deve estar relacionada com a possibilidade (utópica) de construção de uma sociedade sustentável baseada na justiça, dignidade, solidariedade, civilidade, ética e cidadania (p. 34).

A abordagem da educação para conscientização se faz, portanto pela aproximação, pelo desvelamento crítico e contínuo da realidade. Sobretudo, torna-se necessário que a tomada de consciência seja o primeiro objetivo de toda a educação, capaz de criar e provocar condições para que se desenvolva uma atitude de reflexão crítica sobre a realidade vivida, e comprometida com a ação (MIZUKAMI, 1986).

Assim, o sucesso de uma política ambiental depende da ação conjunta, da efetiva conscientização da sociedade civil sobre a questão discutida, como no caso da poluição do ar pelo elevado número de veículos a motor, tráfego intenso e outras fontes que lançam diariamente uma grande quantidade de poluentes na atmosfera (UENO e NATAL, 2014a). Sobretudo, a proposta para cidadania assume o cumprimento de um dever para o bem comum, ao deixar o carro em casa, para usar outros meios de transportes alternativos.

Nesse contexto, o gestor ambiental desempenha papel importante na gestão territorial e elaboração de políticas públicas de qualidade do ar; esse profissional deve estar apto a interpretar dados de monitoramento da qualidade do ar, inspeção veicular e de outros programas para fazer um diagnóstico adequado da situação de avaliação dessas medidas (UENO e NATAL, 2014, p. 358).

Incentivando atitudes que corroboram com o bem comum como no caso da utilização de transportes alternativos.

Para tanto, fica evidente que a efetiva conscientização da sociedade se baseia tanto no direito e dever de cobrar ações públicas (como no exemplo dos transportes), quanto no dever de cumpri-las quando estabelecidas, por não poluir. Agindo e colaborando de forma consciente para o bem-estar social e coletivo.

A participação visa integrar responsabilidades entre sociedade e poder público trazendo questões de infraestrutura frente à realidade vivenciada pela própria sociedade, assim “as responsabilidades e os custos são rearranjados, os moradores passam a ver qual é o seu trecho e a ser responsabilizado pelos danos que possam causar” (PELLEGRINO, 2014, p. 502).

Pode-se concluir que é necessário trabalhar estrategicamente a percepção ambiental das pessoas individuais – e dos grupos também -, desenvolvendo a sensibilidade e os juízos corretos com respeito à realidade ambiental. Esse tipo de percepção é um ingrediente necessário para o exercício da cidadania e da gestão do meio ambiente (COIMBRA, 2014, p. 535).

Aprimorando cada vez mais as características das responsabilidades compartilhadas.

As primeiras preocupações com a política ambiental iniciaram-se em tempos antigos. Segundo Drouet (1979), as primeiras políticas ambientais de que se tem notícia são datadas de 1515 por Francisco I, da França, quando estabeleceu regras bastante significativas para comunidades urbanas da época. A princípio não deveriam ser cortadas as árvores mais próximas, a lenha deveria ser retirada de florestas mais distantes das aglomerações urbanas, garantindo aquelas como reservas para necessidades mais urgentes.

Outra característica observada por Philippi Jr. e Bruna (2014) faz referência ao termo gestão ambiental, em que apontam dois olhares para o mesmo termo:

O primeiro refere-se à compreensão do significado da expressão meio ambiente, abrangendo tanto o meio natural como o construído, isto é, aquele alterado pela ação do homem. Este identificado com o espaço urbano ou o agrícola; aquele com a natureza em seu estado primitivo ou recomposto. O segundo diz respeito à característica abrangente da gestão ambiental que envolve a saúde pública e o planejamento territorial (p. 751).

Porém, as ações e intervenções passam a integrar o processo de gestão ambiental a partir das alterações geradas no ambiente natural, adaptando-os às necessidades do homem para seu convívio, e assim, gerando um ambiente urbano nas mais diversas escalas. Neste contexto o homem é o grande agente transformador do ambiente natural ao promover adaptações para sua sobrevivência

resultando em aglomerações localizadas gerando o ambiente urbano (PHILIPPI JR, ROMÉRO e BRUNA, 2014).

Segundo o dicionário Houaiss (2001), o termo gestão significa: ato ou efeito de gerir; administração. Já o termo ambiente significa: tudo que rodeia ou envolve os seres vivos e / ou as coisas. Para Coimbra (1985), ambiente é tudo que está ao redor.

Com base nestas definições, gestão ambiental é o ato de administrar o meio ambiente, isto é, em uma ação democrática dirigir e reger as partes constitutivas do meio ambiente. Contempla uma administração que integra todos os âmbitos pertinentes para qualidade ambiental (PHILIPPI JR. e BRUNA, 2014). No mais, o conceito de gestão ambiental é amplo e inclui em seu contexto a gestão ambiental industrial, urbana, municipal, além de se integrar com a gestão ambiental regional e nacional (PHILIPPI JR., ROMÉRO e BRUNA, 2014).

Assim, a qualidade ambiental está atrelada a gestão ambiental que consiste nas intervenções humanas em todo o território sobre o patrimônio ambiental, sendo a sociedade (em suas ações individuais e coletivas) e o poder público os principais responsáveis pelas intervenções ao meio ambiente (COIMBRA, 2014).

Como no caso das ações destinadas ao tratamento de água pluvial, mencionado por Pellegrino (2014), em que as propostas são desenvolvidas conjuntamente e:

... passa a não ser mais do domínio de uma única empresa; um maior número de atores é agora envolvido, como os proprietários, empreendedores, arquitetos e o setor da administração pública que cuida dos parques e áreas verdes, cada qual com um conjunto de responsabilidades: empreendedores de construí-los, proprietários de mantê-los, arquitetos de incluí-los em seus projetos dos espaços abertos e o departamento de áreas verdes de acompanhar o desenvolvimento da vegetação (PELLEGRINO, 2014, p. 502).

No Brasil desde 1980 os municípios passaram a estabelecer uma estrutura voltada à gestão ambiental, com a criação dos CONDEMAS, este possibilitou que se constituíssem a implementação das Secretarias Municipais de Meio Ambiente (BONONI, 2014).

Dentre as discussões apontadas incluem-se as discutidas no conceito de políticas públicas em que todos participam auxiliando nos debates, cobrando

respostas e desenvolvendo ações que se traduzam em problemas resolvidos. O foco está em solucionar problemas da convivência humana com seus impactos negativos sobre o meio ambiente e a saúde pública, buscando a preservação dos recursos naturais. Propondo que dentro dos padrões de qualidade seja definido como último objetivo estabelecer, recuperar ou manter o equilíbrio entre o homem e a natureza (COIMBRA, 1985).

Visando auxiliar neste processo de reestruturação ambiental dos espaços degradados foram criados alguns fundos que disponibilizam verbas para projetos ligados a políticas públicas e EA, conforme descreve Bononi (2014):

Alguns fundos brasileiros criados nos últimos anos têm fornecido recursos para o controle e manejo de áreas verdes. Entre eles pode ser citado o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, que financia projetos ligados a políticas públicas. Outro fundo, o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), no estado de São Paulo, tem colaborado fornecendo recursos a ONG e governos para o reflorestamento ciliar e programas de educação ambiental, entre outros (p. 301).

Quanto a gestão democrática da cidade, está garantida a participação e conscientização da sociedade civil pela Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), descrita em seus artigos Art. 43,44 e 45.

Um dos caminhos a ser observado pelas ações da gestão ambiental está na criação de regiões metropolitanas no Estado de São Paulo. Amparados pela Constituição Federal de 1988, como segue o mencionado no Art. 25 § 3º:

Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Como exemplos foram instituídas as regiões metropolitanas de Campinas e Baixada Santista, as quais se organizaram seguindo as diretrizes da Constituição Federal, Constituição do Estado de São Paulo e Lei Complementar nº 760/94. Sendo criado o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas e o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, de acordo com a Lei Complementar nº 815/96, instituído pelo Decreto nº 41.361/96.



Outra foi a Lei nº 9.985 sancionada em 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Este documento classifica as unidades de conservação em duas grandes categorias: as Unidades de Uso Sustentável, que têm como objetivo central a compatibilização da conservação da natureza, como o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, e as Unidades de Proteção Integral, cujo principal objetivo é a preservação da natureza.

Quanto a criação destes espaços Bononi (2014), argumenta:

Hoje já existe uma rede mundial de reservas da biosfera com funções de conservação, protegendo recursos genéticos, espécies e ecossistemas, que preconiza o apoio à pesquisa e à educação ambiental e o uso racional e sustentável dos recursos naturais, em estreita cooperação com as populações humanas envolvidas. No Brasil estão implantadas a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, o Cerrado (no Distrito Federal), do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo e a Reserva da Biosfera do Pantanal (p. 280).

Estas questões ampliam-se com a participação da comunidade contemplando a teia das ações direcionadas em políticas públicas e EA.

O principal instrumento para uma gestão de unidades de conservação ambiental é o poder público, tendo o conhecimento científico como suporte fundamental para a gestão e controle de áreas verdes urbanas e rurais. Atualmente auxiliado pela maior conscientização ambiental devido a proliferação dos cursos de graduação e especialização que primam pela formação de pessoal mais qualificado para atuar na administração de áreas verdes destinadas para conservação (BONONI, 2014).

Esses são os caminhos da gestão ambiental – um processo contínuo de aproximação da realidade, a qual nos cerca-, portanto ela tem muito a contribuir na administração do meio ambiente. E note-se: a gestão ambiental incumbe ao poder público, em suas mais altas esferas, e alcança o cidadão comum em sua vida cotidiana, passando por profissionais e gestores especializados (COIMBRA, 2014 p. 516).

Nesse sentido, espera-se que o gestor ambiental compreenda melhor as ações e diretrizes a serem tomadas para promover e proteger a saúde humana e ambiental (UENO e NATAL, 2014a). Para tanto, deve considerar os conceitos básicos de saúde pública e epidemiologia utilizando-as como áreas interdisciplinares

que podem se integrar ao processo de gestão ambiental na busca pelo desenvolvimento sustentável (UENO e NATAL, 2014b).

Felizmente esboçam-se reações positivas em vários meios, de modo que uma nova ética ambiental vai se impondo em muitos segmentos da sociedade humana. Nesse contexto, empresas, sindicatos, comunidades locais e poderes públicos acabam por comprometer-se positivamente com a consciência e a solidariedade planetária (COIMBRA, 2014).

Para tanto, não se pode perder de vista que os problemas ambientais devem ser identificados e considerados como uma questão ambiental a ser trabalhada diariamente em prol da consciência ambiental. Neste ponto cabe a sociedade participar ativamente para que todos os citados por Coimbra (2014) sejam lembrados de seus compromissos e ações, assim como, novos hábitos possam vir a contribuir para uma EA social, atrelada as responsabilidades compartilhadas entre a sociedade e o poder público pensando coletivamente, conforme abordado durante este Capítulo.

Trazendo a referência da consciência ambiental e das responsabilidades compartilhadas ao contexto educacional, apontamos como prioridade que o aluno possa conhecer como um todo o espaço em que vive, ou seja, compreendendo os entraves ambientais locais e assim, ir ampliando e construindo seu conhecimento para um campo global gradativamente, conforme descrito sobre o conceito construtivista no I Capítulo por Coll, Mauri e Solé (2006). Desta forma, poderá realizar assimilações das ações humanas com a degradação ambiental desenvolvendo o senso crítico. Além, de reconhecer-se como agente participante das ações a serem tomadas em benefício do meio ambiente.

## **CAPÍTULO III – ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A CIDADE DE PRAIA GRANDE - SP**

### **3.1 – Contexto Europeu e o Contato dos Portugueses com os Índios no Brasil**

Praia Grande possui sua história atrelada a cidade de São Vicente habitada por índios e colonizada por portugueses ao início do século XVI. O contexto histórico vivenciado por Portugal naquele momento, muito colaborou para o rumo que a história descreve sobre a ilha de São Vicente.

Devido às fortes tensões entre os países europeus que buscavam se fortalecer numa região esmagadoramente rural, ocorre a expansão marítima com o interesse de acumular metais. O período do metalismo ligado as grandes navegações favorece Portugal por estar no extremo da Península Ibérica voltada para o Oceano Atlântico, como explana Fausto (2003),

Sem dúvida, a atração para o mar foi incentivada pela posição geográfica do país, próximo às ilhas do Atlântico e à costa da África. Dada a tecnologia da época, era importante contar com correntes marítimas favoráveis, e elas começavam exatamente nos portos portugueses ou situados no Sudeste da Espanha (p. 22).

Os navegadores buscavam conquistar novos espaços que estavam associados ao poder e posse de novas terras, para colonizar e extrair seus bens visando à economia do período.

As viagens dependiam de recursos sendo patrocinadas pela tríade (Rei - Igreja - Burguesia) fato marcado por interesses individuais e distintos, porém, unem-se para buscar o paraíso terreal visto somente no imaginário descrito pela bíblia (HOLANDA, 1996).

Para Fausto (2003), a conquista por novas terras estava atrelada a interesses das mais diversas classes,

... no início do século XV, a expansão correspondia aos interesses diversos das classes, grupos sociais e instituições que compunham a sociedade portuguesa. Para os comerciantes era a perspectiva de um bom negócio; para o rei era a oportunidade de criar novas fontes de receita em uma época em que os rendimentos da Coroa tinham diminuído muito, além de ser uma boa forma de ocupar os nobres e motivo de prestígio; para os nobres e os membros da Igreja, servir ao rei ou servir a Deus cristianizando

“povos bárbaros” resultava em recompensas e em cargos cada vez mais difíceis de conseguir, nos estreitos quadros da Metrópole; para o povo, lançar-se ao mar significava sobretudo emigrar, tentar uma vida melhor, fugir de um sistema de opressões. (FAUSTO, 2003, p.23).

Neste período dos constantes conflitos europeus os interesses dos diferentes grupos passam a convergir marcado pelo declínio da Coroa, fator que uniu a Igreja ao Rei com o intuito de conquistar almas, que, no entanto, eram patrocinados pela Burguesia que pretendiam alargar seu comércio. Já para os menos favorecidos era a oportunidade de buscar novos horizontes que na Europa estavam marcados pelas classes dominantes, seu ingresso ocorria pela necessidade de mão de obra durante as viagens marítimas.

Porém, mesmo sendo favorecido geograficamente, Portugal não foi o único a alcançar terras longínquas como menciona Wehling (1999),

Os sucessivos descobrimentos marítimos desde o final do século XV despertaram imenso interesse na Europa. As narrativas de viagens – algumas verídicas, outras adulteradas – retratavam povos e costumes completamente diversos no Oriente e na América, além de descrever, com menor ou maior fidelidade, riquezas fabulosas. Compreende-se, assim, por que nas primeiras décadas do século XVI houve, no litoral brasileiro, a presença concorrente de navios e comerciantes portugueses, franceses e espanhóis (p. 23).

Os interesses advindos daquele continente acabaram vindo de encontro aos deste. Na América seus habitantes desconheciam o sentido de fronteiras, limites de terras e títulos de propriedades como argumentam Siqueira, Cális e Silva (2002), fazendo referência aos índios que:

Ocupavam a terra e dela tiravam o que precisavam para viver. Para isto percorriam grandes extensões e, algumas vezes, ficavam em um lugar e depois em outro. Cada povo ocupava uma grande área, sem limites precisos. Foram os europeus que trouxeram para cá as fronteiras e a idéia de que a terra pode ter um só dono (p.6).

Acostumados a serem livres e produzirem sem excedentes, apenas para o consumo, os indígenas foram surpreendidos por outra cultura. O choque cultural ocorreu de ambos os lados, porém, a ideia de superioridade do europeu fez dos

índios seus escravos não havendo espaço para uma troca cultural, e sim, a imposição de uma cultura sobre a outra (FAUSTO, 2003).

Havia uma diversidade de povos indígenas na América em fins do século XV. Assim, os portugueses encontraram uma população ameríndia, embora homogênea, bastante distinta, tanto em termos culturais, quanto linguísticos ao longo de toda costa litorânea. Muitas destas nações eram aparentadas, outras tinham características bem diferentes. Falavam línguas diversas e culturas distintas, sendo até inimigas, fato explorado pelos europeus para destruí-las (FAUSTO, 2003).

O antropólogo Darcy Ribeiro (1996) menciona as diversidades indígenas formadas a partir de um único grupo, assim, como os conflitos existentes entre as aldeias que por vezes entravam em conflito, indiferentemente de serem da mesma matriz cultural.

Porém, se por um lado existia as disputas entre as aldeias, por outro as mesmas passaram a integrar algumas afinidades com as nações europeias, como relata o Filme “Como era gostoso o meu francês” com direção de Nelson Pereira dos Santos produzido em 1970. Assim, as tribos passaram a desenvolver afinidades com alguns europeus e outros não, como Tupinambás com os portugueses e Tupiniquins com franceses, e caso aquele encontrasse um adversário praticavam o ato de antropofagia.

Com referência a esta prática Fausto (2003) argumenta que “Os tupinambás comiam os inimigos por vingança” (p. 38). Cabe salientar que esta prática não era realizada por todas as etnias indígenas, apenas por algumas.

Estas disputas entre as aldeias (auxiliada com a exploração dos europeus) acelerou o processo de dizimação das mesmas, colaborando com a permanência dos portugueses na nova terra. Tema abordado no Capítulo I quanto a questão da dizimação, porém aqui está relacionado a Vila de São Vicente.

### **3.2 – Capitania de São Vicente**

A conquista da América no início do século XVI, é decorrente de todo processo de expansão econômica em curso nas diversas nações europeias, com foco na nascente do capitalismo comercial.

Contudo, a chegada dos portugueses ao novo continente encontrado, foi o primeiro passo para o processo de colonização, seguidos da ocupação e domínio das novas terras. Fatos que expressam os desejos econômicos da época

desprezando as comunidades que viviam na América. Assim, os primeiros passos foram instituir uma colônia de exploração (caracterizada por uma economia baseada nas grandes propriedades escravistas, em primeira instância pelos índios e a partir de 1530 também pelos negros), com todos os recursos destinados aos benefícios da coroa portuguesa, chamada de metrópole (FAUSTO, 2003).

A chegada dos portugueses no Brasil trouxe uma nova história para o país alterando toda a estrutura vivida pelos índios e a relação das pessoas com a terra. Ao chegar, os portugueses declaram todo território como pertencente ao rei de Portugal, visando à exploração e o acúmulo de metais.

Porém, os portugueses não eram os únicos que buscavam explorar terras além-mar, fator que consolidou a vinda de Martim Afonso de Sousa para guarnecer a região, conforme aponta Fausto (2003),

Considerações políticas levaram a Coroa Portuguesa à convicção de que era necessário colonizar a nova terra. A expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1533) representou um momento de transição entre o velho e o novo período. Tinha por objetivo patrulhar a costa, estabelecer uma colônia através da concessão não-hereditária de terras aos povoadores que trazia (São Vicente, 1532) e explorar a terra, tendo em vista a necessidade de sua efetiva ocupação (FAUSTO, 2003, p. 43).

Os objetivos estavam focados em combater os franceses, explorar o litoral e iniciar efetivamente a colonização da terra.

Com o crescente modelo de colonização exploratória e visão europeia sobre a posse da terra, coube a expedição de Martim Afonso de Souza fundar a primeira Vila do Brasil, a Vila de São Vicente em 22 de janeiro de 1532, além de outros núcleos de povoamento que também foram instituídos pelo desbravador como Santo André da Borba do Campo e Santo Amaro, porém, nenhuma dessas administradas por ele era tão rentável para a metrópole como a de São Vicente (DEUS, 1953).

Preocupado em não perder terras nas Américas para seus vizinhos europeus, o governo português que não tinha recursos próprios para investir no processo de colonização, resolveu implantar um sistema. A proposta foi transferir para as mãos da iniciativa particular a responsabilidade de desenvolver o processo de colonização na nova terra chamado de capitânicas hereditárias (FAUSTO, 2003).

As capitânicas eram administradas por seus donatários que se tornaram possuidores, mas não proprietários da terra, os mesmos tinham direitos e deveres a

serem prestados ao rei como: monopólio da exploração do pau-brasil, porcentagem dos lucros da terra, criar vilas e arcar com as despesas de sua posse (FAUSTO, 2003).

Dentre os poderes dos donatários estavam as sesmarias, que eram grandes extensões de terras doadas aos colonos com prazo de cinco anos para começarem a produzir açúcar no engenho.

A capitania de São Vicente administrada por Martim Afonso de Souza e a de Pernambuco comandada por Duarte Coelho foram as que mais prosperaram durante este período, provavelmente por combinar a atividade açucareira a um relacionamento menos agressivo aos nativos (FAUSTO, 2003).

Quanto à capitania de São Vicente, tempos depois de fundar a Vila de São Vicente, Martim Afonso de Souza voltou sua atenção para as expedições com destino às Índias com interesse nas riquezas que haviam por lá, passando a administração para sua esposa Ana Pimentel, que enviava outros administradores para a região (SANTOS, 2008).

Assim, as terras que hoje pertencem à cidade de Praia Grande, pertenciam antigamente à capitania de São Vicente que tempos depois se tornou capitania de São Paulo e séculos mais tarde aquele que viria a ser o estado de São Paulo.

Neste contexto a história de Praia Grande é indissociável à do Brasil por pertencer à antiga capitania de São Vicente. Quanto a sua emancipação política administrativa, a mesma só ocorre quatro séculos depois da chegada dos portugueses em 19 de janeiro de 1967, tornando-se independente com autonomia administrativa.

### **3.3 – A Emancipação Política Administrativa da Cidade de Praia Grande - SP**

Pertencente a Capitania de São Vicente, Praia Grande ganha emancipação política administrativa gradativamente com o apoio de vários moradores.

Para Siqueira, Cális e Silva (2002), a cidade vivia um emblemático momento histórico conforme relatado na obra que retrata o perfil da cidade,

...As pessoas que aqui moravam não estavam contentes com os problemas que enfrentavam, como a falta de saneamento, escolas, transporte, hospitais, abastecimento de água, luz, vias de acesso. Por isso, os moradores do bairro de Solemar viram a possibilidade de se desmembrar de São Vicente e de Praia Grande ganhar autonomia (p. 11)

Os problemas enfrentados levaram um grupo de moradores a liderar o levante de emancipação, visto que São Vicente possuía uma parte de sua cidade em ilha e outra em continente, assim, Praia Grande estava na parte continental necessitando expandir com infraestrutura. Conforme aponta Silva (1965), ao descrever o número de habitantes no Distrito de Solemar.

Administrativamente considerado como Vila, seu aspecto confirma tal condição. Segundo os dados do IBGE, possuía em 1950 uma população urbana de 68 habitantes; mas, em 1960, esta se eleva a 2.867. Se a primeira nos parece irrisória, a última pode ser considerada exagerada, fato que tem sido confirmado por quantos conhecem tal área (SILVA, 1965, p. 72 e 73).

O aumento populacional atrelado a falta de infraestrutura favoreceram para que começassem a ser lançadas iniciativas a favor da emancipação, sendo apenas uma questão de tempo e amadurecimento de ideias para que o fato se concretizasse.

Contudo, a primeira eleição registrada na preterida cidade aconteceu em 3 de outubro de 1958, embora fosse uma eleição para governador (com Carvalho Pinto derrotando Adhemar de Barros) foi um avanço para época (TOSCHI, 2008).

Era o início da longa luta pela emancipação, pois, em um momento ímpar da história, eleitores que residiam na extensa área continental do município de São Vicente não necessitaram atravessar a ponte pênsil para votar.

Nos anos seguintes a ideia foi ganhando força e adeptos.

Oswaldo Toschi, ainda vereador de São Vicente, eleito com a maioria de votos da Praia Grande tomou a iniciativa de fazer o plebiscito, para sentir a opinião do povo praiagrandense com respeito ao desmembramento (TOSCHI, 2008, p. 92).

O resultado do plebiscito foi favorável com 186 a favor e 17 contras dos 731 eleitores de Praia Grande (TOSCHI, 2008). Porém, o fato não garantiu a emancipação da cidade, visto que o município de São Vicente recorreu judicialmente.



Os anos de 1963 a 1967 foram de extensas brigas judiciais entre a cidade de São Vicente e seu Distrito Praia Grande. As disputas judiciais se estenderam como forma de resistência por parte de São Vicente, afinal a separação significava perder 147,28 quilômetros quadrados de área territorial (SANTOS, 2008).

Após passar por várias esferas judiciais seguindo até o tribunal Pleno, Praia Grande torna-se oficialmente município em 19 de janeiro de 1967, sendo nomeado o engenheiro Nicolau Paal como seu Interventor Federal pelo então Presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (TOSCHI, 2008).

A posse do Interventor Federal foi realizada no OCIAN Praia Clube funcionando como instalação provisória da prefeitura. A primeira eleição municipal só foi realizada 22 meses depois, devido ao regime militar no país, quando em 31 de março de 1967 o governo federal através do Ato Complementar número 37, torna suspensa as eleições em todo território nacional.

Tempos depois, a cidade passa a ser administrada por Paulo Sandoval segundo Interventor Estadual. Em seu período deu-se início às obras do Paço Municipal e a primeira eleição da cidade ocorreu em 15 de novembro de 1968, elegendo Dorivaldo Loria Júnior como primeiro prefeito do município de Praia Grande (SANTOS, 2008).

Era um início árduo, pois a cidade estava carente do básico para se manter e seus limites territoriais já haviam sido demarcados em sua emancipação, assim como sua extensão e autonomia político administrativa.

### **3.4 – A Questão Política Ambiental na Cidade de Praia Grande - SP**

Desde antes de sua emancipação a cidade de Praia Grande já possuía um considerável núcleo populacional, com característica essencialmente agrícola e pouco pesqueira, onde os moradores criavam algumas cabeças de gado. Conforme descreve Silva (1965),

“Praia Grande não era senão habitada por pequenos núcleos de praianos, que se dedicavam mais às pequenas plantações de milho, feijão e mandioca do que à pesca, de mínima importância econômica. Era ainda centro de exploração de lenha, vendida à E.F. Sorocabana e a moradores de São Vicente” (p. 67 e 65).

Este relato sobre a cidade de Praia Grande em 1965, aponta para um desenvolvimento contínuo tendo como ponto relevante a exploração de lenha, sem ser mencionado pelo autor qualquer preocupação voltada para a preservação do meio ambiente, visto que esta questão já começava a ser discutida no âmbito internacional neste mesmo período. Tema abordado no I Capítulo deste trabalho.

Santos (2008), também faz referência sobre esta época na cidade de Praia Grande e menciona que “cortavam árvores para produzir madeira e faziam chapéus de palha, aguardente e farinha, que vendiam parte nas vilas de São Vicente e Santos para comprar outros produtos que necessitavam” (p. 25). O exposto ratifica com o citado anteriormente sendo ampliado ao mencionar que plantavam pimenta, café, tomate, arroz, cana de açúcar, batata doce, abacaxi e laranja. Os produtos eram transportados através de canoas que navegavam pelo rio Piaçabuçu e atracavam entre o Porto Tumiaru e Porto do Rei conhecido hoje como Portinho, onde está localizada a Coordenadoria de Educação Ambiental.



Fonte: Acervo do Museu da cidade, foto do Portinho.

Nos dias atuais nada sobrou dos pequenos sítios tendo apenas seus nomes em alguns bairros da cidade, como exemplo o Jardim Guilhermina e Tude Bastos, podendo ter suas histórias pesquisadas no Museu da Cidade localizado no Palácio das Artes.



Fonte: Acervo do Museu da cidade, sítio Tude Bastos final da década de 1960.

Contudo, a ocupação e fixação na região foram intermediadas devido as construções da Fortaleza de Itaipu, em 1902, da Estrada de Ferro Santos-Juquiá, em 1912 e da Ponte Pênsil, em 1914. Sendo está a mais significativa por ser a principal via terrestre ligando a ilha de São Vicente aos sítios do Continente, atual cidade de Praia Grande.



Fonte: Acervo do Museu da cidade, inauguração da Ponte Pênsil, 1914.

Com a construção da Ponte Pênsil houve uma valorização dos terrenos dos sítios, fator que possibilitou despertar o desejo de enriquecimento por aqueles que viam a possibilidade de vender os lotes por altos preços. Foi a partir desta época, que os sítios passaram a dar lugares aos primeiros bairros planejados, entre eles Jardim Matilde, Jardim Guilhermina e Cidade OCIAN (SANTOS, 2008). Após surgiram outros loteamentos conforme apresentado no mapa do Museu da Cidade.



Fonte: Acervo do Museu da cidade, mapa dos Bairros Planejados s/d.

O marketing utilizado para venda dos loteamentos na época pode ser observado nas fotos abaixo.





Fonte: Acervo do Museu da cidade, propaganda do loteamento do Jardim Guilhermina, primeira metade do século XX.



Fonte: Acervo do Museu da cidade, propaganda do loteamento no Jardim Guilhermina, primeira metade do século XX.

Por estar localizada no litoral sul do estado de São Paulo a cidade de Praia Grande teve seu desenvolvimento caracterizado pelo turismo.

A partir da década de 1930, o número de veranistas, que antes se podiam contar nos dedos, aumentou progressivamente, principalmente após a última guerra, eliminando de vez o caixara da paisagem. Tal se deve mais à intensa propaganda desenvolvida pelas companhias loteadoras e às facilidades oferecidas na compra de terrenos do que às melhorias efetuadas, como fornecimento de energia elétrica e abertura de vias de acesso. A construção da *Cidade Ocian*, por volta de 1950, determinou um incremento no desenvolvimento da Praia Grande (SILVA, 1965, p. 68, grifo do autor).

Durante a década de 1950 foram construídos pela Organização Construtora e Incorporadora Andraus uma média de 1.250 apartamentos em um espaço onde havia pouquíssimas moradias. Foi o maior conjunto residencial da região na época, fator que determinou o primeiro nome do bairro de Cidade devido ao grande número de moradores que viriam residir no local, já o segundo OCIAN representa a sigla das iniciais da responsável pela obra, Organização Construtora e Incorporadora Andraus (SANTOS, 2008).

Na primeira foto aparece a propaganda da época mostrando a planta do local onde seriam construídos os prédios.



Fonte: Acervo do Museu da cidade, década de 1950.

Na sequência a imagem revela o número de habitantes que havia na região antes da construção dos prédios no bairro Cidade OCIAN.



Fonte: Acervo do Museu da cidade, década 1950.

Em decorrência do turismo e da especulação imobiliária surgiu na cidade o “turista de um dia”, assim conhecido por ficar apenas um dia aproveitando a praia,

diferentemente do turismo realizado ao início do século XX, que tinha finalidade terapêutica com o objetivo de tratar a saúde por conta da alta concentração de iodo existente na água do mar. Entretanto, algumas medidas foram tomadas para atender o novo turismo que surgia, sendo feitas cabines de banho e aluguel de maiôs. Contudo, a infraestrutura ainda era precária, não sendo o suficiente para atender a demanda (SANTOS, 2008).

Assim, o boom imobiliário iniciado a partir da década de 1980 e o novo turismo, deixavam como consequências uma grande quantidade de lixo em toda a cidade poluindo o mar, as areias, as ruas e as praças (SANTOS, 2008). Fator que possibilitou com que Praia Grande ficasse conhecida por suas praias feias e sujas sendo apelidada de “praia dos farofeiros”, devido aos turistas de um dia trazerem alimentos como farofa para comerem na praia, havendo muito preconceito contra a cidade.

As primeiras mudanças quanto à degradação ambiental e o turismo apresentado passam a ser observado com a Lei Municipal nº 793 de 11 de janeiro de 1993 que Disciplina a Circulação e o Estacionamento de Ônibus de Excursão, limitando a entrada destes veículos na cidade e possibilitando que o turismo passasse a ter outras diretrizes. Segundo a legislação o destino deste tipo de transporte deveria ser direcionado para estabelecimentos hoteleiros dotados de estacionamento impedindo o turismo por um dia.

Em razão do processo de urbanização da cidade pode ser observado uma mudança na orla da praia a partir do início da década de 1990, quando passou a vigorar a Lei Complementar nº 47, de 29 de outubro de 1993, a qual extinguiu as barracas de madeira dando lugar aos quiosques de alvenaria com sanitários. Além de contar com Posto de Corpo de Bombeiros ao longo da orla da praia melhorando a infraestrutura turística e atraindo um público diferenciado que consumia na cidade, proporcionando geração de emprego aos moradores entre os estabelecimentos relacionados ao comércio e lazer (SANTOS, 2008).

Assim, a questão ambiental que vinha sendo discutida desde 1972 na cidade de Estocolmo (Suécia), pouco integrou a cidade de Praia Grande que passou a adotar algumas de suas medidas somente ao final do século XX. Contudo, o tema de relevância social tem provocado uma verdadeira revolução cultural e comportamental ainda em curso. Estes debates provocaram uma mudança decisiva



nas ações dos governos inspirados em novos modelos de civilizações (COIMBRA, 2014).

Este novo modelo citado por Coimbra (2014) faz referência ao desenvolvimento sustentável dentro de um processo de transformação do meio ambiente que visa suprir as necessidades básicas da sociedade, utilizando de técnica ecologicamente prudente que potencialize as características locais, ou seja, que proporcione um eco desenvolvimento, no qual o foco está em ajudar as populações envolvidas a se organizar e se educar, para que repensem seus problemas e identifique suas necessidades. Pontos discutidos no II Capítulo deste trabalho.

Dentro desta perspectiva integra-se a EA não apenas escolar, mas, sobretudo social relacionada a ações que potencializem o conhecimento global e principalmente local como sugere Coimbra (2014):

O caminho de mudanças a trilhar aponta para as comunidades locais ou pequenas comunidades, para os grupos de militância e os formadores de opinião. Já que o meio ambiente significa transformação cultural, requer-se um trabalho de educação ambiental nos moldes da Lei nº 9.795/99. Tratada em sua amplitude, a questão ambiental pode, sem dúvida, sensibilizar grupos sociais mais receptivos e preparados; mas, se detalhada em temas de interesse local, ela pode modificar para melhor a percepção social do meio ambiente e, em decorrência, criar motivações para uma ação ambiental participativa (p. 537).

Assim, cabe o desafio aos gestores municipais, estaduais e federal em possibilitar uma educação pela consciência ambiental de sua cidade, estado e país, na qual o homem seja capaz de desenvolver sem degradar os espaços naturais, como as nascentes de rios, ocupação das margens de mangue ou desmatamento de florestas. O fio condutor para o proposto está em viabilizar maior conhecimento sobre a Lei nº 9.795/99 citada por Coimbra (2014), na qual o autor menciona a necessidade de que a educação ambiental seja prioritariamente social e local, favorecendo que as comunidades conheçam seu espaço e colaborem para sua preservação.

Neste íterim Praia Grande busca promover a socialização do conhecimento e a conscientização ambiental no município, através do trabalho realizado pela Coordenadoria de Educação Ambiental que aponta desenvolver ações de acordo com a Lei nº 9.795/99 utilizando para tanto projetos educativos que possibilitem ao

munícipe conhecer a cidade, entre eles o estudo do meio em espaços naturais sob a perspectiva de despertar a participação cidadã no municípe passando a interagir de forma consciente nos espaços visitados como mangue, praia, rio ou floresta.

## **CAPÍTULO IV - A COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS RELAÇÕES COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE - SP**

### **4.1 – Coordenadoria de Educação Ambiental em Praia Grande - SP**

Fundada em dezembro de 1996, a Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA) em Praia Grande contempla os Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais (PCNs) de 5º a 8º série, criado em 1998 a partir da Lei nº 9.394/96, a qual passou a servir como norteadora da Educação Básica para a transformação da consciência ambiental, como se descreve no documento Temas Transversais sobre o eixo Meio Ambiente (MEC, 1998):

Neste contexto fica evidente a importância de educar os brasileiros para que ajam de modo responsável e com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro; saibam exigir e respeitar os direitos próprios e os de toda a comunidade, tanto local como internacional; e se modifiquem tanto interiormente, como pessoas, quanto nas suas relações com o ambiente (p. 181).

Segundo o exposto a educação deve estar pautada na consciência e responsabilidade ambiental, de modo que vão ao encontro das diretrizes discutidas sobre a inserção da educação ambiental, tanto em âmbito nacional quanto internacional, devido às preocupações com o meio ambiente iniciadas a partir de Estocolmo (Suécia) em 1972. Tema abordado no I Capítulo desta pesquisa.

Quanto ao trabalho apresentado pela CEA, à mesma busca preparar o aluno para vida em sua plenitude, desenvolvendo responsabilidades ambientais. Porém, cabe ressaltar que sua criação ocorre no mesmo ano de criação da Lei nº 9.394/96 e aproximadamente 15 meses antes dos PCNs – Temas Transversais criados com o propósito de atender temas relacionados ao dia a dia e ao contexto social, contendo 6 eixos temáticos: 1 Ética, 2 Pluralidade Cultural, 3 Meio Ambiente, 4 Saúde, 5 Orientação Sexual e 6 Trabalho e Consumo. Outro ponto apresentado pelos PCNs inclui abordar temas locais em cada eixo, valorizando a especificidade de cada região.

Assim, atuando sob o eixo do meio ambiente a CEA desenvolve atividades voltadas para conscientização e preservação dos espaços naturais da cidade de Praia Grande e região como: mangue, matas, praia e mar. Além de contar com um espaço voltado para educação ambiental e cidadania. Conforme divulga em suas práticas educativas.

O município possui um setor exclusivo para estimular a conscientização ambiental junto a estudantes de todas as idades e comunidade: é a escola de Educação Ambiental, que possui museu biológico, sala para oficinas de reciclagem, biblioteca ambiental e laboratório para experiências biológicas e físico-químicas. Do lado de fora, a escola abriga uma estufa com hortas orgânicas e hidropônicos, plantas ornamentais e mudas de árvores, que possibilitam o contato direto dos alunos com o mundo vegetal (FOLDER SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PREFEITURA DE PRAIA GRANDE – “EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CONSCIENTIZANDO PARA UM MUNDO MELHOR”, s/d).

Este contato propicia ao aluno compreender o espaço onde vive, conforme descrito anteriormente no tocante aos temas locais e apresentado em sua proposta pedagógica voltada para a universalização do tema ambiental.

A Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA) de Praia Grande desempenha um relevante papel nesse trabalho e tem um espaço privilegiado de atuação. A elaboração dos seus projetos está de acordo com a Lei No 9.795/99, que diz que “A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal” (art. 10º) e “A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino” (§ 1º do art. 10º).

A proposta dessa coordenadoria, baseada nesses dispositivos legais, está voltada para a melhoria da qualidade de vida da população, valorização dos ambientes naturais locais e formação de recursos humanos capazes de desenvolver ações ligadas ao manejo e conservação do meio ambiente. Busca fortalecer a idéia de uma cidade sustentável, através de seus esforços em apoiar as escolas para que sejam comunidades de aprendizagem vivas e atuantes na resolução de problemas socioambientais que afetam nossa cidade cotidianamente (PROPOSTA PEDAGÓGICA DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE PRAIA GRANDE, s/d).

Nesta apresentação reforça as menções relacionadas a legislação e se dispõe a colaborar com as unidades escolares desenvolvendo atividades socioambientais. Para tanto, utiliza como norte os objetivos expostos no Art. 5º da

Lei nº 9.795/99 sancionada três anos após sua criação que dispõe sobre a EA e institui a política nacional de EA.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Tendo por base estes objetivos e a Lei nº 9.394/96, citada anteriormente, a CEA disponibiliza atendimento tanto nas unidades escolares que solicitarem agendamento, quanto em suas dependências situada à Rua Paulo Sérgio Garcia, 777 – Sítio do Campo, PG. As atividades educativas ocorrerão durante o período letivo de acordo com o calendário anual estabelecido pela Secretaria de Educação Municipal de Praia Grande, com funcionamento das 7h às 17h de segunda a sexta-feira.

O Município de Praia Grande, preocupado com a problemática ambiental, criou a ESCOLA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EEA) em dezembro de 1996, e desde então, trabalha na conscientização ambiental. Esta Escola da Coordenadoria de Educação Ambiental está subordinada à Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), da Prefeitura de Praia Grande, SP (REVISTA COMEMORATIVA “DEZ ANOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA PREFEITURA DE PRAIA GRANDE”, p. 4, s/d).

A escolha dos professores que atuam na CEA ocorre por meio de concurso público ou processo seletivo para educadores promovidos pela Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Praia Grande. Os concursados são designados de suas sedes, unidades escolares, e os celetistas ingressam por atribuição de aulas livres. As atividades são planejadas em conjunto com o grupo de professores já atribuídos para trabalhar na CEA, e a escolha dos coordenadores responsáveis pela CEA ocorre pelo prefeito municipal.

Localizada em uma área de preservação permanente conhecida como Portinho, desenvolve atividades de estudo do meio na Fortaleza de Itaipu<sup>1</sup>, praia e no estuário entre Praia Grande e São Vicente.

Contando com pedagogos e especialistas na área ambiental, a unidade promove atividades práticas e atrativas, onde os estudantes aprendem a importância da natureza para a vida humana, as consequências da degradação, o valor das pequenas atitudes para a preservação e as diferenças entre os vários ecossistemas que compõem nosso Município, como o manguezal, a praia e a Mata Atlântica. Visitas aos ambientes estudados complementam as lições teóricas, despertando o interesse e a curiosidade dos alunos (FOLDER SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PREFEITURA DE PRAIA GRANDE – “EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CONSCIENTIZANDO PARA UM MUNDO MELHOR”, s/d).

Desta forma, o aprendiz passa a conhecer o meio ao qual está inserido, aprendendo e conhecendo a biodiversidade local. Como exemplo a imagem a seguir, de atividades relacionadas ao estudo do meio no costão rochoso da Fortaleza de Itaipu.



Fonte: Processo nº 9.103/2000-43 FLS 90.

---

<sup>1</sup> Área militar que integra o Parque Estadual Xixová-Japuí pelo Decreto nº 37.536, de 27 de setembro de 1993, criado no sentido de proteção do patrimônio ambiental por representar um dos mais conservados na região. Desenvolve atividades de educação ambiental em trilhas monitoradas com prévio agendamento. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/parque-xixova-japui/sobre-o-parque/> Acessado em: 27 mar. 2015.

Estas atividades visam fomentar a preservação dos espaços naturais para as futuras gerações e segundo consta em sua metodologia, “A prática da Educação Ambiental desenvolve-se em fases que são: informação, sensibilização, mobilização e ação” (PROPOSTA PEDAGÓGICA DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE PRAIA GRANDE, s/d, p.4). Contudo, acrescenta que ao trabalhar estas fases em conjunto relacionando-as, possibilita que os alunos possam desenvolver atitudes sustentáveis compreendendo as relações entre o homem e a natureza. Conforme descrito em seu Plano de Curso (p. 3, sem data):

Assim, esse currículo tem como núcleo referencial as questões sócio-ambientais, estando ancorado na interdisciplinaridade, na articulação entre teoria e prática e na pesquisa como processo de construção do conhecimento e norte para o desenvolvimento comunitário. A questão ambiental é o fio condutor da proposta pedagógica, na perspectiva de entender a relação dialética entre homem e natureza.

A proposta de educação ambiental está voltada para a melhoria da qualidade de vida da população, valorização da cultura local, indissociabilidade entre pesquisa-ensino-extensão e participação popular.

Tendo por base o referencial legal dos incisos do Art. 5º da Lei nº 9.795/99, citados anteriormente, a CEA busca agregar suas ações ligadas a participação da comunidade fortalecendo o contexto da conscientização ao mencionar a indissociabilidade das relações existentes entre as pesquisas e a participação popular.

Contudo, conforme relatado em entrevista, com uma das pessoas que coordenou a criação da CEA, a participação popular já acontecia bem antes de sua criação:

Gilberto Winter foi um ecologista aqui da cidade, sempre pegou a bandeira da ecologia, plantou muitas árvores no município, realizava muitos movimentos nas escolas. Ele foi um precursor como cidadão ativo. Tanto que o prefeito Ricardo Yamauti lhe cedeu um espaço e ele montou uma estufa, na qual as crianças da educação infantil iam fazer visitas de educação ambiental (PC1).

Estas questões apontam para uma dinâmica existente na sociedade e acolhida pelo gestor do município antes da criação legal das diretrizes educacionais, como a Lei nº 9.394/96, que apresenta em seu Art. 1º a seguinte definição:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

O relato anterior apresentado em entrevista pela PC1 aponta a participação da comunidade em ações educativas que serviram de base para criação da CEA, assim como a Lei nº 9.394/96, impulsionou a criação dos PCNs em 1997, PCNs – Temas Transversais em 1998 e a Lei nº 9.795 em 1999.

Sob o aspecto do desenvolvimento da prática educativa e construção do conhecimento relacionado ao meio ambiente a CEA descreve que seus projetos são desenvolvidos a partir da interdisciplinaridade, sem especificar disciplinas, como menciona em sua linha metodológica:

A linha metodológica do Núcleo de Complementação Ambiental baseia-se na proposta de construção do conhecimento no âmbito de uma perspectiva sócio-histórica em que a valorização da cultura do sujeito, através das diversas formas de comunicação desenvolvidas socialmente, oportuniza a interação cognitiva, afetiva e social no processo educativo.

A fundamentação teórico/prática dos projetos ocorre por intermédio do estudo de temas geradores que englobam apresentações teóricas básicas, observações práticas no laboratório, museu ou em outros ambientes adaptados e vivências (estudo do meio). Esse processo oferece subsídios aos educadores para atuarem de maneira a englobar toda a comunidade escolar na coleta de dados para conhecer seu meio e levantar os problemas ambientais (PLANO DE CURSO – CEA, s/d, p. 3).

Desta forma propicia aos educandos que percebam a relação homem natureza que está sendo afetada ao identificarem os problemas ambientais presente na cidade. Como consequência, busca fomentar nos alunos ações e reflexões sobre as causas e efeitos causadas pelo homem ao meio ambiente.

Para tanto, utiliza materiais didáticos pedagógicos diferenciados que contribuem para o desenvolvimento das ações, entre eles: banners ilustrativos e informativos, jogos e brinquedos ecológicos, maquete biodiversidade (Mata Atlântica), mostruário de: insetos, borboletas, manguezal e praia, com os quais os



alunos passam a interagir nos 540 m<sup>2</sup> da CEA, que também conta com laboratório didático-científico, biblioteca “Porto do Saber – Educação Ambiental”, museu didático de História Natural que possui um fóssil de baleia encontrada na cidade, barco para estudo do meio no estuário Piaçabuçu e estufa com horta orgânica e hidropônica. Todos utilizados de acordo com as propostas pedagógicas apresentadas em cada projeto (PROPOSTA PEDAGÓGICA, sem data).

Entre os projetos desenvolvidos estão: Praia Grande Natural, Conhecendo o Manguezal, Amar o Mar, Mata Atlântica, Plantas e Hortaliças na Medicina Doméstica, Coleta Seletiva de Lixo, Viajando Pelo Mundo das Águas, Viajando Pelo Mundo da Reciclagem, Mãos e Mãozinhas na Terra, Planeta Verde, Ecoférias, além de oficinas realizadas com materiais recicláveis relacionando o aprendizado as práticas sustentáveis.

Ao passar dos anos, outros foram surgindo de acordo com as demandas e discussões sociais no município, o que possibilitou a elaboração de alguns livros ou cartilhas, entre eles: Manguezais: da teoria à prática da preservação, Vivência no Manguezal, Viajando pelo Mundo das Águas, Viajando pelo Mundo da Reciclagem e Viajando pelo Mundo Marinho, todos com exemplares duplos, sendo um para o aluno e outro voltado para o professor.



Para o livro “Viajando pelo Mundo das Águas” foram reeditados 5.000 exemplares para o aluno, conforme previsto no Projeto “Educação Ambiental para Preservação da Água no Ensino Fundamental na Baixada Santista” (PROCESSO 4.141/2008 e PROCESSO 2.3671/2008 DA PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE).

A apresentação do projeto ocorreu em quatro momentos, sendo o primeiro a Cerimônia para o lançamento do Projeto “Educação Ambiental Para Preservação da Água no Ensino Fundamental da Baixada Santista”, realizado em 01/06/2009, do qual participaram 273 convidados entre representantes dos municípios da Costa da Mata Atlântica, representantes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista (CBH – BS), professores, estudantes e Universidades: Faculdade de Tecnologia de Praia Grande (FATEC), Universidade Monte Serrat (UNIMONTE) e Universidade Santo Amaro (UNISA) (PROCESSO 4.141/2008 e PROCESSO 2.3671/2008 DA PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE).

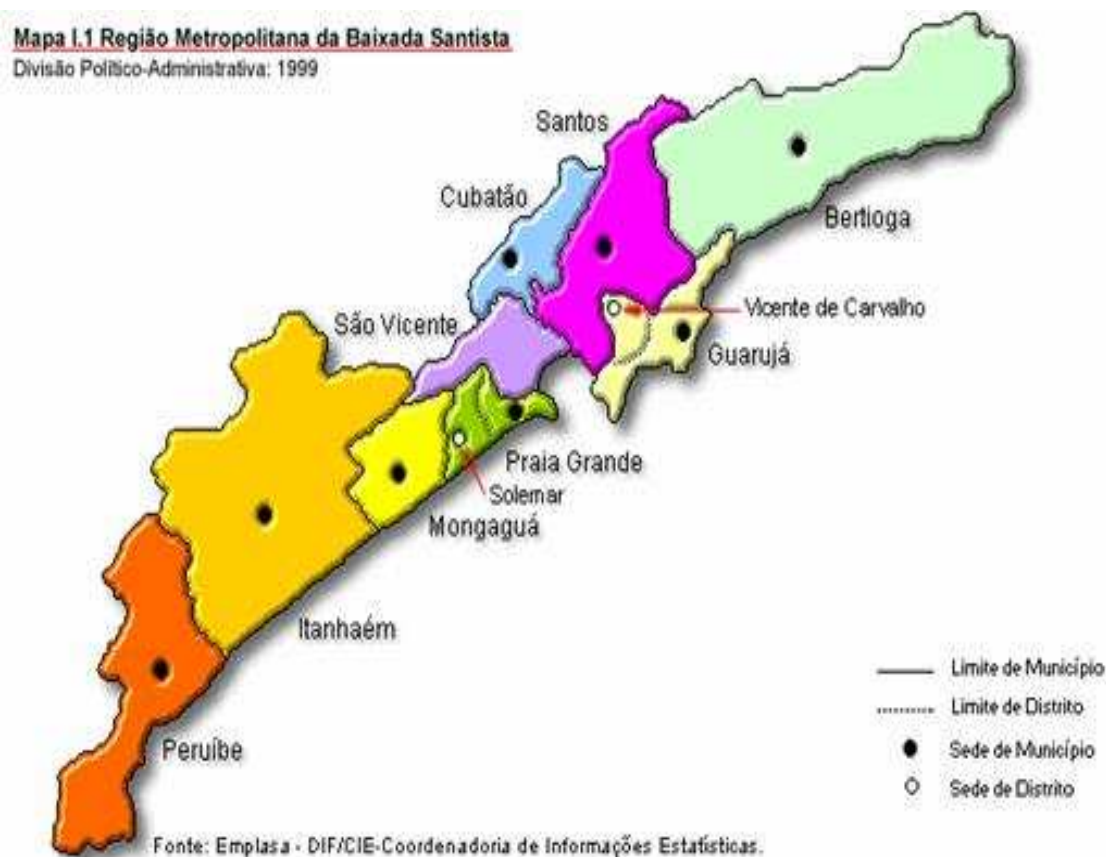
O segundo momento foi realizado com oficinas de capacitação para os professores com a presença de professores, representantes das Unidades Educacionais de Ensino Fundamental, Pedagogos Comunitários, Coordenadores de Áreas das Secretarias Municipais de Educação da Costa da Mata Atlântica e membros do CBH – BS. Para tanto, foram realizadas as seguintes oficinas: Montando uma cidade, Caminho da água em uma residência, Ciclo da Água, O rio é nosso, Mapeamento mental dos rios da região da Baixada Santista e Conhecendo o estuário, com distribuição do livro “Viajando Pelo Mundo das Águas”.

O primeiro dia de oficina ocorreu em 02/06/2009 e contou com a presença de 68 educadores do município de Praia Grande, 28 do município de Itanhaém e 16 do município de Mongaguá, totalizando em 112 educadores. Foram distribuídos 55 kits com 16 livros para o município de Praia Grande, 24 kits para o município de Itanhaém e 16 kits para o município de Mongaguá, totalizando em 1.520 livros (RELATÓRIO DE ATIVIDADE CEA, 2009).

Assim, o projeto “Educação Ambiental para Preservação da Água no Ensino Fundamental da Baixada Santista” desenvolvido em 2009 segundo a CEA “contemplou 271 escolas, com 16 livros “Viajando pelo Mundo das Águas” em cada

unidade para compor o acervo de suas bibliotecas, envolveu 527 educadores em palestras e oficinas de capacitação” (RELATÓRIO DE ATIVIDADE CEA, 2009).

Com referência ao exposto sobre o desenvolvimento deste projeto e o lançamento da cartilha foi possível perceber a participação dos nove municípios que compõe a Costa da Mata Atlântica, integrando o conceito ambiental por toda a região ao levarem cartilhas para suas unidades escolares.



Fonte: <http://www.revistaecotour.com.br/novo/home/default.asp?id=1225&tipo=noticia>

Acessado em: 30 maio 2014.

Após toda a apresentação sobre o projeto “Educação Ambiental para Preservação da Água no Ensino Fundamental da Baixada Santista”, a CEA teve seu trabalho reconhecido ao participar em 2011 do Prêmio COFEHIDRO com o mesmo projeto, ganhando certificado do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos por ser um dos finalista do concurso.



Fonte: CEA, encontrado em arquivos para apresentação de trabalhos.

Outro ponto relevante ocorreu em 2001 quando a CEA ganhou o Concurso II Prêmio Balanço Ambiental CPFL & GAZETA MERCANTIL do Interior de São Paulo participando com o projeto “Mata Atlântica” categoria Projeto Ambiental Especial. Conforme certificado exibido na imagem abaixo.



Fonte: CEA, encontrado em arquivos para apresentação de trabalhos.

Contudo, passou a ganhar notoriedade ao participar da RIO+20 com o lançamento do livro “Viajando nos caminhos da Mata Atlântica”, evento conhecido mundialmente pelas discussões sobre o meio ambiente promovida pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada entre os dias 13 a 22 de junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Durante o encontro houve momentos de troca entre diversas representações internacionais, momento em que a CEA expôs seu trabalho sobre a EA.

Já na cidade o lançamento do livro ocorreu em comemoração ao dia 27 de maio, instituído como Dia Nacional da Mata Atlântica, sendo promovido pela Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Praia Grande no Palácio das Artes, onde foi realizada a “SEMANA DA MATA ATLÂNTICA” entre os dias 23 a 27 de maio de 2012. O evento contou com a participação de representantes da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, do Museu Florestal Octávio Vecchi, professores, alunos e convidados. Durante a semana o evento recebeu alunos das escolas que puderam visitar o espaço com orientações de educadores da CEA que comemorou seus quinze anos de EA na cidade.

Desde sua fundação a CEA já atendeu 177.406 alunos (dados computados pela instituição até dezembro de 2010), em diversos projetos com o objetivo de despertar nos estudantes e na comunidade a preocupação com a ecologia e a mudança de postura, com a adoção de atitudes práticas de preservação ambiental. O atendimento é oferecido a escolas: Municipais, Estaduais e Universidades e tem como missão: “Conscientizar e sensibilizar sobre a importância do conhecimento do meio ambiente e formar agentes multiplicadores para ações socioambientais” (APRESENTAÇÃO DA ESCOLA, s/d).

Ao início de sua criação em 1997, o atendimento era realizado em uma casa de madeira que possuía uma área construída de aproximadamente 200 m<sup>2</sup>, porém, com o aumento da demanda quanto ao atendimento às escolas, foi solicitado em 2006 uma ampliação do espaço para uma área de 540 m<sup>2</sup>, como consta no MEMO CP Especiais – nº 115/2006, ampliando o espaço existente. O arquiteto Luís Fernando Félix de Paula (Coordenador de Projetos Especiais da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande) foi o responsável pelo encaminhamento e análise da proposta em 13 de dezembro de 2006.

Sua nova sede está localizada conforme indicação na foto aérea do estuário Piaçabuçu.





Fonte: CEA, foto aérea de 10.05.2013

Mantida pela Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Praia Grande segue o currículo da rede municipal de ensino, estando presente na elaboração do Plano Plurianual 2014 / 2017, do qual extraímos o excerto em que consta o orçamento previsto para a educação ambiental no município.

# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SEDUC

Plano Plurianual 2014 / 2017

AÇÃO (PROJETOS E ATIVIDADES)	DETALHAMENTO / AÇÕES	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	CATEGORIA ECONÔMICA	CORRENTE / CAPITAL								TOTAL (R\$)
					2014		2015		2016		2017		
					VALOR	FTE / CÓD. APLIC	VALOR	FTE / CÓD. APLIC	VALOR	FTE / CÓD. APLIC	VALOR	FTE / CÓD. APLIC	
Funcionamento das unidades escolares de Ensino Fundamental	Manutenção periódica - Educação Ambiental	12	361	3.3.90.39.16	17.124,00	05/200.0010	17.124,00	05/200.0010	17.124,00	05/200.0010	17.124,00	05/200.0010	68.496,00
	Educação Ambiental - Materiais para oficinas e palestras	12	361	3.3.90.30.99	20.000,00	01/220.0000	10.000,00	05/200.0010	20.000,00	05/200.0010	10.000,00	05/200.0010	60.000,00
	Materiais para o Laboratório e Museu de Educação Ambiental	12	361	3.3.90.30.99	5.000,00	01/220.0000	2.000,00	05/200.0010	2.000,00	05/200.0010	2.000,00	05/200.0010	11.000,00

A tabela nos possibilitou observar a atenção dada a EA desenvolvida no município de Praia Grande, na qual consta valores estimados com a ação relacionada aos projetos e atividades durante o Funcionamento das unidades escolares de Ensino Fundamental, apontando o detalhamento em Manutenção periódica, Materiais para oficinas e palestras e Materiais para o Laboratório e Museu de Educação Ambiental. Estes valores são uma projeção estimada podendo ser alterado a qualquer momento por representarem uma estimativa entre 2014 a 2017.

O Plano Plurianual foi criado com vistas a organizar e viabilizar as ações públicas, conforme descrito na Constituição Federal de 1988 em seu Art. 165 e exemplificado no § 2º:

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Nesta perspectiva, a CEA está integrada as ações do município por compor a tabela e apontar quais serão as diretrizes trilhadas durante o período estabelecido, visto que a mesma (segundo a Constituição Federal no Art. citado acima) agrega o conjunto das políticas públicas do governo, podendo ser alterada a cada ano conforme mencionado pela PC1 em entrevista.

Para cada setor, seção ou departamento é determinado um X de verbas, quando você faz um planejamento orçamentário, uma previsão orçamentária, a mesma será realizada no começo de um governo para os próximos quatro anos, e você vai dizer todas as atividades e ações que irá fazer e quanto pretende gastar. Você faz uma proposta e apresenta para sua secretária que levará ao prefeito. A mesma passará por uma análise de política financeira, e muitas vezes eles também têm uma proposta para lhe apresentar, até chegar a um consenso entre a visão do prefeito, da secretária e a tua. Isso ocorre para os próximos quatro anos e depois a cada ano é revisto novamente. Porque você só vai ter um gasto se você fizer uma ação.

Assim, o Plano Plurianual tem por finalidade a transparência sobre as ações concluídas, além de elaborar e executar ações que contemplem as políticas públicas necessárias, conforme descrito no § 3º do Art. 165 da Constituição Federal “O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório



resumido da execução orçamentária”, possibilitando que os cidadãos possam acompanhar as ações desenvolvidas.

Quanto às ações desenvolvidas pela CEA, a mesma apresenta em sua proposta pedagógica o objetivo de desencadear atitudes e pensamentos críticos frente às ações humanas atrelado a uma aprendizagem voltada para uma política de meio ambiente de respeito ao espaço natural e fundamentalmente de formar pessoas conhecedoras da natureza que as cercam, contextualizando com o eixo meio ambiente, ao mencionar que “deve-se cuidar, para que o uso econômico dos bens da Terra pelos seres humanos tenha caráter de conservação” (p. 177, 1998).

Sob esta vertente, o contexto educacional possibilita trabalharem temas voltados para cidadania ao propor conscientização e responsabilidade compartilhada entre sociedade e governo, assim como a preservação do meio ambiente (Philippi Jr. e Bruna, 2014). Fator que não ficou muito claro nas ações desenvolvidas pela CEA.

#### **4.2 – Alguns dos Projetos da Coordenadora de Educação Ambiental Relacionados às Políticas Públicas Municipais de Praia Grande**

De acordo com alguns projetos pesquisados a CEA busca desenvolver suas atividades relacionadas à percepção social do ambiente, ao qual o aluno está inserido, com a proposta de despertar a responsabilidade ambiental participativa na sociedade. Esta visão está em conformidade com a Lei nº 9.795/99 ao sensibilizar grupos e motivar ações que visam à participação social. Neste sentido as considerações de Coimbra (2014) vão ao encontro do exposto ao mencionar sobre a importância da EA social e local. Considerando os dois referenciais citados, foi possível observar a relação existente entre o projeto “Semeando Vida” (2000) e as questões relacionadas às políticas públicas apresentadas na justificativa do projeto que visa integrar conhecimento e ação:

Tem se verificado em nosso Município um número muito grande de depredações em jardins públicos e nas árvores plantadas ao longo das vias públicas, seja por danificação das plantas e árvores, seja pela extração das mesmas. Em consequência destes atos o Município aumenta seu custo na manutenção dos jardins, tendo que adquirir novas plantas, diminuindo a chance de ampliar as ruas arborizadas e a manutenção dos jardins. Destacamos que os jardins dão uma beleza plástica à paisagem e a arborização urbana ajuda na amenização do clima, entre outras vantagens.

Como as experiências vividas antes dos sete anos de idade são as que ficam mais fortemente arraigadas na memória dos seres humanos, optamos por trabalhar com crianças da Educação Infantil. Para que pudessem incorporar de maneira definitiva o respeito aos seres vivos do Reino Vegetal.

O respeito que desejamos é aquele que se ama os vegetais que são colocados em locais públicos como praças e jardins, assim como aqueles dos ecossistemas naturais, como nas matas (PROCESSO NÚMERO 9.104/2000 – 98, p. 3).

Assim, o projeto buscou integrar questões ambientais relacionadas às políticas públicas do município com ações socioambientais proporcionando desde cedo uma relação de respeito ao meio ambiente e, sobretudo, o senso da responsabilidade social sendo compartilhadas entre o poder público e os munícipes, sob o qual Bononi (2014) discorre:

A arborização urbana no Brasil é de competência das administrações municipais. Um bom planejamento dá à arborização mais chances de sucesso e evita gastos. É imprescindível contar com o apoio da população e a compreensão das empresas prestadoras de serviços de utilidade pública que interferem na vegetação. A arborização urbana, além do aspecto estético, é responsável pelo conforto ambiental e bem-estar da comunidade, se corretamente realizada e conservada (p. 293).

Sendo de competência da administração municipal torna-se fundamental a participação da sociedade, conforme descrito por Bononi (2014). Neste ponto o projeto buscou articular a política pública relacionada ao crescimento demográfico do município junto a EA desenvolvida pela CEA, no qual articulou com o estudo do meio ao viveiro de mudas municipal, e a estufa de plantas, onde conheceram diversas formas de reprodução entre as espécies vegetais. Além, de participarem do plantio de árvores nativas ameaçadas de extinção e receberem uma muda de árvore frutífera e sementes das mesmas, para serem plantadas e acompanhadas nas unidades escolares, dando continuidade ao trabalho iniciado na CEA e ampliado ao ambiente escolar com o projeto Horta (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE PRAIA GRANDE, 1997 – 2000).

Desta forma a aprendizagem ganha um sentido único quando o aluno vivencia a experiência. Sobre tudo, quando o aprendiz passa a conviver no espaço observando as transformações que ocorrem ao longo dos anos e relacionando com as discussões realizadas sobre o plantio de árvores adequadas para a arborização

urbana, promovendo a conscientização sobre os danos causados em calçamentos e fiação elétrica, assim como, o incentivo ao plantio correto em áreas urbanas.

Segundo consta no processo citado de número 9.104/2000-98 (p.7) foram atendidos 5.397 alunos da educação infantil, no período entre 29/08/2000 a 29/09/2000. Todos realizados com prévio agendamento.

Em outro projeto Reciclando com Arte (2013), desenvolvido sob a perspectiva da reutilização de materiais que seriam descartados, nota-se que se amplia a questão da educação socioambiental:

É missão da Educação Ambiental formar pessoas aptas a preservar e lutar pelo planeta em que vivem. Assim, a Coordenadoria de Educação Ambiental de Praia Grande por meio deste projeto atua nesta causa atuando na educação preventiva junto aos alunos das escolas municipais (p. 1).

Assim, o projeto mencionado está relacionado com a EA participativa, já discutidos ao início deste tópico. Iniciado no ano de 2000 com o título “Lixo: isto tem valor” o projeto estava integrado as políticas públicas municipais da época, conforme consta no Processo número 4.851/2000/30 “Devido a necessidade da Prefeitura de Praia Grande em implantar a **coleta seletiva de lixo**, estamos encaminhando a apostila “**LIXO: ISTO TEM VALOR!**”, para subsidiar tal trabalho” (p. 2, grifo do autor).

Na justificativa da ação proposta pelo projeto se esclarece a necessidade de difundir a questão por meio da EA, conforme descrito no processo:

O primeiro passo para a solução deste problema é a conscientização e a sensibilização dos educandos. Tarefa que perpassa por um momento de orientação educacional que visa a mudança de comportamento e hábitos que possam dirimir a produção de materiais indesejáveis (Processo número 4.851/2000/30, p. 31).

No entanto o projeto que estava articulado com as políticas públicas não teve continuidade, pois segundo a entrevistada PC1 houve problemas quanto à coleta seletiva na cidade, visto que a prefeitura não deu conta de coletar tanto lixo. Fato que será discutido no tópico adiante.

Quanto ao desenvolvimento do projeto o trabalho possibilitou aos alunos conhecerem o “Centro de Triagem de Lixo de Praia Grande” no qual ex-catadores de lixo formaram uma Cooperativa para sobreviverem à custa do lixo limpo. O contato proporcionou aos alunos conhecerem aspectos sociais que envolvem a problemática do lixo nos centros urbanos, incentivando a reciclagem e contribuindo com a limpeza pública, sendo de relevância social (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE PRAIA GRANDE, 1997 – 2000).

Contudo, segundo consta no processo o trabalho foi desenvolvido na época com “alunos de terceiras e quartas séries do Fundamental da Rede Municipal de Praia Grande, do Bairro do Boqueirão, onde já foi implantada a coleta seletiva pela Prefeitura” (Processo número 4.851/2000/30, p. 31). Porém, neste projeto a coleta seletiva só beneficiou um bairro do município devendo ser ampliada apenas em 2015. O fato é que até 2014 não houve ampliação da coleta seletiva aos demais bairros do município. Mas, se por um lado as políticas públicas não atenderam as expectativas da época e dos quatorze anos seguintes, por outro a CEA continuou a prosseguir com o projeto que apenas passou por algumas alterações ao longo dos anos.

Assim, em 2002 o referido projeto passou a ser denominado de “Oficinas de época”, sendo lançada em 2003 a cartilha “Viajando pelo Mundo da Reciclagem” e em 2013 o projeto foi renomeado por “Reciclando com Arte”, desenvolvido com alunos da educação infantil com o objetivo de:

Informar e conscientizar alunos sobre a importância da reutilização, reciclagem e redução do lixo para a economia dos recursos naturais, devido à grande problemática do mundo moderno com a acelerada geração de lixo (PROJETO RECICLANDO COM ARTE, 2013, p. 1).

A conscientização sobre o lixo continuou a ser realizada, mesmo sem a coleta seletiva ser expandida no município. O fato pode ser observado em outros projetos como o “Viva Bem a Vida” de 2006 (PROCESSO Nº 1754/2006 – 72 A. 0 V. 0), onde foi possível observar uma referência quanto a questão do lixo. Este projeto apresenta como proposta a valorização de atitudes que venham a interferir na melhoria das relações pessoais, sociais e ambientais. No processo consta uma sondagem inicial e final realizada com alunos, que possibilitou avaliar a proposta

desenvolvida e observar as alterações que deveriam ser realizadas para o ano seguinte.

No aspecto ambiental, constatou-se maior sensibilidade e respeito aos seres vivos melhorando a valorização, conservação da vida; nas atitudes em relação ao lixo, perceberam a importância da separação, porém alguns não o destinam de forma correta (PROCESSO Nº 1754/2006 – 72 A. 0 V. 0., p. 4).

O fato é que nas questões relacionadas ao conhecimento local do meio ambiente foi possível observar alguma resposta, porém quanto a questão do lixo a cidade não possui coleta seletiva em todo o município, sendo um ponto relevante, pois nos bairros onde a população não é atendida, os munícipes não entendem a separação como necessária.

Seguindo no viés das políticas públicas Coimbra (2002), discorre sobre a questão da gestão participativa visando um desenvolvimento sustentável. Para o autor a gestão ambiental municipal é o processo político administrativo que incumbe o poder público local (executivo e legislativo) de, com a participação da sociedade civil organizada, formular, implementar e avaliar políticas ambientais (expressas em planos, programas e projetos). Sendo de fundamental importância a participação da sociedade a fim de assegurar a qualidade ambiental como fundamento da qualidade de vida dos cidadãos a partir da realidade e das potencialidades locais.

Para tanto a sociedade deve ser participativa e atuante para cobrar do poder público ações que vão ao encontro do bem estar social, como no caso da coleta seletiva na cidade de Praia Grande que foi implantada em 2000, mas, não foi ampliada até 2014.

Contudo, a perspectiva da CEA parece atender quanto a conscientização social, como por exemplo, no projeto “Semeando Vida” em que os alunos conheceram o viveiro de mudas municipal conscientizando-os dos diferentes tipos de árvores e as mais adequadas para o plantio em área urbana, visando não prejudicar calçamentos e fiação elétrica (PROCESSO Nº 9.104/2000 – 98).

Neste mesmo viés de agregar responsabilidade social, foi realizado em 2000 o projeto Água, com o objetivo de desenvolver ações preventivas para o consumo consciente evitando o desperdício (PROCESSO Nº 9.103/2000 – 43). A proposta foi elaborada devido à falta da mesma durante o período de temporada, visto que Praia

Grande é uma das cidades que mais recebe turistas, chegando a triplicar sua população.

Sendo assim, passa a ser uma questão das políticas pública sua falta, decorrente do aumento populacional causado pelos turistas que visitam a cidade e região durante o período de férias, feriados e finais de semana.

Para trabalhar a conscientização foram elaborados pela CEA, panfletos e apostilas com sugestões de atividades interdisciplinares para que os professores continuassem os trabalhos em sala de aula. Em 2009 houve o lançamento da Cartilha Viajando pelo Mundo das Águas, sendo trabalhado e distribuído para os nove municípios que compõe a Costa da Mata Atlântica, citado anteriormente.

Dentre algumas, uma questão apontada pela EA está em trabalhar interdisciplinarmente os temas. Nesse sentido, torna-se imprescindível que se queira conhecer e agir interdisciplinarmente nas ações educacionais. Porém, isso não ocorrerá por acaso nem como consequência e sim por intencionalidade direcionada ao ponto investigado. Para tal, é preciso juntar lucidez, abertura de espírito e determinação para propor a interdisciplinaridade e por ela agir (COIMBRA, 2000).

Fato exemplificado nos projetos Semeando Vida e Água, citados anteriormente, visto que o aluno é morador do município e poderá orientar os pais, familiares ou vizinhos, tanto do plantio correto das diversas espécies de árvores em calçadas e quintais, quanto do consumo responsável durante ou fora do período de férias, pela consciência ambiental. Este pontos corroboram com as argumentações de Coimbra (2000) ao salientar a importância da interdisciplinaridade ser direcionada com intencionalidade.

Considerando o exposto nos exemplos citados acima, o mesmo não ocorreu com o projeto intitulado “Dengue e você nada a ver”, realizado apenas em 2000. Para este projeto foi realizado um concurso que contou com a participação de todas as escolas do município de Praia Grande, com o objetivo de estimular ações preventivas contra o criadouro do mosquito *Aedes Aegypti*. Os trabalhos foram premiados no Litoral Plaza Shopping que concorreram em diferentes categorias sempre focados na prevenção e combate da proliferação do mosquito transmissor na cidade (PROCESSO Nº 8.667 / 2000 – 69).

A divulgação foi realizada por meio de cartazes e a premiação contou com a divulgação da imprensa local no Jornal Oficial de Praia Grande, conforme consta no arquivo do processo.



Fonte: Processo nº 8.667/2000-FLS 11



Fonte: Processo nº 8.667/2000-FLS 15

A questão foi levantada devido à problemática vivenciada no município, fator que possibilitou articular com as políticas públicas sob o conceito socioambiental. Neste período os alunos receberam informações com material pedagógico complementar sobre as fases da vida do mosquito transmissor, tornando-se agentes multiplicadores em sua comunidade e auxiliando na saúde pública.

Porém, a conscientização sobre a temática não teve continuidade nos anos seguintes, embora, a cidade tenha sofrido com a epidemia, como a mais recente decretada em 14 de março de 2013 pela Secretaria de Saúde do Município (FLOSI, 2013). O fato é que neste caso a CEA não desenvolveu ações mesmo tendo o tema relacionado às políticas públicas e articulado com a Lei Complementar Municipal nº 320, de 2 de abril de 2002, conforme descrito no Art. 9º:

Art. 9.º A Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) deverá providenciar a inclusão, como tema transversal, de um programa de educação para combate ao mosquito da Dengue, no âmbito das escolas municipais e ainda no presente ano curricular.

Segundo a entrevistada PC1 que trabalhava na CEA nesta época, um dos motivos relacionados a não continuidade estava atrelado à questão de verbas,

porém quatorze anos depois de ter lançado as primeiras ações de combate ao mosquito da dengue, a cidade ainda sofre com a epidemia.

Neste caso as políticas públicas devem estar articuladas com foco em promover, proteger e recuperar a saúde humana e ambiental, por meio de esforços entre, o poder público em propor ações e a sociedade ao desenvolvê-las (UENO e NATAL, 2014). Neste ponto as ações da CEA não contemplaram no tocante a conscientização promovida pela EA. Além de considerar o assunto de suma importância social e principalmente por estar atrelada a Secretaria de Educação do município.

#### **4.3 – Análise de Alguns Projetos Desenvolvidos e a Visão dos Professores que Atuam na Coordenadoria de Educação Ambiental**

A análise dos projetos desenvolvidos pela CEA e sua relação com as políticas públicas foram realizadas por meio de entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores pedagógicos (anteriores e atuais) e professores que atuam em suas ações.

A escolha por estas pessoas deve-se ao fato de serem as responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos apresentados aos alunos, o que significa observar a intencionalidade dada às ações e se as mesmas se articulam com as políticas públicas municipais, ou não, de forma a buscar respostas mais claras e diretas sobre o objeto de pesquisa, como citado na introdução desta pesquisa.

A opção pelo coordenador pedagógico deve-se ao fato de ser ele o responsável pela implementação e medidas a serem tomadas no desenvolvimento dos projetos que segundo o Houaiss (2001), o sentido da palavra coordenador significa “gerência de determinado projeto”.

Neste contexto, Batista (2003), pressupõe que o coordenador possui a possibilidade de transitar entre os diferentes cenários, construindo caminhos de aproximação e diálogo entre os envolvidos das práticas educativas. Fator que possibilitou elucidar as articulações entre os projetos e as políticas públicas.

As entrevistas foram realizadas separadamente, após ter sido apresentada uma proposta de pesquisa, e estão relacionados em P de professores: P1 (atuante na CEA há dois anos com formação em Ciências Biológicas) e P2 (atuante na CEA há nove anos com formação em Pedagogia). Ambos lecionam para os alunos que participam das atividades desenvolvidas na CEA, ou nas unidades escolares que



solicitam seu trabalho, além de atenderem ao público que visitam o espaço durante o ano letivo.

Outros entrevistados estão caracterizados em PC, são os Professores Coordenadores. O PC1 atuou desde a inauguração até 2013, fornecendo informações precisas sobre o processo de abertura, elaboração e desenvolvimento dos projetos, assim como sua relação com as políticas públicas municipais. O PC2 atuou quatro anos como Professor, de 2009 a 2012 e desde julho de 2013 está como Coordenador dos Professores. Ambos possuem formação acadêmica em Ciências Biológicas.

Com o propósito de compreender o processo descrito na Introdução e seus objetivos, durante as entrevistas foi possível perceber diferentes entendimentos sobre o termo políticas públicas quando questionados: O que significa políticas públicas para você?

As respostas foram amplas como segue:

Políticas públicas são um conjunto de medidas tomadas pelo governo para viabilizar a vida da população no sentido de melhorias da qualidade de vida. Acredito que são medidas que devem ser tomadas em conjunto com representantes da população, porém, muitas vezes não tem representatividade por não se interessarem e que por outro lado acontecem em conjunto com os políticos que fazem as leis acontecerem ou pelo menos implantam as leis que muitas vezes também não acontecem por não saírem do papel (entrevistado P1).

Para o P2:

As políticas públicas são um conjunto de ações que visam o bem estar da população, um conjunto de ações entre as Secretarias de Saúde, Urbanismo, Meio Ambiente e Educação na qual estas políticas vão se agregar para ir ao encontro com o objetivo comum de bem estar da população, então são leis voltadas para o objetivo comum, então eu acho que essas políticas públicas elas tem que se unir se interagir e aqui nas Secretarias de Praia Grande já acontece entre as Secretaria de Educação com Meio Ambiente e com Saúde que estão em parcerias para que estas políticas públicas saiam do papel e tenham realmente ações.

Para o PC2:

São leis elaboradas para o bem da população, para andarem em sintonia com as necessidades da população.

As respostas apontaram o bem estar da população e a legislação como citam alguns autores, entre eles Philippi Jr. e Bruna (2014), no II Capítulo. Porém, esses autores citam a participação da população como fundamental neste processo das políticas públicas. Entretanto, no depoimento dos professores entrevistados observa-se tal compreensão relacionada a participação popular, porém no depoimento do P2 aponta que nem sempre há esta consciência, por não ocorrer a devida participação da população. No entanto, chama a atenção o depoimento do PC2, por sua compreensão de que a política pública refere-se basicamente à legislação, sendo, no entanto uma visão parcial.

Neste viés sobre a elaboração dos projetos e sua ligação com as políticas públicas a entrevistada PC1, mencionou a forma como chegam os pedidos, para a elaboração dos projetos pela CEA, que muitas vezes atendem aos interesses pessoais e políticos partidários.

A própria secretaria de educação ela recebe muitas demandas, muitos pedidos para que sejam divulgados e implantados vários assuntos, de diversos locais, que nem sempre eram referentes à parte de educação ambiental... Os pedidos chegavam de várias formas. Às vezes pelos secretários, prefeito ou por um vereador, estamos em um meio político e tudo tem que ser avaliado e pensado. Nós somos agentes políticos e quem está na chefia ocupa um cargo de confiança, ou seja, tem que saber atuar de uma forma que agrade a quem te colocou ali. Então, às vezes você consegue implantar um projeto em uma pequena fatia dos alunos da rede. Agora se há uma, vamos dizer, imposição no sentido de ser prioridade para o prefeito. Então a coisa é outra (PC1).

Neste relato podemos observar que os projetos não decorrem claramente das políticas públicas, mas das relações de poder entre as esferas do executivo e legislativo, além dos acordos políticos partidários existentes entre eles, sem atingir todos os educandos do município. Neste aspecto abrem-se algumas vertentes dos possíveis motivos para os quais alguns projetos não possuem continuidade, considerando que na política brasileira os interesses mudam a cada quatro anos, decorrente do período eleitoral ou mesmo no próprio período dos mandatos.

Quanto à elaboração dos projetos desenvolvidos pela CEA, sem a interferência externa a entrevistada acrescentou,

Quando eu estruturava um projeto, não esse que era solicitado, quando era a nossa proposta. Pensávamos, que atividades nós vamos fazer? Então, chamávamos a equipe e discutíamos, víamos a forma de fazer as atividades para tentar alcançar nosso objetivo com o aluno para que o mesmo saiba. Por exemplo, o manguezal: quais são suas características, como é importante ser preservado, etc. Então, nós fazíamos as atividades e propostas de atividades também para o professor continuar aprofundando com aquele aluno, em sala de aula, ou antes, ou depois, por que nós fazíamos um agendamento semestral e as várias escolas, vinham umas antes outras depois. Então, nós já mandávamos no começo do ano as atividades que poderiam ser trabalhadas com os alunos antes. Então, já chegariam com algumas informações e querendo tirar dúvidas ou não (PC1).

O relato aponta haver uma interação entre a CEA e as unidades escolares articulada entre a informação e a vivência, considerando a informação quando o aluno passa a adquirir o conhecimento sobre um fato e a vivência quando a informação torna-se real, para a qual Freire (1996) discorre que ensinar é dar possibilidades para a construção do saber valorizando as experiências e vivências no processo ensino aprendizagem.

Mas, se por um lado demonstra existir relação entre informação e vivência, por outro a participação da comunidade apresenta defasagem, ao considerar que a participação da sociedade da força ao contexto político e democrático, apresentados no Capítulo II. Assim, a questão das ações coletivas entre a sociedade e o gestor municipal relacionadas às políticas públicas não ocorrem claramente nos projetos da CEA.

As políticas públicas e os programas e projetos a elas relacionados são (ou deveriam ser) desenvolvidos com foco nas pessoas, nos cidadãos, no sentido de promover melhorias na sua qualidade de vida. A avaliação tende a ser vista como a principal ferramenta para assegurar que tais melhorias serão dirigidas aos seus beneficiários (FERREIRA e ABRANTES, 2013).

Segundo os autores as políticas públicas devem priorizar o bem social, porém salientam a necessidade em avaliar o percurso realizado propondo novas diretrizes ao curso do objetivo a ser alcançado.

Contudo, a população pode e deve participar por serem os principais atores e por estarem vivendo o problema, levando-os até as autoridades para que juntos possam articular estratégias que tragam benefícios a todos. De acordo com Silva e

Costa (2002), uma política pública compreende um conjunto de ações que envolvem planos, programas e projetos a serem desenvolvidos. Cada etapa representa um estágio em que as propostas ganham corpo, sendo definidas metas, objetivos e recursos para os mínimos tratamentos formais.

Seguindo nas entrevistas houve consenso quanto a questão: O que é educação ambiental?

Conforme segue:

Educação ambiental é uma forma de viver a vida sustentavelmente. Na verdade educação ambiental ela só foi necessária porque o ser humano esqueceu-se da natureza dele mesmo, esqueceu que ele faz parte da natureza então a educação ambiental ela é um resgate que o ser humano volte a entender que ele é um animal que ele faz parte de um ecossistema que precisa preservar para os outros que virão. É um resgate de algo que nossos ancestrais sabiam que eles precisavam preservar, porque outros iam usar é você resgatar algo que é antigo que não é novo, mas, que é necessário e urgente porque a educação ambiental é uma das únicas esperanças para que o mundo consiga sobreviver porque estamos entrando num caos assustador de extinção em massa das espécies já foi citado em vários seguimentos de reportagens. Então, os recursos se esgotaram e a educação ambiental é uma forma do ser humano voltar a viver em harmonia com a natureza é um reaprender a viver em contato com a natureza, respeitar o mundo, respeitar as formas de vida, e ela tem a ver com valores. Ela agrega a educação em todos os sentidos porque o meio ambiente ele não é a Amazônia floresta, meio ambiente é o que você vive, é a escola, é em casa, é o trabalho, é viver de forma sustentável e reaprender a viver de forma sustentável, respeitando as formas de vida, gastando menos com relação ao consumismo, gerando menos resíduos e sabendo que você vai ter que deixar coisas para os outros que virão, de forma menos egoísta acho que a palavra é essa. Porque somos muito egoístas. Acho que é você tentar trazer para as pessoas uma reflexão (P1).

Para o P2:

Educação ambiental para mim é não só o falar é o agir a gente não pode só falar para conscientizar. A educação ambiental tem que educar para você agir. A educação ambiental hoje em dia é primordial para as antigas gerações que já degradaram muito nosso ambiente e para as futuras gerações principalmente (P2).

Para o PC2:

É um processo de mudança de comportamento que não foca só a preservação do meio ambiente, mas também, na verdade, o equilíbrio a

sustentabilidade e a educação ambiental. Ela é esse processo de mudança, não é algo que ocorre da noite para o dia a gente só vai ter esse resultado essa mudança de postura ao longo dos anos (P3).

Estas argumentações refletem no trabalho desenvolvido com a EA pela CEA e as propostas educacionais apresentadas no II Capítulo. Em relação aos projetos foi possível compreender que a relação da aprendizagem está atrelada à possibilidade de desenvolver e construir significados para o conhecimento, utilizando-se de conteúdos concretos, como no caso do estudo do meio desenvolvido como atividade dentro dos projetos.

Segundo Sole (2006) o conceito do significado na aprendizagem considera as habilidades e competências desenvolvidas em cada momento da aprendizagem:

Quando falamos de atribuir significado, falamos de um processo que nos mobiliza em nível cognitivo, e que nos leva a revisar e a recrutar nossos esquemas de conhecimento para dar conta de uma nova situação, tarefa ou conteúdo de aprendizagem. Essa mobilização não acaba nisso, mas, em função do contraste entre o dado e o novo, os esquemas recrutados podem sofrer modificações, de leves a drásticas, com o estabelecimento de novos esquemas, conexões e relações em nossa estrutura cognoscitiva (p. 31).

Estas estruturas baseadas em ações concretas de aprendizagem geram novas habilidades que caminham para novas competências possibilitando ao aprendiz relacionar fatos apresentados na aprendizagem ao seu cotidiano, de forma que o ensinado proporcione a socialização e o desenvolvimento de cidadãos comprometidos na participação e melhoria da sociedade (ZABALA, 2006).

Neste ponto o entrevistado P1 discorre:

Atendemos desde a educação infantil, com seus três a quatro aninhos para que haja a cultura da educação ambiental desde pequeno e que seja colocado na cabecinha deles, por serem os agentes multiplicadores em casa. Afinal é difícil mudar a cabeça de um adulto, já está formada... O papel do professor que faz educação ambiental é muito importante porque se ele falar com paixão, com amor, com vontade... se ele acredita no que ele fala, ele pode seduzir, e quando você seduz, essa criança fica com aquela aprendizagem.

Outro ponto observado nas propostas desenvolvidas está relacionado a interdisciplinaridade apresentadas nos projetos, nos quais todos os estudados até então, buscam somar partes, para atender a um todo como preza os PCNs (1999):

“... interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade. Mas integra as disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas e fatores que intervêm sobre a realidade e trabalha todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados...” (BRASIL, p. 89).

O entrevistado PC2 também menciona sobre a questão da educação informal desenvolvida pela CEA, “A Coordenadoria foi fundada já com o intuito de promover educação ambiental, essa educação informal, por não seguir um roteiro de escola preso ao currículo escolar das disciplinas” (PC2). Contextualizando com a interdisciplinaridade mencionada nos PCNs e a riqueza do trabalho desenvolvido com o estudo do meio discutidos por Bononi (2014) no Capítulo II, no qual discorre que o mesmo poderia ser realizado em praças e parques.

Como exemplo o caso do estudo do meio do projeto “Semeando Vida” (PROCESSO Nº 9.104/2000-98), apresentado anteriormente, em que os alunos conheceram o viveiro de mudas da cidade desenvolvendo habilidades sobre o plantio, sob o objetivo de “aprender a respeitar os seres vivos do Reino Vegetal” (PROCESSO Nº 9.104/2000-98, p. 3).

A proposta visa integrar o concreto pela interdisciplinaridade e o conhecimento empírico.

Nesse sentido os PCNs (1999) discorrem que o contexto da interdisciplinaridade “deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários” (BRASIL, 1999, p. 89).

Relacionando os conceitos da interdisciplinaridade com o concreto pelo estudo do meio no projeto, o mesmo está articulado com o propósito de desenvolver conscientização pelo grande número “de depredações em jardins públicos e nas árvores plantadas ao longo das vias públicas, seja por danificação das plantas e árvores, seja pela extração das mesmas” (PROCESSO Nº 9.104/2000-98, p. 3). Neste sentido busca desenvolver alunos ativos, pois “O tratamento contextualizado do conhecimento é o recurso que a escola tem para retirar o aluno da condição de espectador passivo” (Brasil, 1999, p. 91), que trabalhem coletivamente

proporcionados pelo significado da aprendizagem em “assumir que todo conhecimento envolve uma relação entre sujeito e objeto” (Brasil, 1999, p. 91).

A esse respeito, Meirieu (2005) salienta que o

...desenvolvimento da pessoa não é um processo autônomo, independente de suas aprendizagens, mas a assimilação progressiva de novos saberes que, por sua vez, permitem o desenvolvimento de novas capacidades e a aquisição de outros conhecimentos (p. 151).

O contexto da aprendizagem e sua relação pelas habilidades e competências foram explorados por Zabala (2006) considerando a questão dos saberes e o ato de ensinar:

...pedagogia não deve levar em conta apenas os conteúdos da aprendizagem, mas ela não existe se não incorporar completamente a questão dos saberes (...). Uma pedagogia de vácuo disciplinar seria contrária às finalidades da Escola e, sobretudo, à primeira delas: a transmissão de saberes que permitam aos alunos introduzir-se no mundo, compreendê-lo ou torná-lo mais habitável... (p. 151).

Neste ponto, o que foi observado nos processos pesquisados, até então, deixa claro que a forma pela qual se ensina o conteúdo através de estudos do meio é a chave do aprendizado, ou seja, por meio de vivenciar, sentir e concretizar o conteúdo, contextualizando-o com o meio ao qual o aluno está inserido.

Mas, de que forma o conceito de EA é apresentada aos alunos pela CEA?

Segundo as justificativas apresentadas nos processos de cada projeto, há continuamente uma referência em possibilitar que o aluno conheça o espaço ao qual o mesmo está inserido, como exemplo o objetivo geral citado no projeto Mata Atlântica/2001 “O educando deve conhecer a importância da preservação do patrimônio paisagístico e genético das áreas da encosta do morro do Parque Estadual Xixová-Japuí” (PROCESSO NÚMERO 12.543/2001-69, p. 5).

Acrescenta-se a estas argumentações da importância da preservação apresentadas nos projetos, outra observação, da qual pouco foi percebido nos processos investigados até então, são as embasadas nas discussões que levaram a degradação dos espaços naturais da cidade, levando o aluno à consciência crítica dos problemas ambientais já citados por Carvalho (2008).

O exposto sobre a consciência implica o movimento dialético contínuo entre o desvelamento crítico da realidade e a ação social transformadora, provocada pelo diálogo que o indivíduo desenvolve no meio ao qual o mesmo está inserido, segundo o princípio de que os seres humanos se educam reciprocamente e mediados pelo mundo apresentado a eles (FREIRE, 1983).

Assim, Loureiro (2002) apresenta uma das finalidades para formação da consciência ambiental:

A Educação Ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza. Dessa forma, para a real transformação do quadro de crise estrutural e conjuntural em que vivemos, a Educação Ambiental, por definição, é elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza (p. 69).

Neste propósito do desenvolvimento intelectual agrega-se a educação ambiental o conceito político sobre o tema, no qual assume o viés das discussões para uma transformação social necessária para “compreender e tratar os recursos naturais como bens coletivos indispensáveis à vida e sua reprodutibilidade e o acesso a esses recursos como um direito público e universal” (LIMA, 2002, p. 130).

Assim, politizar a EA significa ampliar e consolidar a cultura democrática na sociedade, formando cidadãos conscientes de seus direitos e deveres respeitando o meio ambiente como um bem público (SPAREMBERGER e PAVIANI, 2006), o que, na nossa compreensão, exige que a EA se realize como política pública, na CEA. Ou seja, que a gestão da CEA ocorra de forma democrática, refletindo sobre este princípio nos projetos educacionais desenvolvidos.

Neste contexto, as duas questões anteriores voltadas para as políticas públicas e educação ambiental serviram de base para compreender o entendimento de dois seguimentos distintos, porém, no caso da CEA, compõem a pesquisa sobre os projetos desenvolvidos e apresentados, em que o cerne da questão estava em compreender como as políticas públicas se articulam com os projetos da CEA, se esta relação existe ou não.



Para tanto foi questionado: “Existe relação entre as políticas públicas e a educação ambiental desenvolvida pela CEA?”

Para o P1:

Como nós estamos vinculados a SEDUC (Secretaria de Educação) nós fazemos um trabalho voltado para as escolas para que essa cultura da educação ambiental seja desde pequeno... A partir do ano que vem ocorrerá um trabalho direto nas comunidades, porque surgiu essa necessidade que são os problemas dos resíduos sólidos, que é muito grave e essa política pública está sendo feita em conjunto com o prefeito, com a Secretaria de Educação e com a Coordenadoria de Educação Ambiental.

Para o P2:

Sim, a partir do momento que tem campanhas no município como o Eco Ponto e a coleta seletiva, nós efetivamos um trabalho com palestras e educação ambiental para as crianças e com os munícipes. Assim nós fazemos parte dessas políticas públicas.

Para o PC2:

Sim, com certeza porque a Lei de educação ambiental que é de 99, antes disso em 96 o prefeito de Praia Grande já criou essa Coordenadoria. Então ele já deu esse passo a frente antes mesmo da Política Nacional de Educação Ambiental... Todos os projetos aqui são pautados na necessidade dos eixos temáticos de educação ambiental como a questão dos ecossistemas, das hortas escolares, dos resíduos sólidos. Então ela é em total sintonia com as políticas públicas relacionadas a educação ambiental.

Quanto ao trabalho desenvolvido pela CEA os professores concordaram com o entrelaçamento entre a educação ambiental e as políticas públicas desenvolvidas nos projetos, porém, os mesmos fazem referência aos resíduos sólidos e salientam que a articulação não está na proposta da educação ambiental propriamente dita, mas no fato de estarem cumprindo uma Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos que em seu Art. 54 discorre “A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º, deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação desta Lei”.

O fato evidencia que a educação ambiental desenvolvida está atrelada a uma demanda política de ordem federal e não de interesse público pela necessidade social do município, visto que projetos voltados para orientação de Coleta Seletiva já existem desde 2000 iniciado com o título “Lixo: Isto tem valor” tendo seu nome alterado ao longo dos anos (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE PRAIA GRANDE, 1997 – 2000). Conforme descrito anteriormente, sendo lançada até uma cartilha “Viajando pelo Mundo da Reciclagem”, em 2003.

Segundo depoimento do PC1 que participou do projeto naquele período, o mesmo relatou que o trabalho estava atrelado as políticas públicas municipais e que as necessidades são variáveis ao longo dos anos, porém, o trabalho político administrativo do projeto lixo em questão, não atendeu as expectativas. Conforme relatou quanto ao procedimento das ações tomadas.

Ao longo de todos esses anos cada momento foi tendo prioridade para um determinado assunto, e um deles no qual ficamos uns três anos em cima mesmo batalhando, foi o tema lixo. Porque foi justamente em uma época que no município, a coleta seletiva passou a ser mais organizada, etc.. Foi melhorada a parte da COOPERVIDA. Nessa época com nosso trabalho nós fomos a todas as escolas municipais, estaduais e depois particulares, nas particulares não fomos em todas, apenas em algumas, mas, nas escolas públicas nós fomos em todas fazer palestra falando do lixo, da coleta seletiva, fizemos um trabalho muito grande, muito mesmo, além de oficinas, exposições de artesanato com materiais reciclados. Este trabalho foi muito intenso desta vez, e era uma prioridade do município. Então, distribuimos fitas de vídeo K7 na época, todo mundo ficou sabendo. Só que, o que aconteceu? Não houve um trabalho da coleta seletiva adequado. Então, foi muito frustrante (PC1).

Assim, os relatos dos primeiros entrevistados não podem ser desconsiderados quanto à participação da CEA nas políticas públicas, porém, neste caso do lixo, as considerações ficam por conta de estarem cumprindo uma determinação legal de ordem federal nos dias de hoje, visto que em 2000 não foi possível atender as expectativas devido à infraestrutura.

Quanto às dificuldades encontradas no desenvolvimento do projeto em 2000 a entrevistada PC1 salienta:

Era uma política do município que iria ser implantada, só que houveram problemas... Eles não deram conta porque a estrutura não estava adequada para coletar tanto lixo. Então nós recebemos muitas reclamações de coisas

que, entre aspas, nós não tínhamos a responsabilidade, mas, faz parte porque somos agentes públicos. Hoje estão querendo retomar (PC1).

De qualquer forma, a ampliação da coleta seletiva na cidade só passará a ocorrer em 2015, amparada pela Lei Federal nº 12.305/2010 e pela Lei Municipal nº 1.636, de 25 de outubro de 2012, que institui o Plano de Gestão de Destinação de Resíduos Sólidos no qual menciona no Art. 2º, inciso I “promover a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental”. Segundo consta no PGIRS (2014), que compõe o PMSB. A aprovação da Lei nº 1.636/2012 objetivou atender a legislação federal determinada sob a Lei nº 9.795/99 que dispõe sobre a EA.

Assim, outra questão apontada pela entrevistada PC1 faz referência as determinações legais e a atuação do Ministério Público para o cumprimento das Leis.

Hoje em dia o Ministério Público está atuando muito na política ambiental, existem novas legislações da parte do estatuto da cidade, a Lei de Resíduos Sólidos. Então, com essa legislação, estão fazendo uma pressão muito grande para que realmente seja cumprida a lei. Os municípios estão se vendo obrigados cada vez mais a serem corretos na parte de destinação final dos resíduos sólidos. Foi fechado o lixão da cidade, hoje em dia eles mandam para outro município, tudo direitinho. Pois de uns bons anos para cá, a destinação final está sendo muito correta, mas, estamos sendo muito pressionados e fiscalizados pelo Ministério Público no município (PC1).

Nesta perspectiva a cobrança quanto às ações relacionadas às políticas públicas passaram a serem realizadas pelo poder judiciário que, talvez possibilite a CEA desenvolver projetos relacionados às políticas públicas municipais pelas necessidades e demandas do município.

Desta forma, com base no depoimento da PC1 e nas referências legais citadas anteriormente, outras também passaram a integrar o município, como a Política Municipal de Saneamento Básico Lei nº 1.697 de 02 de dezembro de 2013, que tem por objetivo garantir o atendimento à saúde pública, proteção ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável, através da gestão dos serviços públicos de saneamento básico. Outro ponto relevante apresentado no PGIRS (2014), está na forma como se apresenta na Costa da Mata Atlântica perante aos demais municípios:

Neste PGIRS considerou-se o município da Estância Balneária de Praia Grande como um importante integrante da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), no equacionamento da destinação final dos Resíduos Sólidos Urbanos desta região (PGIRS, 2014, p. 4).

Neste ponto, inserem-se os conceitos apresentados por Ueno e Natal (2014), no qual a qualidade de vida está associada à qualidade ambiental, assim como a saúde pública requer uma gestão ambiental adequada, que priorize promover a saúde ambiental e o desenvolvimento social, garantindo a saúde e a qualidade de vida da população.

Para Trevisol (2003):

Educar para a cidadania é construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita. Ter uma atitude ecológica é assumir essa responsabilidade que se exerce em todo o tempo e lugar, sendo cidadão. A educação pode ter um papel fundamental na construção dessas práticas cidadãs, desde que assuma sua inalienável dimensão política. Educar é fazer política e todo educador está referido à esfera pública (p. 139).

Ao propor atividades que desenvolvam debates e respeito as diferenças, a educação propõe que se desenvolva a formação do cidadão crítico.

Para Philippi Jr. e Bruna (2014), a política pública em EA equivale a conseguir uma administração integral e integrada de todos os setores que influenciam a qualidade ambiental e proporciona uma formação socioambiental.

Neste propósito, não cabe discutir as necessidades criadas pela legislação federal, estadual ou municipal, mas o desenvolvimento dos projetos da CEA com as políticas públicas municipais, na qual pela demanda legal evidenciam não serem articuladas e sim cumpridas de acordo com a demanda legal do executivo municipal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como referencial de pesquisa os projetos desenvolvidos pela CEA e as políticas públicas no município de Praia Grande, buscamos durante todo o trabalho, obter informações que trouxessem a luz da pesquisa a relação entre os dois pontos.

Nesta perspectiva a pesquisa apontou que os projetos pouco se relacionam com as políticas públicas municipais, pois atendem a demanda gestora do município. Entretanto, como menciona Sousa (2006) “o fracasso ou sucesso escolar dos alunos tendem a ser interpretados em uma dimensão individual, não sendo tratados como expressão do próprio sucesso ou fracasso da escola” (p. 135). Como no caso da CEA, os projetos desenvolvidos devem ser acompanhados continuamente, pois alguns projetos são designados apenas para o Ensino Fundamental I e não são revistos quando o mesmo aluno está no Ensino Fundamental II, no qual poderiam serem observados se a aprendizagem ocorreu de fato ou foi apenas algo dado e cumprido naquele momento, como no projeto Semeando Vida que trata da questão da arborização da cidade, para observar quais foram as competências adquiridas na aprendizagem.

Considerando a colocação de Sousa (2006), a CEA deve focar no aprendizado do aluno, e assim, observar seu sucesso ou fracasso, alterando e modificando algumas de suas ações, visto que desde 1997 desenvolve atividades voltadas para educação e conscientização ambiental.

Para tanto não poderíamos deixar de trazer um pouco do contexto histórico sobre as preocupações ambientais, quando abordamos a incursão da EA, sob a lente da degradação ambiental, presentes no Capítulo I. Quando as preocupações com o meio ambiente se intensificaram e a partir delas várias legislações foram criadas tanto no âmbito nacional quanto internacional, favorecendo o surgimento dos debates em EA, discutidas no Capítulo II. Desta forma tais discussões possibilitaram a criação do cenário da pesquisa, retratada no Capítulo III, no qual se relacionou com as questões das políticas públicas municipais para formação da consciência ambiental na cidade de Praia Grande.

Durante o desenvolvimento da pesquisa tivemos o cuidado de manter um olhar de estranhamento, buscando assegurar certa distância do objeto. O que se constitui num paradoxo, pois à medida que buscávamos essa premissa, fomos vendo que a tarefa seguiu o sentido contrário, porque como diria Moscovici (2010),

estavamos aos poucos “nos familiarizando com o não familiar” (p. 206), momento em que quando fomos reconhecendo a familiaridade buscávamos nos afastar.

Aos poucos esta contradição foi sendo superada, evidenciando que desde o início tivemos a intenção de que “as imagens que elaboramos sirvam para nos vermos refletidos”, conforme afirma Sacristán (2000, p. 39). Pois, também somos parte integrante desse grupo que compartilham as políticas públicas, e, em especial como pesquisadora procurei deixar minhas verdades como educadora de lado, visto que a cada nova pesquisa realizada novas olhares e perspectivas se abriam perante a linha de investigação necessitando de reflexão sobre os fatos e ações humanas tendo como foco os objetivos traçados.

Neste contexto, mais do que ensinar determinado tema, que impera nos dias atuais como as questões ambientais, precisamos de clareza para entender a identidade do aluno, e quando falo em identidade novamente me coloco como pesquisadora, buscando afirmação na literatura da área. Para tanto utilizo as argumentações de Dayrell (1996):

O professor parece não perceber ou não levar em conta, a trama de relações e sentidos existentes na sala de aula. O seu olhar percebe os alunos apenas enquanto seres de cognição e, mesmo assim, de forma equivocada: sua maior ou menor capacidade de aprender conteúdos e comportamentos (p. 155).

Apono esta posição ao considerar que os projetos apresentados pela CEA são elaborados pelos professores seguindo a demanda do executivo em cumprir um programa estabelecendo conteúdos que não necessariamente atendem as demandas das políticas públicas municipais, que por vezes são determinadas por metas a serem cumpridas, como no caso do cumprimento de uma legislação ou ordem da promotoria. Fato que por vezes justifica os motivos pelos quais alguns projetos não apresentam continuidade como no caso do projeto Dengue e você nada a ver, justificado pela entrevistada PC1 como uma consequência ao mencionar que,

Não dá para ficar fazendo a mesma coisa sempre, porque existem vários outros assuntos para serem tratados e você tem aproximadamente 65 mil alunos. Como você vai trabalhar? Você tem quatro funcionários, quatro professores. E, além disso, você tem um X de recurso para pensar em

elaborar alguma ação que pegue uma fatia desse público, porque umas pessoas captam e outras não (PC1).

Quanto aos motivos apontadas pela PC1 relativos a não continuidade dos projetos Freire (1996) considera que ensinar não é transferir conhecimentos e que a preocupação não deve estar no número que será atingido, mas em criar possibilidades para que o aluno construa seu conhecimento e que nesta perspectiva cada um tem seu tempo de aprendizagem, por isso o autor ressalta a importância em diversificar a maneira como será apresentado o conteúdo ao aluno, de forma que possa atingir um número cada vez maior de aprendizes. Freire (1996), também acrescenta que o processo de aprendizagem perpassa entre a passagem da curiosidade ingênua para o conhecimento investigativo, sendo este o gerador da criticidade. Para tanto, caberá ao professor trabalhar sempre com a ideia de mudança e não da estagnação seja ela qual for, visto que o amadurecimento pelas escolhas acontecem com respeito aos espaços, liberdades e autonomia de ambos, aluno e professor (FREIRE, 1996).

Com foco sobre o exposto sobre o ensino e aprendizagem, a CEA poderia explorar e discutir temas que conscientizasse o aluno, especificamente os adolescentes, como exemplo, sobre a geração do lixo, para onde vai? Quais ações são tomadas pelo município? Possibilitando que desenvolvessem o senso crítico e a cidadania despertando no aluno o interesse em participar das ações. Sendo este outro viés sobre as propostas desenvolvidas pela CEA.

Sob a questão que envolve a conscientização e a difusão dos aspectos ambientais Carvalho (2002), considera que

A difusão da questão ambiental, seja nas lutas sociais, na prática educativa, ou ainda nas ações de organismos governamentais e internacionais, não deixa dúvidas sobre a visibilidade desta problemática na esfera pública (p. 58).

O que se pode afirmar é que vivemos na educação formal ou informal o real, o possível, mas o nosso objetivo como educadores é a busca do ideal, para um planeta sustentável no qual o sujeito tenha consciência de suas ações e torne-se participativo que compreenda que suas decisões podem interferir no meio como um

todo ao participar nas decisões e ações voltadas as políticas públicas, conforme mencionado por Philippi Jr. e Bruna (2014) no Capítulo II.

A busca pelo ideal, assim como a discussão da certeza, foram descritas por Calvino (1993), quando se refere ao ato de criar, como o olhar que busca no deserto a certeza de que o nada está além de nossas retinas, e, com sabedoria, consiste em saber extrair daquele nada que se entendeu da vida, todo o resto, mas ao se retomar a vida, nos damos conta de que aquilo que sabíamos é realmente nada. Assim, Calvino nos desperta sentimentos voltados para uma educação que precisa ser centrada na transformação das ações cotidianas, insatisfeita com o óbvio, dizendo não ao conformismo, e na certeza de que sempre existe algo para se aprender. Nessa perspectiva, cabe a nós educadores valorizar os conhecimentos adquiridos na escola, passando da intenção para a realização, sempre considerando tanto a realidade do aluno no meio ao qual o mesmo está inserido, quanto seu conhecimento empírico, como citado na introdução de alguns projetos pesquisados.

No entanto, para Sacristán (2000), “Refletir sobre o futuro também é impossível sem se referir ao passado e ao presente, já que a partir desses alicerces são construídas as linhas mestras do que esta por vir...” (p. 37). Baseados nestas palavras, olhamos para o presente (os resultados que obtivemos a partir dos nossos objetivos), sem perder de vista o passado recente (o percurso do trabalho e dos dados que foram coletados), para que possamos mirar o futuro (perspectivas que se abrem a partir dessa investigação), pois acreditamos que a pesquisa possa contribuir com os novos projetos que virão a serem desenvolvidos, e que os mesmos possam estar articulados de forma mais precisa com as políticas públicas, envolvendo o aprendiz para que o mesmo possa se engajar contribuindo com propostas e ideias inovadoras na fase adulta.

Remetendo-nos ao nosso passado apresentado aqui na pesquisa, a contextualização e entrecruzamento das principais ideias dos diferentes autores das questões ambientais e educadores, foram apresentadas no Capítulo I. Em consonância elencamos alguns conceitos-chave do contexto das políticas públicas, fundamentados principalmente em Philippi Jr. e Bruna (2014), no Capítulo II, e descrevemos o cenário da pesquisa, no Capítulo III. Sendo possível a partir daí, seguirmos com a organização, compreensão e análise dos dados da pesquisa.

Assim, só foi possível chegarmos até os projetos da CEA entrelaçando aos debates em políticas públicas, quando percorremos o que já havíamos realizado. Ao



mesmo tempo, esse caminho também foi sendo reescrito, à medida em que fomos nos apropriando de outros aportes teóricos.

Nesta etapa do trabalho, reconhecemos o quanto é árdua essa tarefa de pesquisar e o quanto uma pesquisa científica necessita de reflexão para atendermos aos objetivos propostos. Nessa direção, nosso momento presente se configurou à medida em que fomos organizando, compreendendo e analisando os dados da pesquisa, e chegamos aos resultados propostos no objetivo geral, que lembramos, foi o de compreender se havia relação entre os projetos desenvolvidos pela CEA com as políticas públicas do município de Praia Grande.

Os dados apontaram que os projetos pouco se relacionam com as demandas públicas, sendo desenvolvidos aleatoriamente e não especificamente pela necessidade coletiva da cidade, como observado nas entrevistas com os professores da CEA. Outro dado fica por conta de seguir os pedidos, tanto do executivo, quanto do legislativo para o cumprimento de determinadas ordens que muitas vezes são desenvolvidos para atingir uma parcela e não o todo do município, como no caso da coleta seletiva.

Tendo em vista estas considerações, indicamos que os projetos desenvolvidos pela CEA estão ancorados em desafios, e esperamos que não fique aqui a imagem de uma proposta educacional a ser desconsiderada e sim aquela que pode ser revista atendendo aos anseios da sociedade e da nova ordem do contexto das políticas públicas, na qual a esfera administrativa, ou seja, os gestores municipais estejam pautados na gestão participativa. Visto que a CEA está atrelada a Secretaria de Educação de Praia Grande.

Contudo, temos a esperança de que os desafios sejam motivadores para reflexões dentro do processo de mudança e que as novas articulações possam ser estabelecidas visando superar as dificuldades encontradas em desenvolver uma EA voltada para conscientização tendo como referencial os problemas locais.

Também, por isso, essa pesquisa buscou trazer alguns elementos para se pensar na trajetória da EA e na urgência em promover a socialização através do contexto educacional, apresentado sob o viés do ensino e aprendizagem.

Para tanto, a EA deve estar pautada nas políticas públicas de forma real com o interesse de atingir a sociedade, despertando nas mesmas o interesse pela preservação, não se deixando caracterizar como um conteúdo diferenciado imposto de acordo com os interesses políticos de imposição de uma esfera para outra. Caso

contrário não surgirá conscientização e tão pouco reflexões sobre as ações com o meio ambiente, sendo apenas estabelecidos cumprimentos de leis.

Cabe ressaltar que no Brasil as legislações perpassam por três esferas do executivo: Federal, Estadual e Municipal. Dentre estes cabe ao governo Federal estabelecer as leis ambientais, assim como ocorreu com a EA, dando diretrizes para que o Estado estabeleça suas legislações e conseqüentemente o município, possa articular sua legislação com as prioridades locais considerando as já estabelecidas pelos governos Estadual e Federal. Porém, se por um lado o município é o último a estabelecer normas, por outro tem a responsabilidade de atuar ativamente contra as ações de degradação, por estar próximo dos fatos, assim como de estabelecer programas educacionais voltados para atender sua região.

Longe de apresentarmos respostas para o contexto da EA, aqui colocadas, e de termos abarcado todos os desafios encontrados para elaboração dos projetos desenvolvidos pela CEA, emanados pelas políticas públicas, compreendemos que ao pensarmos em algo devemos primeiramente representar os fatos, e como mencionou Sacristán (1999), pensar sobre as ações significa compreendê-las no momento em que ocorrem para que possam, então, serem reconstruídas mentalmente, tendo como fim a representação das ações.

Diante do exposto, propomos dizer que é necessária e urgente, a observância da realidade diária das questões presentes na cidade de Praia Grande, e que em conjunto com as políticas públicas, a Secretaria de Educação e a CEA estabeleçam condições para uma educação da consciência ambiental.

Como apontado no Capítulo III a cidade de Praia Grande teve um grande desenvolvimento ao longo dos anos, que com a especulação imobiliária tornou-se a cidade que mais cresce em toda região, fator que deve ser considerado e priorizado ao estabelecer conteúdos pertinentes a EA na cidade e por aqueles que elaboram as políticas públicas no município.

Por fim, acrescentamos que existem inúmeros desafios a serem superados, especialmente entre as articulações das políticas públicas municipais e os projetos desenvolvidos pela CEA, mas para indicar possibilidades de mudanças torna-se necessário que a sociedade seja mais atuante em acompanhar as ações propostas dando novo sentido ao processo das responsabilidades compartilhadas mencionas por Philippi Jr. e Bruna (2014), e este processo perpassa pela educação ao propor desenvolver uma aprendizagem contextualizada com as questões atuais e reais

vivenciadas pelos alunos. Fator que possibilitará refletir sobre as ações a sua volta, por estar vendo as transformações acontecerem no seu espaço de convívio movido pelas políticas públicas em melhorar seu meio e a consciência ambiental por reconhecer sua participação ativa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOT, Pascal. **História da ecologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ALEXANDRE, Elimar Rodrigues. **A temática ambiental no curso de graduação de ciências contábeis: um enfoque sobre a ambientalização curricular**. Dissertação de Mestrado. Santos: Universidade Católica de Santos, 2014.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- BATISTA, S. H. S. Coordenar, avaliar, formar: discutindo conjugações possíveis. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. (org.) **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. São Paulo: Loyola, 2003.
- BERRY, Thomas. **O sonho da Terra**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BONONI, Vera Lucia Ramos. Controle Ambiental de Áreas Verdes. In: PHILIPPI JR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; e BRUNA, Gilda Collet. **Curso de Gestão Ambiental**. 2. ed. atual. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2014. (Coleção Ambiental, v.13)
- CALVINO, Ítalo. **O cavaleiro inexistente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. 1. ed. São Paulo: Gaia, 2010.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógico. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; e CASTRO, Ronaldo Souza de. (Orgs.) **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CARVALHO, L. M. Educação Ambiental e a formação de professores. In: MEC; SEF, **Panorama da educação ambiental no ensino fundamental**. Brasília, 2001.
- CASTRO, R. C. G. **Um prêmio para o defensor da natureza**. Jornal da USP. 24 – 30 de novembro, 1997.
- COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **O outro lado do meio ambiente**. São Paulo, CETESB, 1985.
- \_\_\_\_\_. Considerações sobre a interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR, A. et al. **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O outro lado do meio ambiente: uma incursão humanista na Questão Ambiental**. 2. ed. Campinas: Millenium, 2002.

\_\_\_\_\_. Linguagem e Percepção Ambiental. PHILIPPI JR, Arlindo; e BRUNA, Gilda Collet. Política e Gestão Ambiental. In: PHILIPPI JR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; e BRUNA, Gilda Collet. **Curso de Gestão Ambiental**. 2. ed. atual. e ampl., Barueri, SP: Manole, 2014. (Coleção Ambiental, v.13)

COLL, César; e MARTÍN, Elena. A avaliação da aprendizagem no currículo escolar: uma perspectiva construtivista. In: COLL, Cesar. Et. Al. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 1988.

\_\_\_\_\_. **Nosso futuro comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, RIO DE JANEIRO, 1992. Disponível em: [http://www.mpba.mp.br/atuacao/ceama/material/legislacoes/declaracao\\_meio\\_ambiente\\_desenvolvimento\\_rio\\_janeiro\\_1992.pdf](http://www.mpba.mp.br/atuacao/ceama/material/legislacoes/declaracao_meio_ambiente_desenvolvimento_rio_janeiro_1992.pdf) Acessado em: 11 jun. 2014

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez. (org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE O AMBIENTE HUMANO, Estocolmo/junho/72. Disponível em: <http://www.silex.com.br/leis/normas/estocolmo.htm> Acessado em: 28 jun. 2014.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Cortez, 1998.

DELVAL, Juan. **Crescer e pensar: a construção do conhecimento na escola**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.

DEUS, Gaspar da Madre de. **Memórias para a história da capitania de São Vicente: hoje chamada de São Paulo**. São Paulo: Martins, 1953.

DIAS, Genebaldo Freire. **“Educação Ambiental” princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DROUET, D. Adaptation urbaine et mutations energetiques. **Urbanisme**. Vol. 51, nº 171, 1979.

DRUMMOND, José Augusto. A visão conservacionista (1920 a 1970). In: SVIRSKY, Enrique & CAPOBIANCO, João Paulo (Orgs.). **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto socioambiental, Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FERREIRA, Marco Aurélio Marques; e ABRANTES, Luiz Antônio (Orgs.). **Políticas públicas, gestão e sociedade**. Assis; Viçosa: Triunfal Gráfica e Editora, 2013.

FIAMONCINI, Diane Ivanise. **Relação ser humano natureza, qualidade de vida e consciência num programa de Educação de Jovens e Adultos**. Revista da Alfabetização solidária, v. 7, n. 7, 2007. São Paulo: Marco, 2008.

FILME: **Como era gostoso o meu francês**. Brasil, 1970. 83 min. Direção: Nelson Pereira dos Santos. Condor Filmes e Rio filmes.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. **Epidemiologia geral**. São Paulo: Artes Médicas, 1996.

FRANCO, Jussara Botelho; e SATT, Jorge Antonio de Oliveira. **A educação ambiental ancorando a Educação de Jovens e Adultos nos diferentes espaços educativos**. Revista da Alfabetização solidária, v. 7, n. 7, 2007. São Paulo: Marco, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALBRAITH, John Kenneth. **A Sociedade Afluente**. São Paulo: Pioneira, 1987.

GEORGE, Pierre. **O meio ambiente**. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1973.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Direito Ambiental**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: A conexão necessária**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

GUIMARÃES, Roberto.; e FONTOURA, Yuna. **Desenvolvimento sustentável na RIO+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas**. Cadernos EBAPE.BR, vol. X, nº. 3, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5477/4199> Acessado em: 19 nov. 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

HOUAISS, Antônio; e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

JACOBI, Pedro. Educação ambiental e cidadania. In: CASCINO, Fábio.; JACOBI, Pedro.; e OLIVEIRA, José Flávio. (Orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania**. São Paulo: Sma-ceam, 1998.

KRUGMAN, Paul Robin.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política**. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; e CASTRO, Ronaldo Souza de. (Orgs.). **Educação ambiental: repensado o espaço da cidadania**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. (Orgs.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

MAURI, Tereza. O que faz com que o aluno e a aluna aprendam os conteúdos escolares? In: COLL, Cesar. Et. Al. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2006.

McCORMICK, John. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Augusto e Lea: um caso de(desamor) em tempos modernos**. São Paulo: Contexto, 2006.

MEIRIEU, Philippe. **O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MELO, Sheila Gomes de Melo. **As representações sociais dos professores de ciências sobre os desafios da formação continuada para a educação ambiental**. Dissertação de Mestrado. Santos: Universidade Católica de Santos, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Bomtempo, 2008.

MINC, Carlos. **Ecologia e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 2005.

MIRAS, Mariana. Um ponto de partida para a aprendizagem de novos conteúdos: os conhecimentos prévios. In: Coll, César e outros. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2006.

MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

MOLON, Susana Inês. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky**. São Paulo: EDUC, 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências humanas**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. – 2. ed. – São Paulo: Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia**. Petrópolis: Vozes, 2010.

NÓVOA. António. **Professores, imagens do futuro presente**. Lisboa: Ver Curiosidades, 2009.

OLIVEIRA, Elísio Márcio de. **Educação ambiental: uma possível abordagem**. Brasília: IBAMA, 2000.

ONU. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), Fundo Mundial para a Natureza (WWF). **Cuidando do Planeta Terra: uma estratégia para o futuro da vida**. São Paulo: UICN, 1991.

PÁDUA, José Augusto. O ambientalismo e os movimentos sociais. In: MAFRA, Humberto. (org.) **Desafios e perspectivas do movimento ambientalista no Brasil: relato do seminário ocorrido em 28 e 30 de setembro de 1995**. Brasília: Fundação Francisco, 1995.

PELICIONI, Andréa Focesi. Trajetória do Movimento Ambientalista. In: PHILIPPI JR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; e BRUNA, Gilda Collet. Et. Al. **Curso de Gestão Ambiental**. 2. ed. atual. e ampl., Barueri, SP: Manole, 2014a. (Coleção Ambiental, v.13)

PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Fundamentos da Educação Ambiental. In: PHILIPPI JR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. (Orgs.) **Curso de gestão ambiental**. 2. ed. atual. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2014b. (Coleção Ambiental, v.13)

PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. O Projeto da Paisagem e a Sustentabilidade das Cidades. In: PHILIPPI JR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. (Orgs.) **Curso de gestão ambiental**. 2. ed. atual. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2014b. (Coleção Ambiental, v.13)



PHILIPPI JR, Arlindo; ANDREOLI, Cleverson V.; BRUNA, Gilda Collet; e FERNANDES, Valdir. Histórico e Evolução do Sistema de Gestão Ambiental no Brasil. In: PHILIPPI JR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; e BRUNA, Gilda Collet. **Curso de Gestão Ambiental**. 2. ed. atual. e ampl., Barueri, SP: Manole, 2014. (Coleção Ambiental, v.13)

\_\_\_\_\_; e BRUNA, Gilda Collet. Política e Gestão Ambiental. In: PHILIPPI JR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; e BRUNA, Gilda Collet. **Curso de Gestão Ambiental**. 2. ed. atual. e ampl., Barueri, SP: Manole, 2014. (Coleção Ambiental, v.13)

\_\_\_\_\_; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; e BRUNA, Gilda Collet. Uma Introdução à Gestão Ambiental. In: PHILIPPI JR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; e BRUNA, Gilda Collet. **Curso de Gestão Ambiental**. 2. ed. atual. e ampl., Barueri, SP: Manole, 2014. (Coleção Ambiental, v.13)

PRADO, Thays. Entenda a COP- 15. Planeta Sustentável. 18 set. 2009. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/cop-15-o-que-e-conferencia-partes-copenhague-499684.shtml> Acessado em: 10 jun. 2014.

REIGOTA, Marcos. Educação Ambiental: compromisso político e competência técnica. In: PHILIPPI Jr, Arlindo.; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. São Paulo: USP, 2000.

\_\_\_\_\_. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **Diários Índios: os Urubus-Kaapor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SACRISTÁN, Gimeno José. **Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania**. Porte Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, Denise de Jesus. **Município de Praia Grande: o boom imobiliário na década de 80 e as questões ambientais e sociais**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia). Faculdade de Educação Ciências e Letras Don Domênico, Guarujá, São Paulo, 2008.

SATO, Michèle. **Para quem servirá Jo'Burg 2002?** In: V CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA SOBRE MEIO AMBIENTE. Anais... Belo Horizonte: Ecolatina, 2002 (4º fórum: ONGs ambientalistas). Reproduzido em: Educação Ambiental em Ação, ano 1, n. 2, set./nov., 2002. Disponível em: <http://www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=58&class=20> Acessado em: 04 maio 2014.

SILVA, Luis Antônio da Gama e. **A Baixada Santista – Aspectos Geográficos**. Vol. 3. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

SILVA, Nadja Ferreira da. **Praia Grande, sua história nas entrelinhas. O golpe militar na cidade do interior paulista.** Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Mundo Contemporâneo. Faculdade de Educação Ciências e Letras Don Domênico, Guarujá, São Paulo, 2009.

SILVA, P. L. B.; COSTA, N. R. **A avaliação de Programas Públicos: reflexões sobre a experiência brasileira.** Relatório Técnico. Cooperação Técnica BID-IPEA. Brasília. IPEA, 2002.

SIMONNET, Dominique. **O ecologismo.** 1. ed. Lisboa: Moraes, 1979.

SIQUEIRA, Fátima Valéria; CÁLIS, Magna Flora; e Silva, Mônica Solange Rodrigues e. **Paisagens da memória: história de Praia Grande.** Praia Grande, SP: Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, 2002.

SOLÉ, Isabel; e COLL, César. Os professores e a concepção construtivista. In: COLL, Cesar. Et. Al. **O construtivismo na sala de aula.** São Paulo: Ática, 2006a.

\_\_\_\_\_. Disponibilidade para a aprendizagem e sentido da aprendizagem. In: COLL, Cesar. Et. Al. **O construtivismo na sala de aula.** São Paulo: Ática, 2006b.

SORRENTINO, Marcos. De Tbilisi a Thessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In: CASCINO, Fábio.; JACOBI, Pedro.; OLIVEIRA, José Flávio de. (Orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania.** São Paulo: Sma-ceam, 1998.

SOUSA, S. Z. Avaliação institucional: elementos para discussão. In: LUCE, Maria Beatriz Moreira; e MEDEIROS, Isabel Leticia Pedroso. (Orgs.) **Gestão escolar democrática: concepções e vivências.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SPAREMBERGER, Rafael Fabiana Lopes; PAVIANI, Jayme. **Direito ambiental: um olhar para a cidadania e sustentabilidade planetária.** Caxias do Sul, RS: Educus, 2006.

TOSCHI, Circe Sanches. **Praia Grande antes da emancipação.** 2. ed. – Santos, SP: Editora espaço do autor, 2008.

TREVISOL, Jorge Antonio. **O reencantamento humano.** São Paulo: Paulinas, 2003.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos humanos e meio ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional.** Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1993.

UENO, Helena Mariko; e NATAL, Delsio. Fundamentos de Saúde Pública. In: PHILIPPI JR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. (Orgs.) **Curso de gestão ambiental.** 2. ed. atual. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2014a. (Coleção Ambiental, v.13)

\_\_\_\_\_. Fundamentos de Epidemiologia. In: PHILIPPI JR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. (Orgs.) **Curso de gestão ambiental**. 2. ed. atual. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2014b. (Coleção Ambiental, v.13)

VIOLA, E. J.; LEIS, H.R.; FERREIRA, L. C. In: SVIRSKY, Enrique & CAPOBIANCO, João Paulo (Orgs.). **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto socioambiental, Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.

WEHLING, Arno. **FORMAÇÃO DO BRASIL COLONIAL**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

\_\_\_\_\_. Os enfoques didáticos. In: COLL, Cesar. Et. Al. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2006.

## DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm) Acessado em: 25 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Constituição Federal de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acessado em: 20 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990. Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D99274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D99274.htm) Acessado em: 28 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm) Acessado em: 29 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acessado em: 20 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Agenda 21. Conferência das Nações unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992. Rio de Janeiro. Brasília: Senado Federal, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm) Acessado em: 15 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Declaração de Brasília para Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: DF, 1997. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001871.pdf> Acessado em: 20 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Educação Ambiental: as grandes orientações de Tbilisi**. Brasília, IBAMA, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Coordenação de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA**. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm) Acessado em: 20 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino de quinta a oitava série. Brasília, MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm) Acessado em: 20 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9984.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9984.htm) Acessado em: 17 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm) Acessado em: 24 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm) Acessado em: 20 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental. Brasília: MEC/SEF, 2001. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/programa-nacional-de-educacao-ambiental/sistema-brasileiro-em-educacao-ambiental> Acessado em: 18 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.937, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm) Acessado em: 15 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm) Acessado em: 29 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm) Acessado em: 20 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. Brasília, CONAMA, 2010. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama>. Acessado em: 10 jun. 2014.

SÃO PAULO. Constituição do Estado de São Paulo promulgado em 5 de outubro de 1989. [http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/documentacao/cesp\\_completa.htm](http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/documentacao/cesp_completa.htm) Acessado em: 24 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual nº 37.536, de 27 de setembro de 1993. Cria o Parque Estadual Xixová-Japuí e dá providências correlatas. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1993/decreto-37536-27.09.1993.html> Acessado em: 27 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Coordenadoria de Educação Ambiental. **Meio ambiente e desenvolvimento: documentos oficiais, Organização das Nações Unidas, Organizações não-governamentais.** São Paulo, 1993. (Série documentos).

\_\_\_\_\_. Lei Complementar Estadual nº 760, de 1º de agosto de 1994. Estabelece diretrizes para a Organização Regional do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/1028994/lei-complementar-1146-11> Acessado em: 25 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Coordenadoria de Educação Ambiental. **Educação ambiental e desenvolvimento: documentos oficiais.** São Paulo, 1994. (Série Documentos).

\_\_\_\_\_. Lei Complementar Estadual, nº 815 de 30 de julho de 1996. Cria a Região Metropolitana da Baixada Santista e autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, a criar entidade autárquica a construir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista, e dá providências correlatas. Disponível em: <http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/172624/lei-complementar-815-96> Acessado em: 24 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual nº 41.361, de 27 de novembro de 1996. Institui o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista. Disponível em: <http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/172224/decreto-41361-96> Acessado em: 24 jun. 2014.

## DOCUMENTOS DA CIDADE DE PRAIA GRANDE

PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE. Lei nº 793, de 11 de janeiro de 1993. Disciplina a Circulação e o Estacionamento de Ônibus de Excursão Provindos de Outros Municípios e dá Outras Providências. Disponível em: [http://www.praia grande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos\\_view.asp?codLeis=1651&Acao=busca](http://www.praia grande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=1651&Acao=busca) Acessado em: 25 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 47, de 29 de outubro de 1993. Estabelece Normas de Permissão de Uso para Local que Especifica e Adota Providências Correlatas. Disponível em: [http://www.praia grande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos\\_view.asp?codLeis=1744&Acao=busca](http://www.praia grande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=1744&Acao=busca) Acessado em: 25 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.636, de 25 de outubro de 2012. Institui Plano de Gestão de Destinação de Resíduos Sólidos. Disponível em: [http://www.praia grande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos\\_view.asp?codLeis=4085&Acao=busca](http://www.praia grande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=4085&Acao=busca) Acessado em: 25 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.697, de 02 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, estabelecendo o Plano Municipal de Saneamento Básico e criando o Conselho Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências. Disponível em: [http://www.praia grande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos\\_view.asp?codLeis=4473](http://www.praia grande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=4473) Acessado em: 26 jun. 2014.



## FONTES PRIMÁRIAS

Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Praia Grande. Coordenadoria de Educação Ambiental. Apresentação da escola, s/d.

\_\_\_\_\_. Coordenadoria de Educação Ambiental. Programa de Educação Ambiental de Praia Grande, 1997 – 2000.

\_\_\_\_\_. Coordenadoria de Educação Ambiental. Plano de Curso, s/d.

\_\_\_\_\_. Coordenadoria de Educação Ambiental. Proposta Pedagógica da Coordenadoria de Educação Ambiental de Praia Grande, s/d.

\_\_\_\_\_. Coordenadoria de Educação Ambiental. Relatório de Atividade CEA, 2009.

\_\_\_\_\_. Processo nº 8.724/1999-15

\_\_\_\_\_. Processo nº 9.932/1999-1

\_\_\_\_\_. Processo nº 12.285/1999

\_\_\_\_\_. Processo nº 13.570/1999-83

\_\_\_\_\_. Processo nº 4.064/2000

\_\_\_\_\_. Processo nº 4.065/2000-32

\_\_\_\_\_. Processo nº 4.848/2000-16

\_\_\_\_\_. Processo nº 4.849/2000-60

\_\_\_\_\_. Processo nº 4.851/2000

\_\_\_\_\_. Processo nº 6.099/2000-61

\_\_\_\_\_. Processo nº 8.667/2000-69

\_\_\_\_\_. Processo nº 9.103/2000

\_\_\_\_\_. Processo nº 9.104/2000

\_\_\_\_\_. Processo nº 11.066/2000-33

\_\_\_\_\_. Processo nº 12.543/2001-69

\_\_\_\_\_. Processo nº 1.754/2006.

\_\_\_\_\_. Processo nº 4.141/2008.

\_\_\_\_\_. Processo nº 23.671/2008.

\_\_\_\_\_. Notícia intranet do dia 8/3/2005 por Ana Flávia Scarelli, MTB: 33.131. Disponível em: <http://www.praia grande.sp.gov.br/> Acessado em: 19 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Notícia intranet do dia 14/03/2013 por Lorena Flosi, MTB: 40.295. Disponível em: [http://www.praia grande.sp.gov.br/pgnoticias/noticias/noticia\\_01.asp?cod=28631](http://www.praia grande.sp.gov.br/pgnoticias/noticias/noticia_01.asp?cod=28631) Acessado em: 28 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. MEMO CP Especiais – nº 115/2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação/CEA - Folder sobre a Educação Ambiental - “Educação Ambiental – Conscientizando para um futuro melhor”, sem data.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE 1**  
**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA**

**Praia Grande, 17 de abril de 2014.**

Ao Senhor,  
**Alberto Pereira Mourão**

*Prefeito da Estância Balneária de Praia Grande*

**Assunto: Solicita autorização para realizar pesquisa acadêmica junto aos processos administrativos.**

Prezado Senhor Prefeito,

Eu, Nadja Ferreira da Silva solicito a Vossa Excelência autorização para realização da pesquisa com o título “Coordenadoria de Educação Ambiental no município de Praia Grande: propostas educacionais voltadas para cidadania e preservação do meio ambiente” que desenvolvo no curso de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos.

Esclarecemos que a referida pesquisa visa investigar as propostas sobre Educação Ambiental (EA) e o histórico da Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA) de Praia Grande desde sua criação em 1997. Pretendemos oferecer subsídios para o desenvolvimento de EA por meio do estudo desse tema de relevância na atualidade. Caso seja autorizada os dados serão levantados por metodologia de pesquisa qualitativa, constando de documentos e entrevistas com profissionais da CEA, previamente autorizadas, além de pesquisa teórica sobre EA. Seria relevante obter informações detalhadas em sua fonte primária: o histórico, financiamento, objetivos, funcionamento, estrutura física e organizacional, além de projetos e programas de formação ambiental da CEA, descritos nos processos administrativos para realização dos trabalhos desenvolvidos. Colhendo estas informações podemos divulgar os projetos realizados na cidade, como descrito na Carta de Aceite do X Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação de caráter Internacional, possibilitando divulgar o município e abrilhantar o nosso prestígio.

Informo ainda que esta pesquisa se desenvolve sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivanise Monfredini.

Agradeço a atenção e coloco-me a disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

---

**Orientanda: Nadja Ferreira da Silva**

**Praia Grande, 07 de julho de 2014.**

Ao Senhor,  
**Alberto Pereira Mourão**

*Prefeito da Estância Balneária de Praia Grande*

**Assunto: Solicita autorização para realizar parciais cópias junto aos processos administrativos investigados por pesquisa acadêmica em andamento.**

Prezado Senhor Prefeito,

Eu, Nadja Ferreira da Silva solicito a Vossa Excelência autorização para realização de cópia ou fotocópia em partes dos processos administrativos relacionados a pesquisa acadêmica em andamento com o título “Coordenadoria de Educação Ambiental no município de Praia Grande: propostas educacionais voltadas para cidadania e preservação do meio ambiente” que desenvolvo no curso de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos.

Em solicitação anterior, no mês de abril, foi deferido realizar pesquisa junto aos processos administrativos, porém, parte da investigação necessita ser melhor esclarecida com imagens de apostilas, trabalhos e atividades de alunos elaborados pela Coordenadoria de Educação Ambiental de Praia Grande. A reprodução de imagens se limita a partes do processo que integram a pesquisa.

Esclarecemos que a referida pesquisa visa investigar as propostas sobre Educação Ambiental (EA) e o histórico da Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA) de Praia Grande desde sua criação em 1997. Pretendemos oferecer subsídios para o desenvolvimento de EA por meio do estudo desse tema de relevância na atualidade. Caso seja autorizada os dados serão levantados por metodologia de pesquisa qualitativa, constando de documentos e entrevistas com profissionais da CEA, previamente autorizadas, além de pesquisa teórica sobre EA. Seria relevante obter informações detalhadas em sua fonte primária: o histórico, financiamento, objetivos, funcionamento, estrutura física e organizacional, além de projetos e programas de formação ambiental da CEA, descritos nos processos administrativos para realização dos trabalhos desenvolvidos. Colhendo estas informações podemos divulgar os projetos realizados na cidade, como descrito na Carta de Aceite do X Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação de caráter Internacional, possibilitando divulgar o município e abrilhantar o nosso prestígio.

Informo ainda que esta pesquisa se desenvolve sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivanise Monfredini.

Agradeço a atenção e coloco-me a disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

---

**Orientanda: Nadja Ferreira da Silva**

**Santos, 12 de agosto de 2014.**

A Senhora,  
**Cláudia Maximino Meirelles.**

*Secretária de Educação.*

Assunto: **Andamento de pesquisa acadêmica.**

Prezada senhora Cláudia,

Solicitamos autorização para realização da pesquisa com o título “Coordenadoria de Educação Ambiental no município de Praia Grande: propostas educacionais voltadas para cidadania e preservação do meio ambiente” que desenvolvo no curso de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos.

Esclarecemos que a referida pesquisa visa investigar as propostas sobre Educação Ambiental (EA) e o histórico da Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA) de Praia Grande desde sua criação em 1997. Pretendemos analisar as propostas e projetos desenvolvidos pela CEA relacionados a um tema de relevância na atualidade e na região, que é o meio ambiente. Caso seja autorizada, os dados serão levantados por metodologia de pesquisa qualitativa, constando de documentos e entrevistas com profissionais do CEA, previamente autorizadas, além de pesquisa teórica sobre EA. Seria relevante obter informações detalhadas sobre o histórico, financiamento, objetivos, funcionamento, estrutura física e organizacional, além de programas e projetos de formação ambiental do CEA.

Informo ainda que esta pesquisa se desenvolve sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivanise Monfredini.

Agradecemos a atenção e colocamo-nos a disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

---

**Orientanda: Nadja Ferreira da Silva**

---

**Orientadora: Profa. Dra. Ivanise Monfredini**

---

**Secretária de Educação: Cláudia Maximino Meirelles.**

**APÊNDICE 2**  
**CONSENTIMENTO E AUTORIZAÇÃO PARA**  
**ENTREVISTA**



## TERMO DE CONSENTIMENTO E AUTORIZAÇÃO

Pelo \_\_\_\_\_ presente \_\_\_\_\_ documento, eu,

\_\_\_\_\_,  
portadora do RG. nº \_\_\_\_\_, autorizo a publicação de meu depoimento oral, gravado em áudio e transcrito à Nadja Ferreira da Silva, mestranda do Programa Stricto Sensu de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Santos, para uso e análise na pesquisa com o título (provisório por estar em andamento) “Um Estudo da Coordenadoria de Educação Ambiental em Praia Grande como Política de Meio Ambiente”, que resultará em sua dissertação de mestrado, assim como em artigos que possam vir a ser publicados posteriormente para divulgação científica dos resultados obtidos que contribuam com a melhoria qualitativa da educação e das políticas públicas.

O Depoente terá seu anonimato garantido. Em nenhum momento será citado o nome de qualquer pessoa que apareça na entrevista.

Sendo assim, firmo a presente declaração em duas vias com igual teor como instrumento eficaz que representam nossos direitos.

Praia Grande, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
Entrevistada:

**TERMO DE CONSENTIMENTO DA ENTREVISTA**

Eu, \_\_\_\_\_, RG. nº \_\_\_\_\_, tendo ciência dos objetivos da pesquisa com o título (provisório por estar em andamento) “Um Estudo da Coordenadoria de Educação Ambiental em Praia Grande como Política de Meio Ambiente”, concordo em ser entrevistada, no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e que os dados por mim produzidos (em via impressa ou oral) sejam utilizados na referida pesquisa. Tenho a garantia de que esses dados serão expostos mantendo-se sigilo absoluto de minha identidade. Para tanto, preencho os dados abaixo e junto com a pesquisadora, Nadja Ferreira da Silva, assino concordando com o exposto acima:

**Endereço:** \_\_\_\_\_ **nº:** \_\_\_\_\_

**Complemento:** \_\_\_\_\_ **Bairro:** \_\_\_\_\_

**Cidade:** \_\_\_\_\_ **UF:** \_\_\_\_\_ **CEP:** \_\_\_\_\_

**Tel.:** \_\_\_\_\_ *e-mail:* \_\_\_\_\_

Praia Grande, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
Entrevistada

\_\_\_\_\_  
Nadja Ferreira da Silva.

## TERMO DE COMPROMISSO

Eu, Nadja Ferreira da Silva, mestranda do Programa Stricto Sensu de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Santos, colherei o depoimento oral, em forma de entrevista, gravada em áudio e transcrita, da

---

\_\_\_\_\_, da Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA) em Praia Grande. Estou ciente de que os dados coletados na entrevista, assim como os pertinentes à CEA, serão utilizados e analisados na pesquisa com o título (provisório por estar em andamento) “Um Estudo da Coordenadoria de Educação Ambiental em Praia Grande como Política de Meio Ambiente”, que resultará na minha dissertação de mestrado. Comprometo-me a resguardar o sigilo absoluto do nome da entrevistada, bem como de qualquer pessoa que apareça na entrevista. Assino concordando com o acima exposto junto à minha Orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivanise Monfredini.

Praia Grande, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

---

Nadja Ferreira da Silva

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivanise Monfredini

**APÊNDICE 3**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTAS**  
**SEMIESTRUTURADAS**

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA: PC1**

### **Qual sua formação acadêmica e há quanto tempo atua na CEA?**

Tenho formação em Ciências Biológicas e trabalhei por 17 anos.

### **Qual sua percepção ao conhecer o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Educação Ambiental?**

Gostei muito de todo o trabalho que já estava sendo desenvolvido antes da criação da CEA, havia a participação da comunidade como a do Senhor Gilberto Winter foi um ecologista aqui da cidade, sempre pegou a bandeira da ecologia, plantou muitas árvores no município, realizava muitos movimentos nas escolas. Ele foi um precursor como cidadão ativo. Tanto que o prefeito Ricardo Yamauti lhe cedeu um espaço e ele montou uma estufa, na qual as crianças da educação infantil iam fazer visitas de educação ambiental.

### **Como e de que forma a CEA é mantida pela Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande?**

Para cada setor, seção ou departamento é determinado um X de verbas, quando você faz um planejamento orçamentário, uma previsão orçamentária, a mesma será realizada no começo de um governo para os próximos quatro anos, e você vai dizer todas as atividades e ações que irá fazer e quanto pretende gastar. Você faz uma proposta e apresenta para sua secretária que levará ao prefeito. A mesma passará por uma análise de política financeira, e muitas vezes eles também têm uma proposta para lhe apresentar, até chegar a um consenso entre a visão do prefeito, da secretária e a tua. Isso ocorre para os próximos quatro anos e depois a cada ano é revisto novamente. Porque você só vai ter um gasto se você fizer uma ação.

### **Como chegavam os pedidos para elaboração de um projeto a ser desenvolvido? Existia relação com as políticas públicas do município?**

Às vezes, a própria secretaria de educação ela recebe muitas demandas, muitos pedidos para que sejam divulgados e implantados vários assuntos, de diversos locais, que nem sempre eram referentes à parte de educação ambiental... Os pedidos chegavam de várias formas. Às vezes pelos secretários, prefeito ou por um vereador, estamos em um meio político e tudo tem que ser avaliado e pensado. Nós somos agentes políticos e quem está na chefia ocupa um cargo de confiança, ou seja, tem que saber atuar de uma forma que agrada a quem te colocou ali. Então, às vezes você consegue implantar um projeto em uma pequena fatia dos alunos da rede. Agora se há uma, vamos dizer, imposição no sentido de ser prioridade para o prefeito. Então a coisa é outra.

### **Existe algum projeto que foi desenvolvido sem interferência externa? Havia essa possibilidade?**

Sim. Quando eu estruturava um projeto, não esse que era solicitado, quando era a nossa proposta. Pensávamos, que atividades nós vamos fazer? Então, chamávamos a equipe e discutíamos, víamos a forma de fazer as atividades para tentar alcançar

nosso objetivo com o aluno para que o mesmo saiba. Por exemplo, o manguezal: quais são suas características, como é importante ser preservado, etc. Então, nós fazíamos as atividades e propostas de atividades também para o professor continuar aprofundando com aquele aluno, em sala de aula, ou antes, ou depois, por que nós fazíamos um agendamento semestral e as várias escolas, vinham umas antes outras depois. Então, nós já mandávamos no começo do ano as atividades que poderiam ser trabalhadas com os alunos antes. Então, já chegariam com algumas informações e querendo tirar dúvidas ou não.

### **Existe relação entre as políticas públicas e a educação ambiental desenvolvida pela CEA?**

Sim. Ao longo de todos esses anos cada momento foi tendo prioridade para um determinado assunto, e um deles no qual ficamos uns três anos em cima mesmo batalhando, foi o tema lixo. Porque foi justamente em uma época que no município, a coleta seletiva passou a ser mais organizada, etc.. Foi melhorada a parte da COOPERVIDA. Nessa época com nosso trabalho nós fomos a todas as escolas municipais, estaduais e depois particulares, nas particulares não fomos em todas, apenas em algumas, mas, nas escolas públicas nós fomos em todas fazer palestra falando do lixo, da coleta seletiva, fizemos um trabalho muito grande, muito mesmo, além de oficinas, exposições de artesanato com materiais reciclados. Este trabalho foi muito intenso desta vez, e era uma prioridade do município. Então, distribuímos fitas de vídeo K7 na época, todo mundo ficou sabendo. Só que, o que aconteceu? Não houve um trabalho da coleta seletiva adequado. Então, foi muito frustrante.

### **Este projeto foi desenvolvido atrelado as políticas públicas? Foi um pedido do executivo?**

Sim, era uma política do município que iria ser implantada, só que houveram problemas... Eles não deram conta porque a estrutura não estava adequada para coletar tanto lixo. Então nós recebemos muitas reclamações de coisas que, entre aspas, nós não tínhamos a responsabilidade, mas, faz parte porque somos agentes públicos. Hoje estão querendo retomar.

### **Existe algum fator preponderante para esta retomada?**

Hoje em dia o Ministério Público está atuando muito na política ambiental, existem novas legislações da parte do estatuto da cidade, a Lei de Resíduos Sólidos. Então, com essa legislação, estão fazendo uma pressão muito grande para que realmente seja cumprida a lei. Os municípios estão se vendo obrigados cada vez mais a serem corretos na parte de destinação final dos resíduos sólidos. Foi fechado o lixão da cidade, hoje em dia eles mandam para outro município, tudo direitinho. Pois de uns bons anos para cá, a destinação final está sendo muito correta, mas, estamos sendo muito pressionados e fiscalizados pelo Ministério Público no município.

### **A quais fatos estão relacionados a descontinuidade dos projetos, como por exemplo, o Projeto Dengue e você: nada a ver?**

Não dá para ficar fazendo a mesma coisa sempre, porque existem vários outros assuntos para serem tratados e você tem aproximadamente 65 mil alunos. Como

you will work? You have four employees, four professors. E, besides that, you have an X of resources to think about elaborating some action that captures a slice of this public, because some people capture and others do not.

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA: PC2**

### **Qual sua formação acadêmica e há quanto tempo atua na CEA?**

Fiz Ciências Biológicas e trabalhei 4 anos como professor e a 1 Coordeno os professores.

### **O que significa políticas públicas para você?**

São leis elaboradas para o bem da população, para andarem em sintonia com as necessidades da população.

### **Para você: O que é Educação Ambiental?**

É um processo de mudança de comportamento que não foca só a preservação do meio ambiente, mas também, na verdade, o equilíbrio a sustentabilidade e a educação ambiental. Ela é esse processo de mudança, não é algo que ocorre da noite para o dia a gente só vai ter esse resultado essa mudança de postura ao longo dos anos.

### **Qual o tipo de educação desenvolvida pela CEA?**

A Coordenadoria foi fundada já com o intuito de promover educação ambiental, essa educação informal, por não seguir um roteiro de escola preso ao currículo escolar das disciplinas

### **Existe relação entre as políticas públicas e a educação ambiental desenvolvida pela CEA?**

Sim, com certeza porque a Lei de educação ambiental que é de 99, antes disso em 96 o prefeito de Praia Grande já criou essa Coordenadoria. Então ele já deu esse passo à frente antes mesmo da Política Nacional de Educação Ambiental... Todos os projetos aqui são pautados na necessidade dos eixos temáticos de educação ambiental como a questão dos ecossistemas, das hortas escolares, dos resíduos sólidos. Então ela é em total sintonia com as políticas públicas relacionadas a educação ambiental.



## **ROTEIRO DE ENTREVISTA: P1**

### **Qual sua formação acadêmica e há quanto tempo atua na CEA?**

Sou formado em Ciências Biológicas e trabalho aqui há 2 anos.

### **Para você: O que é Educação Ambiental?**

Educação ambiental é uma forma de viver a vida sustentavelmente. Na verdade educação ambiental ela só foi necessária porque o ser humano esqueceu-se da natureza dele mesmo, esqueceu que ele faz parte da natureza então a educação ambiental ela é um resgate que o ser humano volte a entender que ele é um animal que ele faz parte de um ecossistema que precisa preservar para os outros que virão. É um resgate de algo que nossos ancestrais sabiam que eles precisavam preservar, porque outros iam usar é você resgatar algo que é antigo que não é novo, mas, que é necessário e urgente porque a educação ambiental é uma das únicas esperanças para que o mundo consiga sobreviver porque estamos entrando num caos assustador de extinção em massa das espécies já foi citado em vários seguimentos de reportagens. Então, os recursos se esgotaram e a educação ambiental é uma forma do ser humano voltar a viver em harmonia com a natureza é um reaprender a viver em contato com a natureza, respeitar o mundo, respeitar as formas de vida, e ela tem a ver com valores. Ela agrega a educação em todos os sentidos porque o meio ambiente ele não é a Amazônia floresta, meio ambiente é o que você vive, é a escola, é em casa, é o trabalho, é viver de forma sustentável e reaprender a viver de forma sustentável, respeitando as formas de vida, gastando menos com relação ao consumismo, gerando menos resíduos e sabendo que você vai ter que deixar coisas para os outros que virão, de forma menos egoísta acho que a palavra é essa. Porque somos muito egoístas. Acho que é você tentar trazer para as pessoas uma reflexão.

### **Qual o papel do professor na Educação Ambiental?**

Por exemplo, atendemos desde a educação infantil, com seus três a quatro aninhos para que haja a cultura da educação ambiental desde pequeno e que seja colocado na cabecinha deles, por serem os agentes multiplicadores em casa. Afinal é difícil mudar a cabeça de um adulto, já está formada... O papel do professor que faz educação ambiental é muito importante porque se ele falar com paixão, com amor, com vontade... se ele acredita no que ele fala, ele pode seduzir, e quando você seduz, essa criança fica com aquela aprendizagem.

### **O que significa políticas públicas para você?**

Políticas públicas são um conjunto de medidas tomadas pelo governo para viabilizar a vida da população no sentido de melhorias da qualidade de vida. Acredito que são medidas que devem serem tomadas em conjunto com representantes da população, porém, muitas vezes não tem representatividade por não se interessarem e que por outro lado acontecem em conjunto com os políticos que fazem as leis acontecerem ou pelo menos implantam as leis que muitas vezes também não acontecem por não saírem do papel.

**Existe relação entre as políticas públicas e a educação ambiental desenvolvida pela CEA?**

Como nós estamos vinculados a SEDUC (Secretaria de Educação) nós fazemos um trabalho voltado para as escolas para que essa cultura da educação ambiental seja desde pequeno... A partir do ano que vem ocorrerá um trabalho direto nas comunidades, porque surgiu essa necessidade que são os problemas dos resíduos sólidos, que é muito grave e essa política pública está sendo feita em conjunto com o prefeito, com a Secretaria de Educação e com a Coordenadoria de Educação Ambiental.

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA: P2**

### **Qual sua formação acadêmica e há quanto tempo atua na CEA?**

Fiz Pedagogia e trabalho aqui há 9 anos.

### **Para você: O que é Educação Ambiental?**

Educação ambiental para mim é não só o falar é o agir a gente não pode só falar para conscientizar. A educação ambiental tem que educar para você agir. A educação ambiental hoje em dia é primordial para as antigas gerações que já degradaram muito nosso ambiente e para as futuras gerações principalmente.

### **O que significa políticas públicas para você?**

As políticas públicas são um conjunto de ações que visam o bem estar da população, um conjunto de ações entre as Secretarias de Saúde, Urbanismo, Meio Ambiente e Educação na qual estas políticas vão se agregar para ir ao encontro com o objetivo comum de bem estar da população, então são leis voltadas para o objetivo comum, então eu acho que essas políticas públicas elas tem que se unir se interagir e aqui nas Secretarias de Praia Grande já acontece entre as Secretaria de Educação com Meio Ambiente e com Saúde que estão em parcerias para que estas políticas públicas saiam do papel e tenham realmente ações.

### **Existe relação entre as políticas públicas e a educação ambiental desenvolvida pela CEA?**

Sim, a partir do momento que tem campanhas no município como o Eco Ponto e a coleta seletiva, nós efetivamos um trabalho com palestras e educação ambiental para as crianças e com os munícipes. Assim nós fazemos parte dessas políticas públicas.

## **ANEXOS**



# Município da Estância Balneária de Praia Grande

173

Estado de São Paulo  
Secretaria de Educação

Período	Projetos	Público participante	Nº Participantes	Total
2010	Conhecendo o Manguezal	Ensino Fundamental	2374	13772
	Amar o Mar	Educação Infantil e Ensino Fundamental	3504	
	Ecoprofissionalizante	Pró Jovem e Ação Jovem	46	
	Ecoações	Escolas que oferecem Complementação Educacional	540	
	Viva Bem a Vida		180	
	Mãos na Horta	Comunidade Escolar	1807	
	Eventos	Público em Geral	1032	
	Atendimento na CEA		4289	
2011	Mãos no Planeta Terra - Horta	Comunidade Escolar	2100	14786
	Mata Atlântica	Ensino Fundamental	2109	
	Conhecendo o Manguezal		2135	
	Amar o Mar		1729	
	Viva Bem a Vida	Escolas que oferecem Complementação Educacional	360	
	Eventos	Público em Geral	2500	
	OPA - Oficinas, Palestras e Aulas		2645	
	Biblioteca Porto do Saber - Ed. Ambiental	Educação Infantil e Ensino Fundamental	1208	
2012	Mãos no Planeta Terra - Horta	Comunidade Escolar	1000	19840
	Viajando pelo Mundo da Reciclagem	Educação Infantil	1221	
	Mata Atlântica	Ensino Fundamental	2592	
	Conhecendo o Manguezal		1283	
	Amar o Mar		1315	
	Viva Bem a Vida	Escolas que oferecem Complementação Educacional	180	
	Eventos	Público em Geral	6204	
	OPA - Oficinas, Palestras e Aulas		2847	
	Biblioteca Porto do Saber - Ed. Ambiental	Educação Infantil e Ensino Fundamental	3198	
2013	Mãos no Planeta Terra - Horta	Comunidade Escolar		
	Reciclando com Arte	Educação Infantil		
	Praia Grande Natural	Ensino Fundamental		
	BEN – Boas Energias da Natureza	Escolas que oferecem Complementação Educacional		
	Eventos	Público em Geral		
	OPA - Oficinas, Palestras e Aulas			
	Biblioteca Porto do Saber - Ed. Ambiental	Educação Infantil e Ensino Fundamental		

**Quadro 1.** Quadro Comparativo de Projetos, público alvo e quantidade de pessoas atendidas nas atividades da Escola de Educação Ambiental de Praia Grande, SP, de 2010 a 2013.



## SÉRIE HISTÓRICA

<b>ANO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>TOTAL/ ANO</b>
1º	1997	<b>1.500</b>
2º	1998	<b>3.300</b>
3º	1999	<b>6.788</b>
4º	2000	<b>8.790</b>
5º	2001	<b>8.638</b>
6º	2002	<b>28.876</b>
7º	2003	<b>19.744</b>
8º	2004	<b>7.241</b>
9º	2005	<b>2.253</b>
10º	2006	<b>9.534</b>
11º	2007	<b>18.757</b>
12º	2008	<b>31.121</b>
13º	2009	<b>16.518</b>
14º	2010	<b>14.346</b>
		<b>177.406</b>